



RELATÓRIO E CONTAS

2021



CRC de Angra do Heroísmo n.º 18 | NIPC 512 004 803

Capital Social: 19.931.622,00 Euros

Sede Social: Rua Direita n.º 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo

Tel.: +351 295 401 300 | Fax: +351 295 403 131

www.cemah.pt

RELATÓRIO E CONTAS

2021



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
CONTEXTO, CRONOLOGIA E DESTAQUES	10
A CEMAH EM 2021.....	10
INDICADORES RELEVANTES	12
CONTEXTO MACROECONÓMICO	14
ESTRATÉGIA	20
PLANO ESTRATÉGICO 2020-2022	20
FRAMEWORK DE RISCO	22
MODELO DE GOVERNO.....	25
MISSÃO, VISÃO E VALORES	25
CORPORATE GOVERNANCE.....	25
GOVERNO INTERNO	26
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	30
PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS	36
DO NEGÓCIO.....	39
CORE BUSINESS	39
MERCADOS E INVESTIMENTO	45
COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MARCA.....	46
SUSTENTABILIDADE	48
VISÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	49
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	53
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	61
RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO DA INSTITUIÇÃO	131
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	135
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	139

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Excelentíssimos Membros da Assembleia Geral,

Se 2020 foi o ano em que foi posta à prova a capacidade de resiliência coletiva, 2021 ficou marcado como sendo o ano de início da retoma da atividade económica, da reconstrução e da capacidade de superação. A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) não foi exceção e mostrou, uma vez mais, ser capaz de superar os desafios e dificuldades, como tem feito nestes 125 anos de história.

É neste contexto que, em 2021, se assinalou o aniversário desta Instituição centenária sob a epígrafe 'CEMAH. 125 anos – Uma história de sucesso e resiliência'. Enquanto Presidente do Conselho de Administração creio que esta visão continua a configurar-se como a apropriada à Instituição, sendo a solidez, a confiança, o rigor e a solidariedade os valores que melhor caracterizam a sua atuação e que são a base do sucesso desta história de longevidade.

No âmbito das comemorações do aniversário da CEMAH foi lançada uma nova imagem institucional, que se constituiu como uma revitalização da sua identidade visual, com uma estilização atual/contemporânea, mantendo, porém, inalterados a sua essência secular e valores institucionais que alicerçaram a sua génese, primando pela manutenção da relação próxima e transparente com os seus *stakeholders*, com destaque para a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH) que tem sido incedível no apoio que tem prestado à CEMAH, valorizando, assim, com o seu esforço, este importante ativo. Apesar de não ter sido possível a distribuição de dividendos (de 2016 a 2020, o total de dividendos retidos é de 2.555 milhares de Euros), o certo é que os fundos próprios da CEMAH evoluíram ao longo dos nossos mandatos de cerca de 21.708 milhares de Euros (31-12-2016) para 28.219 milhares de Euros (31-12-2021, com incorporação de resultados líquidos), traduzindo assim uma significativa valorização da Instituição.



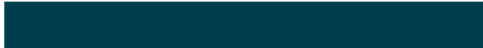
Os últimos anos têm-se caracterizado pelas grandes transformações no mercado bancário e vive-se atualmente, um momento de grande mudança marcado por constantes desafios na atividade considerando, por um lado, as baixas taxas de referência de mercado, que contribuem para o esmagamento da margem financeira (em 2021, a CEMAH, suportou um custo superior a 229 milhares de Euros para manter a sua reserva excedentária no Banco de Portugal) aliada a um mercado extremamente concorrencial com clientes cada vez mais informados e exigentes, e, por outro lado, o impacto da pandemia da Covid-19 em diversas vertentes económicas e sociais, com efeitos imediatos na atividade económica regional, afetando o poder de transação, quer ao nível da oferta de bens e serviços, limitada pelas imposições verificadas, quer ao nível da procura, pela redução de rendimentos e da confiança dos diversos intervenientes, com impacto negativo acentuado nas instituições de crédito.

Contudo, a atividade económica na RAA apresentou melhorias expressivas ao longo do ano de 2021, em comparação com o ano anterior (sobretudo na atividade turística e especialmente nos meses de verão) e ainda que impactada pelas consequências da pandemia da Covid-19, na sequência do progressivo levantamento das medidas restritivas que se repercutiram também nos resultados da Instituição.

É neste cenário que a CEMAH apresenta as suas demonstrações financeiras, sendo de ressaltar então:

- i) um Resultado Líquido do Exercício de 472 milhares de Euros;
- ii) um Rendimento Integral do Período de 895 milhares de Euros;
- iii) um rácio de capital de 15,79% (o rácio regulamentar é de 14%, mas a partir de 1 de julho de 2022, passará para 14,75%);
- iv) uma margem financeira de 6 819 milhares de Euros, resultando num acréscimo de 1,13% face a 2020;
- v) um contributo expressivo da carteira própria, gerida por entidades altamente especializadas, com um valor para o produto bancário, líquido de comissões, de 1 236 milhares de Euros.

É ainda de destacar o aumento do volume da carteira de depósitos em 3,90% e do crédito concedido em 3,96%, num total de depósitos de clientes no valor de 435.382 milhares de Euros e um total de crédito concedido bruto de 246.806 milhares de Euros (embora aqui, com forte pendor das linhas Covid-19, como já acontecera em 2020). Estes indicadores revelam uma apreciada dinâmica comercial, não obstante o atraso da abertura do centro de clientes em Ponta Delgada, que se verificou já em 2022. O nível de colateralização da carteira de crédito também teve uma evolução bastante positiva, passando de cerca de 55,62% (31-12-2016) para cerca de 79,15% (31-12-2021), o que mais acentua a expansão ocorrida.



Ao nível do comissionamento é de ressaltar que este representa cerca de 28% do produto bancário, registando-se um aumento de cerca de 422 milhares de Euros face a período homólogo, em larga medida devido à comissão de manutenção de conta, implementada apenas em setembro de 2020 e que deu um contributo para a conta de exploração de 358 milhares de Euro. Com uma visão integradora de todos os clientes, a CEMAH mantém a sua política de diferenciação pela prática de comissões abaixo do mercado, como tem sido seu apanágio, p.e. a referida comissão de manutenção de conta encontra-se abaixo da média da concorrência, sendo isentada para alguns produtos ou mediante o cumprimento de alguns requisitos por parte dos clientes.

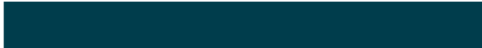
O nível de imparidade para crédito também tem vindo a registar um aumento expressivo, passando de aproximadamente 5.882 milhares de Euros (31-12-2016) para 7.021 milhares de Euros (31-12-2021), o que é revelador do conservadorismo com que a Instituição se está a robustecer para fazer face a eventuais níveis de sinistralidade, que à data não se antecipam como prováveis. O mesmo se poderá dizer em relação à carteira de imóveis detidos para venda, cujo valor líquido era de 10.323 milhares de Euros (31-12-2016, com taxa de cobertura de 24%) e evoluiu para 1.849 milhares de Euros (31-12-2021, com taxa de cobertura de 34%).

Estes indicadores de performance representam a confiança na Instituição e o seu contributo para o financiamento e crescimento da economia regional.

A CEMAH, apesar de ser uma instituição financeira de dimensão diminuta no âmbito do sistema bancário nacional, circunscrita à Região Autónoma dos Açores (RAA) e a uma carteira de produtos pouco complexa, está, todavia, inserida num universo extremamente regulamentado, mas que tem sido capaz de uma resposta globalmente satisfatória, na celeridade e nas necessidades dos clientes. Com efeito, 2021 foi um ano marcado por uma intensa atividade regulatória e de supervisão, mas à qual a CEMAH conseguiu dar resposta, cada vez mais através de uma profícua e competente atividade dos seus colaboradores e recorrendo menos a consultoria externa, porém sempre através de entidades altamente especializadas e com o intuito de internalizar conhecimento.

No final do ano, foi feita a adjudicação de um novo *core* bancário, investimento que se traduzirá em cerca de 1,7 milhões de Euros, que já estava em ponderação há vários anos, mas que agora se revelou absolutamente imprescindível para suporte da atividade, quer ao nível do negócio, quer ao nível do próprio controlo interno. O período de implementação decorrerá durante o ano de 2022.

É assim que vejo a Instituição a que presido: capaz, resiliente e robusta, demonstrando sempre uma grande capacidade de adaptação e evolução.

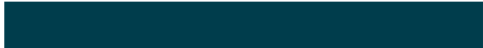


No entanto, o foco continuará no conservadorismo da atividade, na elaboração de um novo plano estratégico, tendo em conta a sustentabilidade do negócio e a mitigação do rácio de NPE, o qual apesar de apresentar um nível elevado (10,41%) desce para 6,3%, se expurgamos quatro clientes significativos, em relação aos quais não é de prever qualquer perda, face aos valores de imparidade e de colateralização já existentes.

Assim sendo, para o ano de 2022, marcado pelo início das funções dos novos órgãos sociais (período 2022-2024), a CEMAH manterá como principal objetivo potenciar a rentabilidade da Instituição, com primazia no desenvolvimento do negócio e da atividade comercial, não descurando os interesses do nosso acionista único, a SCMAH, e os dos nossos clientes, cujas necessidades e satisfação são a nossa principal premissa, bem como a cada vez mais premente preocupação com o meio ambiente, procurando minimizar a pegada ecológica desta Instituição numa ótica de sustentabilidade.

O que é facto é que a CEMAH continuará a encetar esforços numa exposição pedagógica da realidade açoriana e do seu papel como elemento motriz do contexto socioeconómico, apelando à compreensão de todos os seus *stakeholders*, sobre a sua obrigação moral a de continuar a assegurar a bancarização e literacia financeira da geografia em que opera. Apesar da sua dimensão, a Instituição tem recebido diversos reptos de entidades com preponderância nas comunidades mais afetadas pelo panorama de desertificação bancária que resulta das opções estratégicas das suas congéneres, no sentido de ser esta a suprir as lacunas deixadas pelo encerramento de balcões.

Revela-se, assim, como necessário contribuir para a extinção de preconceitos: (i) de que é melhor seguir as tendências e as práticas comumente aceites, a todo o custo, como o sinal de modernização ou sofisticação (*one size fits all*), e (ii) de que criar instituições *too big too fail* pode não ser a melhor solução para o sector bancário.



Resta-me, e aproveitando o mote das comemorações do 125.º aniversário da CEMAH, deixar uma palavra de agradecimento: agradecimento à nossa entidade titular, a SCMAH na pessoa do Sr. Provedor, inextinguível no seu apoio, aos colegas do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, aos nossos colaboradores, ao regulador, ao auditor externo e Revisor Oficial de Contas, aos consultores, às entidades oficiais e a todos os nossos parceiros, mas em especial aos nossos clientes pela confiança que têm vindo a depositar em nós e cuja relação duradoura nos permitiu celebrar esta data. Reiteramos o nosso compromisso na manutenção desta relação que se pauta sempre pela transparência, solidez e rigor que tão bem nos caracterizam nesta relação mais do que centenária.

Uma palavra muito especial de agradecimento ao Sr. Dr. Álvaro Monjardino, Presidente da Assembleia Geral, que nos acompanhou nestes dois últimos mandatos, já então numa idade avançada, mas sempre com uma lucidez acutilante e que muito nos apoiou com o seu sábio conselho e palavra amiga de incentivo. Também uma palavra de agradecimento para os colegas dos restantes órgãos sociais, efetivos e suplentes, nomeadamente os que venham a cessar funções na Instituição, com um reconhecimento especial ao Prof. Dr. Eduardo Couto, pela sua competente e ponderada ação no Conselho de Administração, e que, por opção relacionada com a sua vida académica, cessa a sua função executiva, mas que esperemos nos venha a honrar com a manutenção de proximidade à Instituição.

António Maio

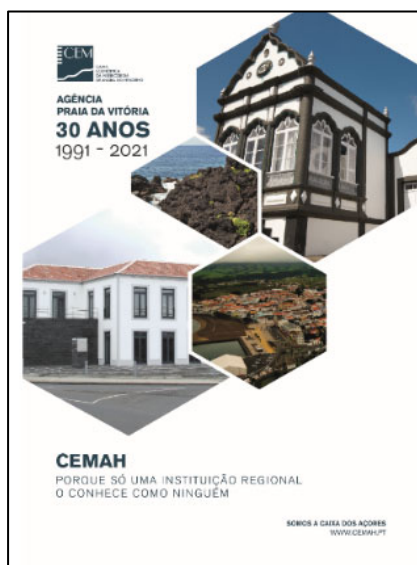
CONTEXTO, CRONOLOGIA



A CEMAH EM 2021

30.º aniversário Balcões da Praia da Vitória e Velas	Janeiro
Formação PwC Academy - Jornadas 1 e 2 (incluindo modelo de negócio, comercialização de produtos, temas regulamentares e supervivos)	
Reunião de Gerentes	Fevereiro
Protocolo LAE COVID-19 – Agências de Viagens e Operadores Turísticos	
Reunião anual do Banco de Portugal com LSI 2021	Março
125.º aniversário da CEMAH e lançamento de nova imagem institucional	Abril
Protocolo LAE COVID-19 – Médias e Grandes Empresas de Turismo	
Protocolo de Apoio à Atividade Agrícola – Terra Verde, Assoc. Produtores Agrícolas dos Açores	
Protocolo de Apoio à Atividade Agrícola – Sanisidro Cooperativa	
Protocolo de Apoio à Atividade Agrícola – Cooperativa Agrícola de Santo Antão	Maio
Assembleia Geral de aprovação de contas de 2020	Junho
Protocolo LAE COVID-19 19 – Grandes Eventos Culturais	
Protocolo LAE COVID-19 19 – Federações Desportivas	
Protocolo Comercial – Assoc. Humanitária Bombeiros Voluntários do Faial	

E DESTAQUES



Julho	10.º aniversário Balcão Ponta Delgada Protocolo Comercial – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Agosto	30.º aniversário Balcão Graciosa
Setembro	Protocolo Linha de Apoio à Recuperação Económica – Retomar
Outubro	Protocolo de Apoio à Atividade Agrícola – Unicol
Novembro	Reunião de Gerentes Proposta de decisão SREP 2021
Dezembro	Adjudicação do novo sistema <i>core</i> bancário Protocolo Linha de Apoio ao Turismo 2021 Assembleia Geral de aprovação do Programa de Ação e Orçamento 2022

CONTEXTO, CRONOLOGIA



INDICADORES RELEVANTES

		2021	2020	Var %
Dimensão	Ativo Líquido (m.Euros)	469 616	453 305	3,60%
	Colaboradores ativos ¹	135	136	- 0,74%
	Balcões	13	13	-
Atividade	Crédito bruto a clientes (m.Euros)	246 806	237 264	4,02%
	Recursos de clientes (m.Euros)	436 144	419 546	3,96%
Capital	Rácio de Fundos Próprios Totais	15,79%	15,49%	0,30%
	Tier I	14,57%	14,45%	0,25%
	Rácio <i>Common Equity Tier I</i> (CET I)	14,57%	14,45%	0,25%
Qualidade de Crédito	Exposições Não Performantes ² /Exposição Total	10,41%	12,60%	- 17,54%
	Imparidade/Exposição Total	2,46%	2,49%	- 1,20%
Rendibilidade	Produto Bancário (m.Euros)	9 842	8 923	10,30%
	Resultado Líquido (m.Euros)	472	-204	331,33%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido	0,14%	-0,07%	286,97%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido médio	0,14%	-0,07%	287,07%
	Produto Bancário/Ativo líquido	2,10%	1,97%	6,47%
	Produto Bancário/Ativo líquido médio	2,13%	2,00%	6,53%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios	2,33%	-1,24%	287,57%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios médios	2,36%	-1,23%	292,19%
Eficiência	<i>Cost-to-income</i>	86,33%	94,63%	-8,77%
	Custos com o pessoal/Produto bancário	45,44%	50,03%	-9,17%
Transformação	Rácio de transformação	55,02%	55,02%	1,15%
	Liquidez a 12 meses (m.Euros)	148 781	140 620	5,80%

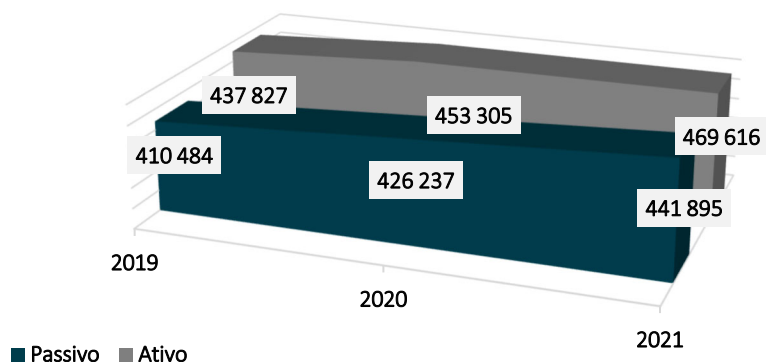
¹ Considerar-se-á, para fins das análises específicas de recursos humanos, um conceito diferente do aqui contemplado.

² Do inglês, *Non-Performing Exposures*.

E DESTAQUES

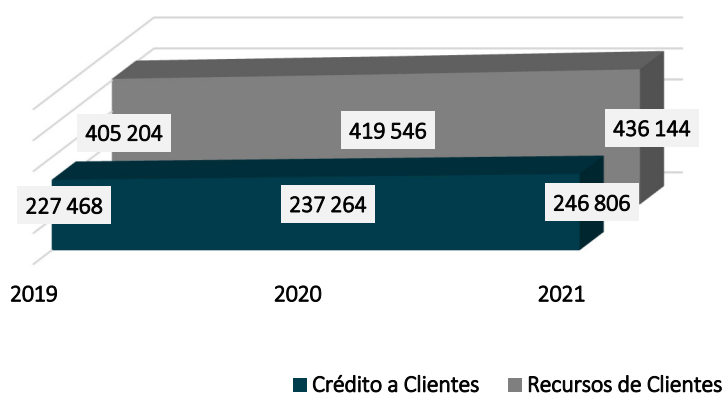
(milhares de Euros)

ATIVO VERSUS PASSIVO



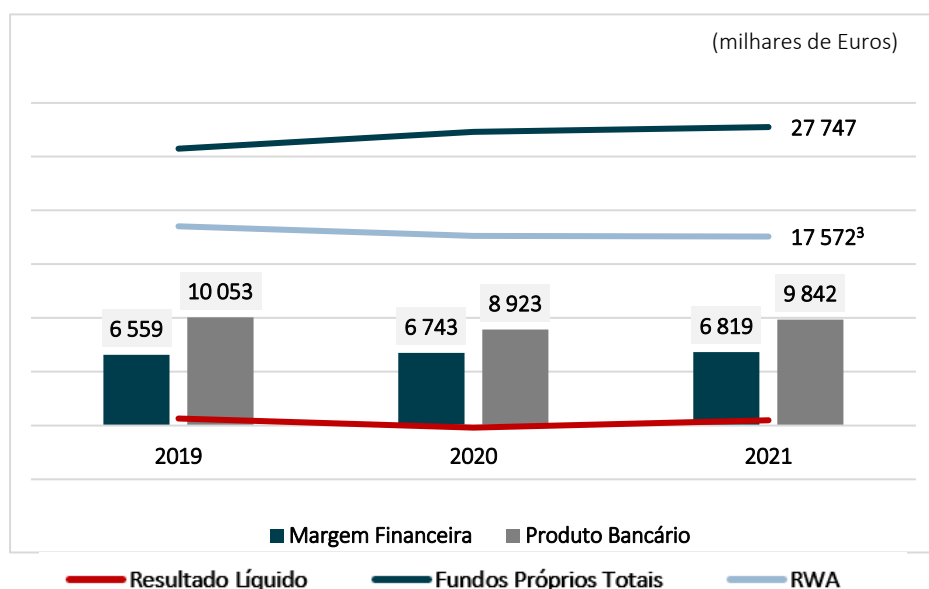
(milhares de Euros)

CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES



(milhares de Euros)

MARGEM FINANCEIRA E PRODUTO BANCÁRIO VERSUS TENDÊNCIA DE RESULTADO LÍQUIDO, FUNDOS PRÓPRIOS E RWA³



³ Do inglês *Risk-Weighted Assets*, os Ativos Ponderados pelo Risco; esse valor é ajustado a dezenas de milhares de Euros, por uma questão de escala

CONTEXTO MACROECONÓMICO

GLOBAL

A nível mundial, a instabilidade socioeconómica causada pela expansão do vírus SARS-CoV-2 (v.g. COVID-19), a primeira pandemia do século XXI, impactou de tal forma o normal desenvolvimento da atividade económica – tanto pelas restrições à operação de diversos setores económicos como pelo desvio dos padrões de consumo e investimento, dadas as circunstâncias sanitárias inerentes –, que arrastou 2021 para um panorama de incerteza e falta de fé numa recuperação que teimava em não se consolidar. O aparecimento de novas variantes de Covid-19 e a sensação de que a possibilidade de confinamento global/parcial, temporário/prolongado, está sempre latente, com reverso de impactos socioeconómicos, mantém uma ameaça à atividade económica e à Paz social.

Disputas fazem parte do quotidiano, porém, perante os desafios do contexto e o volume de apoios financeiros *em cima das mesas* dos decisores políticos, conflitos têm vindo a emergir com maior frequência e profundidade não negligenciável, mantendo um clima de tensão e consequente reação exacerbada dos mercados. O conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, em nada circunscrito geopoliticamente – ou não tivesse a adesão desta à NATO ateadado a pressão –, abre espaço a outra crise emergente, de contornos ainda difíceis de equacionar, e cujos impactos já se sentem ao nível do acesso básico a bens, com boicotes de parte a parte, em *braço de ferro*, atijando a reação inflamada dos mercados.

Adensa-se, em paralelo, um movimento de desafio do *status quo* da prestação de trabalho, muito assente nas possibilidades proporcionadas pela digitalização – o dito teletrabalho, promovido, entretanto, a “trabalho híbrido” –, o que veio afetar tanto as expetativas dos trabalhadores como a atuação dos recrutadores, num mercado que já procura e admite exclusivamente para trabalho remoto. Não obstante, parece ainda cedo para perceber o impacto deste movimento na dinâmica global da empregabilidade (e na respetiva taxa de desemprego não precário) e no próprio preço dos fatores produtivos... Já é facto, contudo, que o recurso ao teletrabalho durante a pandemia se mantém heterogéneo, não apenas por setor de atividade ou profissão (que indiciam muito sobre a possibilidade de uma função poder ser desempenhada em regimes alternativos e não presenciais), mas muito de acordo com o perfil de cada colaborador, com as suas necessidades de tempo de concentração/colaborativo e muito dependente das condições de que dispõe e do potencial de equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar (cuja avaliação nada tem de linear ou de *one size fits all*).

Quanto a relacionamentos comerciais, em sentido lato, tanto B2B como B2C, e excetuando a revolução nos meios e sistemas de pagamentos – que dá sinais de ter vindo para ficar –, parece ser possível aferir algum retorno a regimes mais híbridos e não tão dependentes de plataformas digitais, uma vez não sendo impreterível a sua total descentralização e digitalização, pela acalmia na própria situação sanitária; sobretudo na ótica do consumidor comum, parecem existir questões comportamentais a explorar e talvez se requeira uma reinvenção de relações mais híbridas, mas claramente sem abandonar o contacto presencial na totalidade, pois a proximidade continua a ser reclamada mesmo nos atos mais primários de consumo.

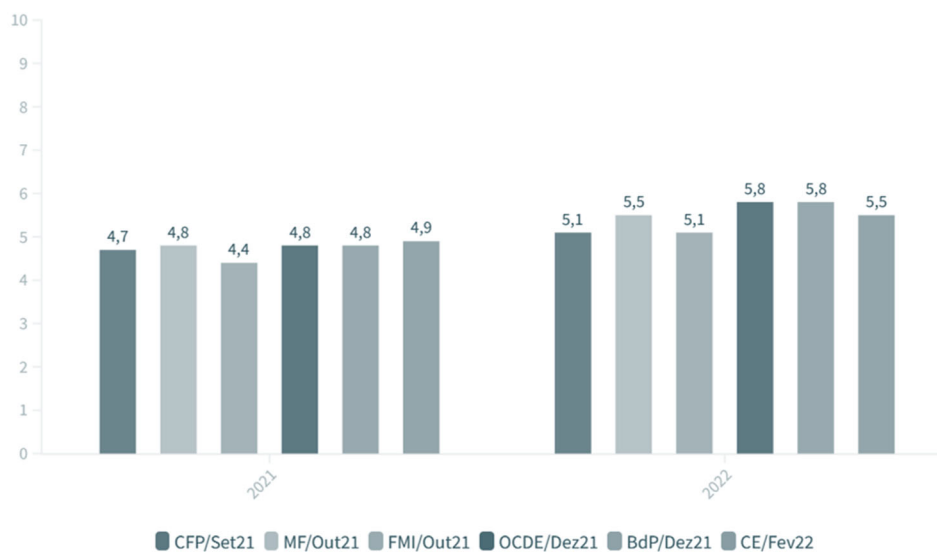
Talvez a palavra-chave de 2021 seja *híbrido* (na esperança de que, em geral, uma postura de *go with the flow* seja, simultaneamente, a mais conservadora e eficaz na adaptação à incerteza).

NACIONAL

A nível nacional, o tom é inequívoco: superando as estimativas do Governo, e de acordo com o INE, no conjunto do ano 2021, o PIB registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica). Aliás, já se pôde verificar que no 4.º trimestre de 2021, o PIB cresceu 5,8% em termos homólogos e 1,6% em cadeia.

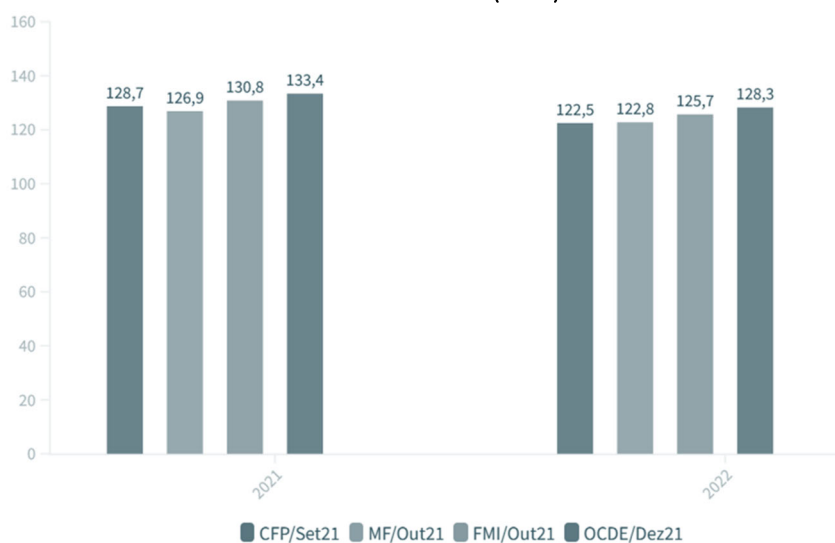
Não obstante a recuperação do PIB, há que manter alguma parcimónia e atenção sobre o efeito das medidas orçamentais associadas à pandemia em Portugal ao nível do défice orçamental, no sentido de perceber se daí advirá uma *fatura* para o futuro; veja-se:

Resumo de projeções macroeconómicas para a Economia Portuguesa PIB (variação, %)



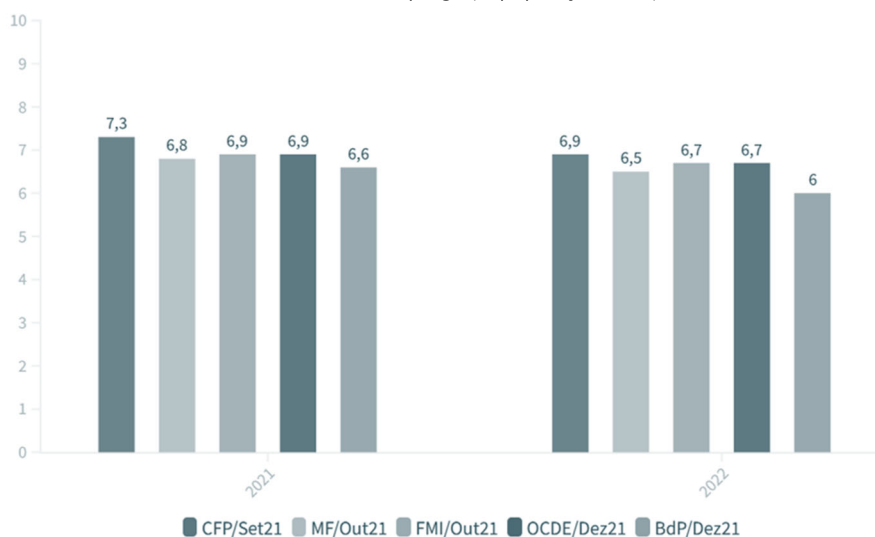
Fonte: Conselho das Finanças Públicas

Resumo de Projeções macroeconómicas para a Economia Portuguesa Dívida Pública (% PIB)



Fonte: Conselho das Finanças Públicas

Resumo de Projeções macroeconómicas para a Economia Portuguesa Taxa de desemprego (% população ativa)



Fonte: Conselho das Finanças Públicas

A explicar a evolução está um contributo positivo expressivo da procura interna, depois de ter sido significativamente negativo em 2020 (admita-se, igualmente, algum efeito de base na construção do indicador), registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento.

Em termos homólogos, o contributo da procura externa líquida foi positivo, devido a uma aceleração em volume das exportações de bens e serviços, tendo-se registado também um contributo positivo da procura interna.

É convicção do Ministério das Finanças que esta evolução do PIB reforça a confiança na continuação da rápida recuperação da economia portuguesa durante o ano de 2022, antecipando-se que se possa ultrapassar o nível pré-pandemia já no 1.º semestre e inclusivamente superar as estimativas do Governo para 2022, de 5,5%.

Igual parcimónia e atenção importa manter sobre o enquadramento do Programa de Estabilidade, fortemente marcado pelo Programa *Next Generation EU* (NGEU) – o instrumento temporário aprovado pela União Europeia para apoiar a recuperação económica dos países europeus. Nesse âmbito, destaca-se o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o PRR português cuja implementação foi iniciada na segunda metade do ano. O PRR português é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026 e com recursos que ascendem a cerca de 14 mil milhões de Euros em subvenções, ligados a um conjunto de reformas e investimentos que contribuirão para um crescimento económico sustentado, reforçando a convergência de Portugal com a média europeia e estimulando a transição digital e climática na próxima década.

De forma complementar ao PRR, será igualmente crucial o próximo ciclo de fundos estruturais 2021-2027 que, sendo sequencial ao Portugal 2020, contribuirá para o esforço reformista e de mudança estrutural, com principal enfoque nos domínios da inovação e da transição digital, demografia, inclusão e coesão territorial.

Ao longo dos próximos anos, a implementação do PRR, utilizando as verbas atribuídas a Portugal no âmbito do NGEU, poderá constituir um contributo para a redução do rácio da dívida em percentagem do PIB. Além do impacto estrutural no crescimento económico, o PRR viabiliza investimentos públicos e privados sem onerar, no curto prazo, o défice e a dívida pública. No entanto, na execução do PRR, devem ser tomados em atenção os desafios inerentes à muito curta janela temporal para utilização dos fundos (2021-26) e ao cumprimento das metas intermédias.

Na sequência do contexto macroeconómico ilustrado, parece evidente que a evolução da pandemia continua a ter um impacto sobre a avaliação de riscos para a estabilidade financeira, nomeadamente pela já mencionada incerteza, bem como pela acumulação de algumas vulnerabilidades, que se podem vir a traduzir na materialização de riscos no médio-prazo.

Há que perceber que os efeitos da pandemia não estão ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total, e que, apesar de o setor financeiro não ter sofrido um tão diretamente e expressivamente, ou de forma proporcional, como a atividade económica em geral, os impactos vieram materializar-se, ainda assim, como muito relevantes. Desde a redução de rendibilidade, pelo facto de o setor financeiro ter sido chamado a financiar a economia real em condições de emergência, num ambiente de fatores de referência já *esmagados* – ambos, taxas de juro e comissionamento – e perante as iniciativas governamentais direcionadas para a redução de obstáculos e custos de acesso aos serviços financeiros (considerados como serviços essenciais), passando pelo aumento das imparidades para crédito por deterioração expectável das condições financeiras dos clientes bancários, a par da pressão prudencial comunitária e doméstica – talvez não tão solidária como seria desejável, até do ponto de vista de clareza, certeza e oportunidade das diretrizes publicadas, mas sobretudo pela aplicação muito parca da flexibilização apregoada –, as instituições de crédito viram os seus resultados e fundos próprios ser consumidos, quer por via da redução de proveitos, quer por via do aumento de custos associados às adaptações requeridas ao funcionamento de acordo com a missão atribuída e com os condicionalismos sanitários, quer ainda pelo reconhecimento de perdas económicas pela aplicação da moratória e encargos adicionais por imparidade, mesmo no âmbito da moratória legal, subjacentes à aplicação dos conceitos de exposição não performante e *default*. Aliás, as instituições de crédito que se assumiram como pioneiras na definição e concessão de moratórias customizadas/privadas, não tendo aguardado a concertação de iniciativas pelo setor ou associações, foram, por isso, amplamente penalizadas em termos de performance, pelas vias descritas.

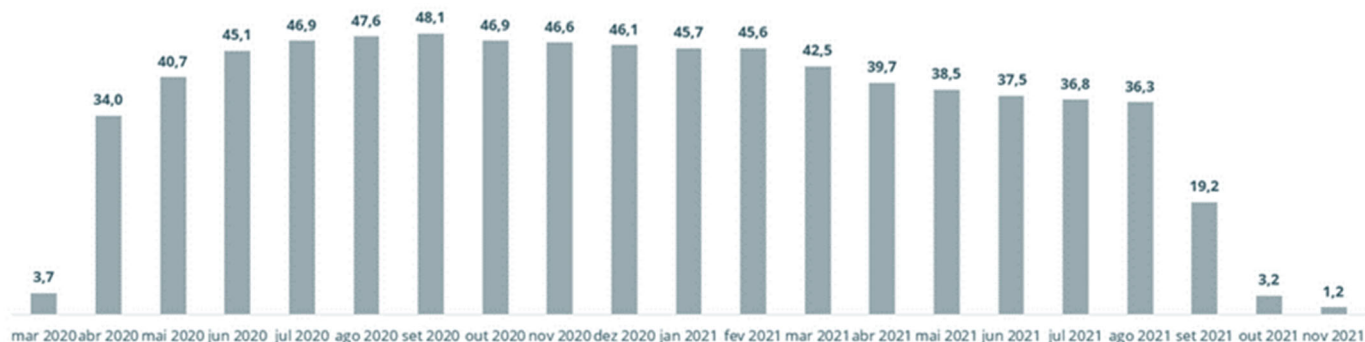
Portanto, não serão de negligenciar vulnerabilidades e riscos para a estabilidade financeira no médio-prazo, como sejam: (i) a reavaliação dos prémios de risco, em resultado do aumento de incerteza por parte dos investidores quanto à evolução da inflação e à reação das autoridades monetárias; (ii) as alterações nas condições de financiamento nos mercados internacionais, com impacto nos preços do mercado imobiliário residencial e no custo de financiamento do soberano e dos restantes setores institucionais; (iii) as perturbações da atividade das sociedades não financeiras com impacto no incumprimento e materialização do risco de crédito, em particular nos setores mais afetados pela pandemia; (iv) a subida do rácio de endividamento dos particulares em relação ao rendimento disponível, sobretudo decorrente do crescimento do crédito à habitação, que afetaria a resiliência financeira dos particulares a variações do desemprego e consequentes quebras de rendimento.

Para o setor bancário português, os impactos deverão concretizar-se (i) na deterioração da qualidade dos ativos e materialização do risco de crédito: importância de um adequado registo de imparidades para crédito; (ii) na materialização do risco de mercado decorrente de um aumento das taxas de juro de longo prazo, com impacto na desvalorização dos ativos financeiros em carteira, com destaque para a dívida pública; (iii) nas limitações ao nível da rendibilidade, num quadro de taxas de juro baixas, expansão limitada do mercado de crédito doméstico e concorrência acrescida em segmentos mais rentáveis; (iv) nos desafios associados ao processo de digitalização da atividade bancária, incluindo a vertente da cibersegurança, e a transição para uma economia sustentável.

2021 evidenciou o desafio considerável perante a necessidade de conjugar efeitos de curto e de médio-prazo das políticas monetária e macroprudencial e das políticas de apoio às empresas, revestindo-se, no entanto, este processo de elevada importância na prevenção/mitigação de impactos negativos sobre a economia que conduzam às já típicas correções abruptas nos mercados financeiros. Portanto, e à parte das questões de volatilidade apresentadas pelos mercados financeiros, cada vez mais vulneráveis a comportamentos de grupos de agentes ou de *influencers* e a episódios de disputas desprovidas de princípios básicos de ética e sustentabilidade nas relações económicas, afetados pelos desequilíbrios do prolongamento de uma vivência quase distópica, a concessão de moratória, como parte das medidas de apoio à economia no âmbito do plano de recuperação da crise gerada pelo surto pandémico, ainda assume relevância significativa na memória descritiva do contexto setorial de 2021; de acordo com sistematização do Banco de Portugal, com referência a dezembro de 2021⁴:

⁴ Última informação publicada, dado o fim do regime de moratórias.

Montante de crédito em moratória (mil milhões de Euros)



O ano de 2021 foi marcado pelo retomar da tendência de crescimento dos pagamentos de retalho, interrompida em 2020 na sequência da pandemia.

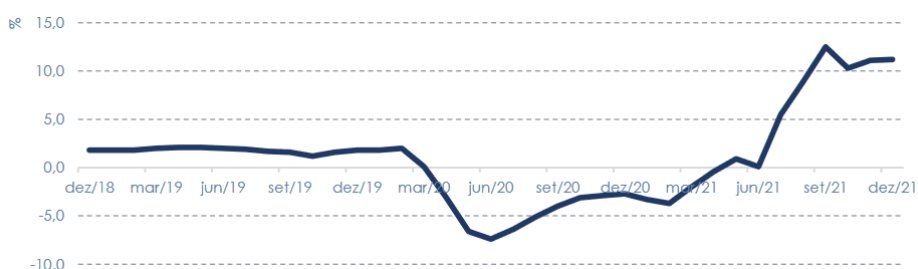
No último ano, os portugueses efetuaram 3,1 mil milhões de pagamentos de retalho, através do sistema de compensação interbancária, no valor de 564,3 mil milhões de Euros, atingindo novos máximos históricos. Estes números correspondem, respetivamente, a crescimentos anuais de 13,7% e 12,5% face a 2020 e de 3,3% e 7,9% face a 2019.

A pandemia alterou a forma como fazemos pagamentos. As marcas mais evidentes da alteração dos hábitos de pagamento dos portugueses são a escolha de instrumentos de pagamento eletrónicos, em detrimento dos que são baseados em papel, uma maior preferência por compras presenciais e online com cartão e o maior recurso à tecnologia *contactless*.

REGIONAL E IDIOSSINCRÁTICO

A nível regional, o Indicador de Atividade Económica⁵ (IAE), em dezembro de 2021, ascende aos 11,2 %, apresentando apenas uma ligeira correção em relação a valores quase sem precedentes de setembro p.p., dada a situação completamente atípica de crise sanitária e socioeconómica verificada em 2020 e como culminar da inversão de tendência evidenciada desde meio do ano; veja-se:

Evolução do IAE-Açores 2018-2021

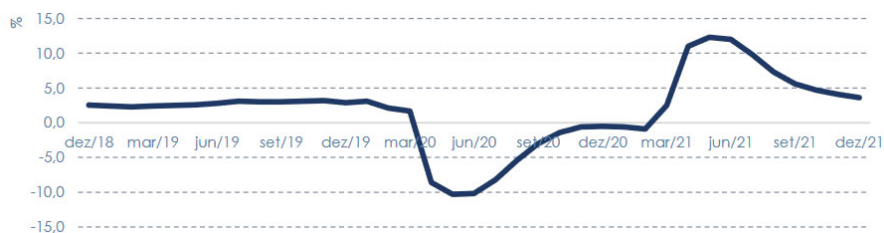


Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

⁵ O IAE-Açores é um indicador compósito coincidente, construído para acompanhar a evolução do estado geral da economia regional no curto prazo, a partir de séries de referência escolhidas como *proxy* da atividade económica regional, pelo que, na análise dos resultados, dever-se-á ter presente que não é pretendida a medição da variação infra-anual do PIB, mas sim o estado geral da economia, devendo-se aferir, sobretudo, sobre a evolução em termos de acelerações, desacelerações e pontos de viragem (e não o seu valor propriamente); os valores são ajustados da sazonalidade, calibrados pela variação do PIB e alisados pelo método de médias móveis de 3 meses.

Quanto ao Indicador do Consumo Privado⁶ (ICP) registou-se, em termos homólogos, um aumento de 3,6%, devida em grande medida a um efeito de base (i.e. a comparação incide sobre meses fortemente afetados pela pandemia); verifica-se, contudo, um decréscimo de 0,5 pontos percentuais (p.p.) em relação ao valor revisto do mês anterior, suportado nas variações intensas das séries de transportes aéreos, transportes marítimos e transportes terrestres, e menos intensas que no mês anterior de gasolina e bens alimentares.

Evolução do ICP-Açores 2018-2021



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

A taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores situou-se em 8,2% no 4.º trimestre de 2021, o que representa um decréscimo homólogo de 2,9% no trimestre de referência, observando-se um aumento de 2,7 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao trimestre homólogo e um aumento de 1,3 pontos percentuais (p.p.) em relação ao trimestre anterior.

A população empregada por setor de atividade principal (CAE-Rev. 3) diminuiu em todos os setores de atividade, -1,1%, -5,0% e -2,5%, no setor primário, secundário e terciário, respetivamente, tendo a taxa de atividade (16-89 anos) cifrou-se nos 59,5%, não havendo alteração em termos percentuais face ao trimestre homólogo.

Crê-se que ainda estejam a ser colhidos alguns frutos da estratégia ultraprotecionista implementada no início da pandemia, aguardando-se o reflexo da alteração de política pela recomposição pouco comum da Assembleia Legislativa Regional – apesar de as negociações de financiamento comunitário e nacional serem, na sua maioria, anteriores –, o qual se revelará fator crítico na trajetória socioeconómica da Região.

Importa ainda mencionar a crise sísmica emergente na ilha de São Jorge, identificada a 19 de março, dada a incerteza dos impactos globais que daí possam resultar, a diversos níveis, nomeadamente de resposta ao nível da Proteção Civil e do impacto no orçamento da Região. Mantém-se indelével na população açoriana o potencial devastador de eventos de tal natureza, pelo que, só por isso, se esperam danos a nível socioeconómico.

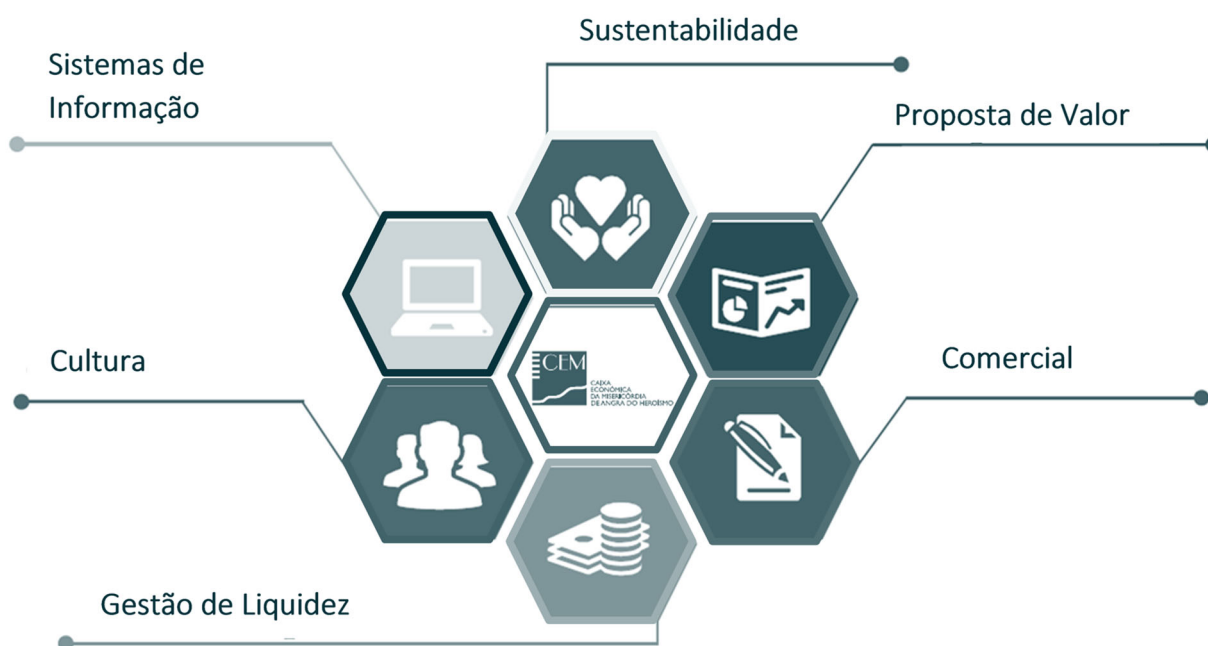
⁶ O ICP-Açores é um indicador coincidente, divulgado mensalmente, com um prazo médio de 45 dias sobre a realidade económica a que respeita, com análise evolutiva em termos reais e homólogos, não devendo ser interpretado como a taxa de variação homóloga do consumo privado, mas sim como indicador de tendência; é efetuado um alisamento das séries através da média móvel ponderada e centrada de 7 meses das taxas de variação homóloga do indicador do consumo, calculado em volume, precisamente para evidenciar o efeito de tendência.

ESTRATÉGIA

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2022

Conforme seria desejável – e se impõe –, com referência a 31 de dezembro de 2021, é momento de balanço: a monitorização das principais iniciativas previstas no Plano Estratégico da CEMAH para 2020-2022, permite inferir pela boa prossecução das orientações delineadas, não obstante a atipicidade de contexto socioeconómico.

Nesse sentido, e tomando como ponto de partida a visão pictórica dos eixos estratégicos, por memória, vêm sistematizar-se as iniciativas alcançadas ao longo do triénio em conclusão.



SUSTENTABILIDADE

- Adoção de medidas de gestão financeira e de capital cuja implementação permite o reforço dos níveis de solvabilidade da CEMAH
- Otimização da despesa, com foco no aumento da margem operacional e na melhoria da eficiência da organização
- Revisão e alavancagem da estratégia de responsabilidade social, alinhando a estratégia com o posicionamento expetável transmitido na missão da CEMAH

PROPOSTA DE VALOR

- Análise da carteira de clientes atuais e potenciais com vista a uma adequação das suas necessidades/perfil à oferta de produtos/serviços do portfólio da CEMAH
- Mapeamento e análise do atual portfólio de produtos e serviços e o seu *pricing*, de forma a alinhar a oferta com a visão futura
- Elaboração do modelo de funcionamento para a constituição de equipas multidisciplinares, promovendo a complementaridade de competências em projeto de elevada complexidade e estruturais no desempenho da organização
- Reforço da presença da CEMAH no mercado de sistemas de pagamento, nomeadamente através do reforço da rede de ATM e a atualização da infraestrutura de TPA, promovendo o aumento do número de clientes e reconhecimento da marca

COMERCIAL

- Definição, temporal, de um conjunto de diretrizes estratégicas de modo a permitir atingir o produto bancário proposto para 2022. Estas diretrizes incidem em aspetos como quotas de mercado, entrada em novos clientes, aposta em produtos e serviços
- Fomento da articulação entre as diferentes áreas da CEMAH e o *cross-selling* de produtos/serviços
- Cultivo e promoção de experiências de colaboração com parceiros que aportem produtos/soluções inovadoras de negócio e captação de clientes target

GESTÃO DA LIQUIDEZ

- Aumento da rentabilidade da CEMAH através de uma otimização da carteira própria, mantendo o consumo de capital em níveis reduzidos

CULTURA

- Capacitação dos recursos humanos da CEMAH, com vista à adequação das suas competências às exigências regulatórias e complexidade de mercado/ negócio
- Função de suporte a um planeamento e gestão estratégica efetivos, com foco na materialização de inputs para o negócio pertinentes e periodicidade indicada
- Revisão e reformulação do processo de avaliação de desempenho e das políticas de compensação e benefícios
- Promoção de ações de sensibilização/ formação com vista a uma atuação responsável por parte dos diferentes departamentos da CEMAH em matérias de risco

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Sistematização do processo de decisão de aprovação de crédito, garantindo a celeridade do processo de modo a garantir a diferenciação no mercado neste contexto
- Análise custo-benefício de diferentes cenários de desenvolvimento do core bancário em linha com as exigências a nível de serviço/ produto de clientes internos e externos
- Revisão e adaptação/reformulação da proposta da ferramenta de BI existente e implementação da mesma na Organização
- Estandardização dos principais processos da CEMAH entre os diferentes departamentos aferindo fluxos e responsabilidades. Automatização dos processos críticos com foco na eficiência/ rapidez processual

Sem prejuízo das devidas adaptações e eventuais (re)direcionamentos – que vieram já representar ajustamento ao nível dos eixos de Sustentabilidade e de Sistemas de Informação, em particular, neste triénio –, é adequado admitir a relevância da continuidade de grande parte dessas linhas de orientação, pelo seu carácter conservador e pelo entrosamento com a missão e visão dos seus órgãos sociais.

Aliás, não são negligenciáveis as dificuldades da Instituição ao nível da identificação de oportunidades, quer de redução de custos, dada a gestão criteriosa que já é efetuada nos processos de compras, quer de aplicação da reserva excedentária, decorrente dos condicionalismos da CEMAH em termos de consumo de capital.

Não obstante, e após um longo processo de avaliação e seleção, a CEMAH veio, em final de mandato do Conselho de Administração, colocar uma pedra basilar na edificação da sua estratégia de digitalização com a adjudicação do novo core bancário, que vem alavancar o salto qualitativo nas práticas internas e galvanizar a oferta de produtos e serviços a clientes através de canais digitais.

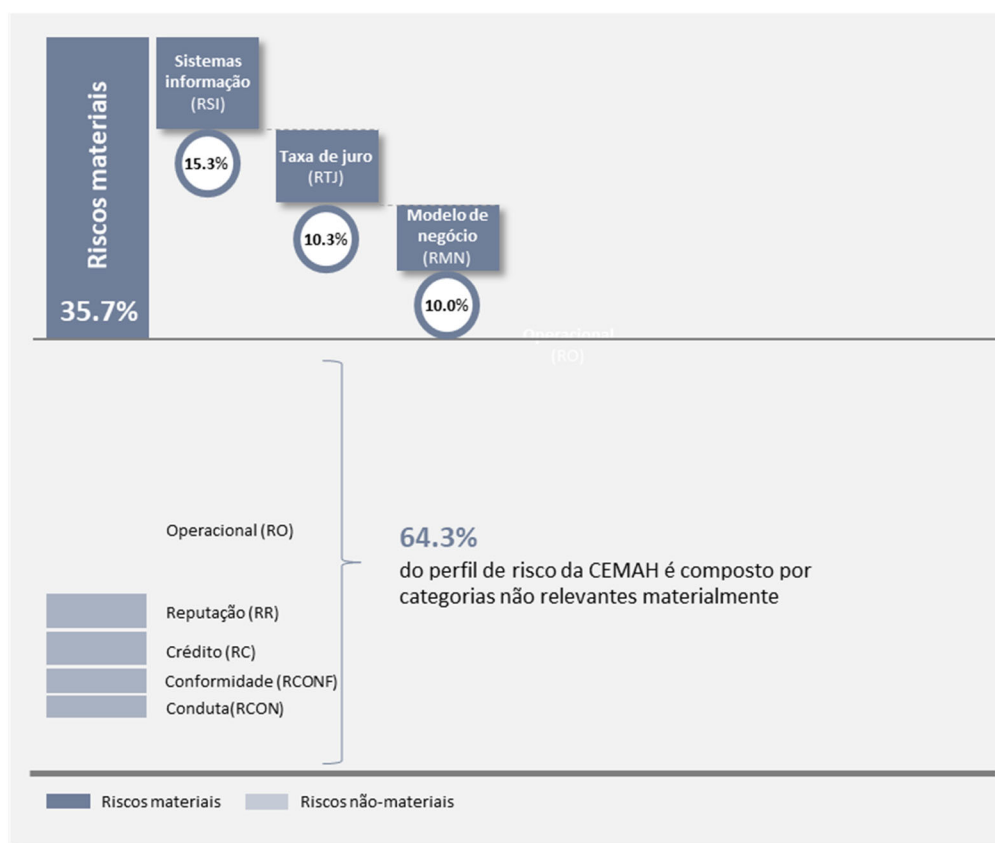


FRAMEWORK DE RISCO

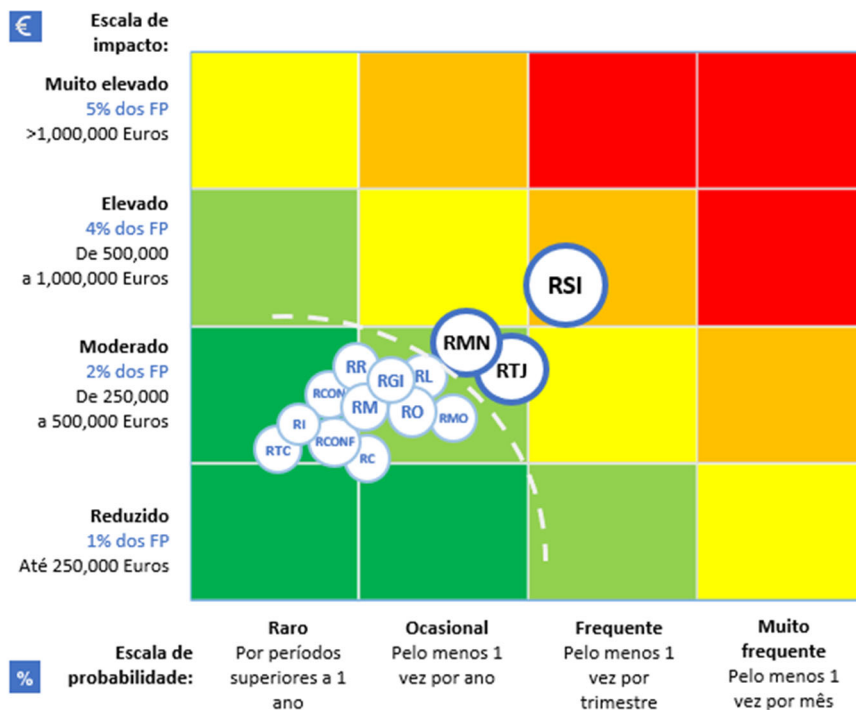
Em abril de 2021 foi realizado o exercício anual de identificação e avaliação de riscos, o qual tem como ponto de partida a validação do mapeamento de processos e a respetiva validação e confirmação por cada uma das unidades de estrutura dos mesmos, levantamento de eventuais fatores de risco adicionais face ao ano anterior, inventariação de todos os fatores de risco e avaliação individual da respetiva probabilidade de ocorrência e impacto pelos respetivos owners de cada processo, ou pela Gestão de Topo quando se trate de um processo genérico.

O exercício descrito, após avaliação dos fatores de risco, culmina na obtenção de uma visão global sobre as principais categorias de risco a que a CEMAH se encontra exposta.

Todos os riscos foram avaliados, de forma sistematizada, quanto à sua probabilidade de ocorrência e impacto, sendo que, daí, resultou o seguinte mapeamento do perfil de risco da Instituição:



Dessa base, resulta ainda a distribuição das categorias de risco da CEMAH, conforme se ilustra, sendo que, para uma visão do panorama geral, importa elaborar um pouco mais sobre aos riscos significativos (ou classificados como materiais):



RISCO DE TAXA DE JURO

No que concerne a esta categoria, desta feita numa visão baseada no risco, importa salientar que se trata de um risco intrínseco à atividade da Instituição e que resulta das carteiras de crédito, depósitos e carteira de investimentos, quer pelas características/perfil de remuneração, rendimento/cashflow e maturidade das diversas posições, quer pela pressão sobre a margem financeira (atual ou previsível) decorrente de limitações ao nível da compensação, natural, entre os ativos e os passivos, sujeitos a indexantes já amplamente abordados.

RISCO DE MODELO DE NEGÓCIO

Um dos maiores desafios das instituições atualmente, e não apenas da CEMAH, passa por uma essencial integração entre a gestão financeira, de riscos e de capital, quer por via da crescente complexidade do enquadramento legal/regulamentar, quer pela necessidade de se tomarem decisões de forma cada vez mais célere, um contexto macroeconómico e de mercado de rápida evolução.

Nesse sentido, a CEMAH mantém o objetivo de melhorar continuamente a disponibilidade de informação de qualidade sobre os riscos e capital, fator crítico de sucesso na definição, persecução e acompanhamento da estratégia da Instituição, também para reduzir eventuais restrições significativas à sua execução, como é o caso dos objetivos de redução de Exposições Não Produtivas. Não obstante, relativamente a esta categoria, a sua materialidade resulta diretamente dos fatores de risco decorrentes dos compromissos assumidos com o Fundo de Pensões, independentemente do motivo que os origina (e.g. desvalorização dos ativos, aumento súbito das responsabilidades atuariais).

RISCO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Não negligenciando alguns fatores mais idiossincráticos, todavia não diferentemente da norma do setor, esta categoria continua a representar alguns dos desafios mais materiais, prementes e de difícil resolução por parte das instituições de crédito/financeiras, até pela velocidade com que os sistemas e tecnologias se tornam tão rapidamente obsoletos na sociedade, bem como pelas alterações de paradigma em forma e oferta criadas pelas *fintech* e *big tech*.

Importa referir que a pandemia de COVID-19 elevou as preocupações transversais com esta categoria de risco, colocando num nível superior as exigências de reforço da capacidade, disponibilidade, integridade, funcionalidade e segurança dos sistemas de informação que suportam a atividade da Instituição, sendo igualmente relevantes as conclusões do Supervisor relativamente a insuficiências ao nível do cumprimento dos requisitos das Orientações EBA/GL/2017/05 relativas à avaliação do risco das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a regularizar em 2022.

RISCO OPERACIONAL

Totalmente relacionado com o risco anterior, são de considerar as restrições ao nível da estrutura de informação e dados, que podem apresentar limitações ao desenvolvimento e das atividades de negócio, suporte e controlo da Instituição.

Por outro lado, a Instituição terá de assegurar um adequado planeamento de recursos e sucessão, dadas as limitações em número e competências, sobretudo a considerarem-se princípios de redundância, dadas as suas características de dimensão e implantação geográfica.

RISCO DE CRÉDITO

Sendo materializado, por excelência, como o risco de negócio e postos os objetivos estratégicos de crescimento da carteira de crédito, não obstante o reforço de controlos implementados em 2021, existe margem e intenção de consolidar a implementação do modelo de acompanhamento e recuperação de crédito.

RISCO DE MERCADO

O ganho de protagonismo da carteira própria como linha de negócio, num contexto de mercados financeiros de elevada volatilidade, vêm enfatizar os fatores de risco típicos, pelo que a qualidade, resiliência e rentabilidade da carteira configurada, e a capacidade para proceder ao acompanhamento intensivo e diligente da mesma, trazem à gestão desta categoria de risco uma perspetiva de mitigação.

Reforça-se, contudo, que a gestão da carteira própria da CEMAH é assegurada, quase na totalidade, por contrapartes gestoras, de acordo com a sua apetência ao risco formalizada pelo Conselho de Administração, mantendo a Instituição o seu acompanhamento agregado e respetivo tratamento financeiro/contabilístico e prudencial.

Uma vez concluído o exercício, tornou-se natural a revisão e desenvolvimento do quadro de apetência pelo risco, concretizando-se esse na (re)definição e sistematização dos indicadores e limites de risco que a posição de capital e liquidez da CEMAH tem capacidade de absorver, de acordo com a visão da sua Administração, e resultando na revisão da Política Global de Gestão do Risco (em vigor a 31 de dezembro de 2021):

Indicadores de apetência	Nível de alerta	Limite de risco
Fundos Próprios Totais	14,25%	14,00%
RWA / Ativo Total	45,00%	50,00%
RWA Empresas / Ativo Total	11,50%	12,50%
RWA Elementos Vencidos / Ativo Total	6,50%	7,50%
Taxa de intermediação do Balanço	1,75%	1,50%
Crédito a taxa variável / Total de Crédito	90,00%	85,00%
<i>Investment grade</i> (carteira própria)	95,00%	90,00%
RAI carteira própria	EUR 500.000	EUR 350.000
<i>Stop-loss</i> carteira própria	4,00%	5,00%
Rácio de NPE	9,65%	10,50%
Rácio de cobertura de NPE	80,00%	75,00%
Rácio de cobertura de Liquidez	155,00%	120,00%
Rácio de financiamento estável	130,00%	120,00%

Esses encontram-se concretizados na dita política e na respetiva *Risk Assessment Statement* (RAS), em cujos princípios estratégicos de apetência ao risco preconizam que: (i) ao nível da solvabilidade, o cumprimento dos rácios regulamentares e a obtenção/manutenção de almofada mínima de 0,5 p.p.; (ii) no que respeita à liquidez, o cumprimento dos rácios regulamentares e manutenção de excedente confortável, contudo, otimizando a sua gestão; e (iii) relativamente à rentabilidade, manter a médio/longo prazo um retorno positivo e crescente do capital, ao nível da média do setor e alinhado com a missão de apoiar o desenvolvimento da RAA e cofinanciar a economia social.

MODELO DE GOVERNO

Foi inquestionável a manutenção do esforço de concretização e consolidação dos preceitos constantes do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, dada a complexidade e abrangência implícitas na sua reflexão e concretização ao nível do desenho dos sistemas de governo e de controlo interno – bem como das matérias conexas, agora agregadas no âmbito do mesmo diploma, como as práticas remuneratórias.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A missão da CEMAH mantém-se inalterada, sendo alicerçada na criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a sua Instituição Titular e única acionista. É, também, no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a sua missão de solidariedade, ao garantir o acesso ao sistema financeiro de clientes considerados como “não rentáveis” pelos critérios utilizados pela generalidade da banca, contribuindo, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, então, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem de ser entendida não como um fator limitador, mas antes como um elemento que distingue a estratégia da CEMAH das demais no mercado, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e conservadorismo na tomada de decisão que advém do conhecimento de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto.

A solidez, a confiança, o rigor e a solidariedade são os valores que melhor caracterizam a abordagem pela qual se pauta a atuação a Instituição, que se pretende posicionar como o Banco dos Açores – um exemplo de sucesso e resiliência.

CORPORATE GOVERNANCE

A relação secular entre a CEMAH e a sua Acionista, a SCMAH, não veio a sofrer alterações do ponto de vista de missão ou objetivos pela transformação da Instituição em sociedade anónima.

Aliás, esta situação não invalida que a SCMAH possa, no imediato e futuramente, permanecer como única acionista, na medida em que o RJCE possibilita que as caixas económicas bancárias tenham somente uma entidade titular, desde que seja uma associação mutualista, misericórdia ou outra instituição de beneficência (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º). Contudo, e por esta via, possibilitou-se que a Instituição pudesse beneficiar de alternativas e instrumentos de reforço de fundos próprios idênticos aos dos bancos, mitigando a pressão subjacente à capacidade e à disponibilidade da SCMAH para realizar aumentos de capital.

A transformação em sociedade anónima veio requerer que o capital institucional fosse representado por ações nominativas, sendo a maioria deste ou dos direitos de votos detida pela SCMAH enquanto instituição titular, de acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, alínea b) do RJCE, bem como criou a base para uma alteração estatutária de convergência com as práticas comumente aceites do ponto de vista de *corporate governance*.

GOVERNO INTERNO

O modelo de governo da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo incide numa Assembleia Geral, num Conselho de Administração, num Conselho Fiscal e num Revisor Oficial de Contas, num modelo monista (v.g. modelo “latino reforçado”), sendo estes eleitos para cada mandato de triénio, conforme as composições abaixo apresentadas.

Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino – Presidente

Duarte Rego Pinheiro – 1.ª Secretário

Letícia Borges Silveira – 2.ª Secretária

É da competência da Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, assim como dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio – Presidente

Eduardo Barbosa do Couto – Vice-presidente

Maria Laurentina Nunes Mendes – Vogal

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio em conformidade com o plano estratégico desenvolvido, materializando a visão e missão da Instituição em objetivos concretos e exequíveis, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e a observância de todos os requisitos legais. É também da sua competência garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso – Presidente

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira – Vogal

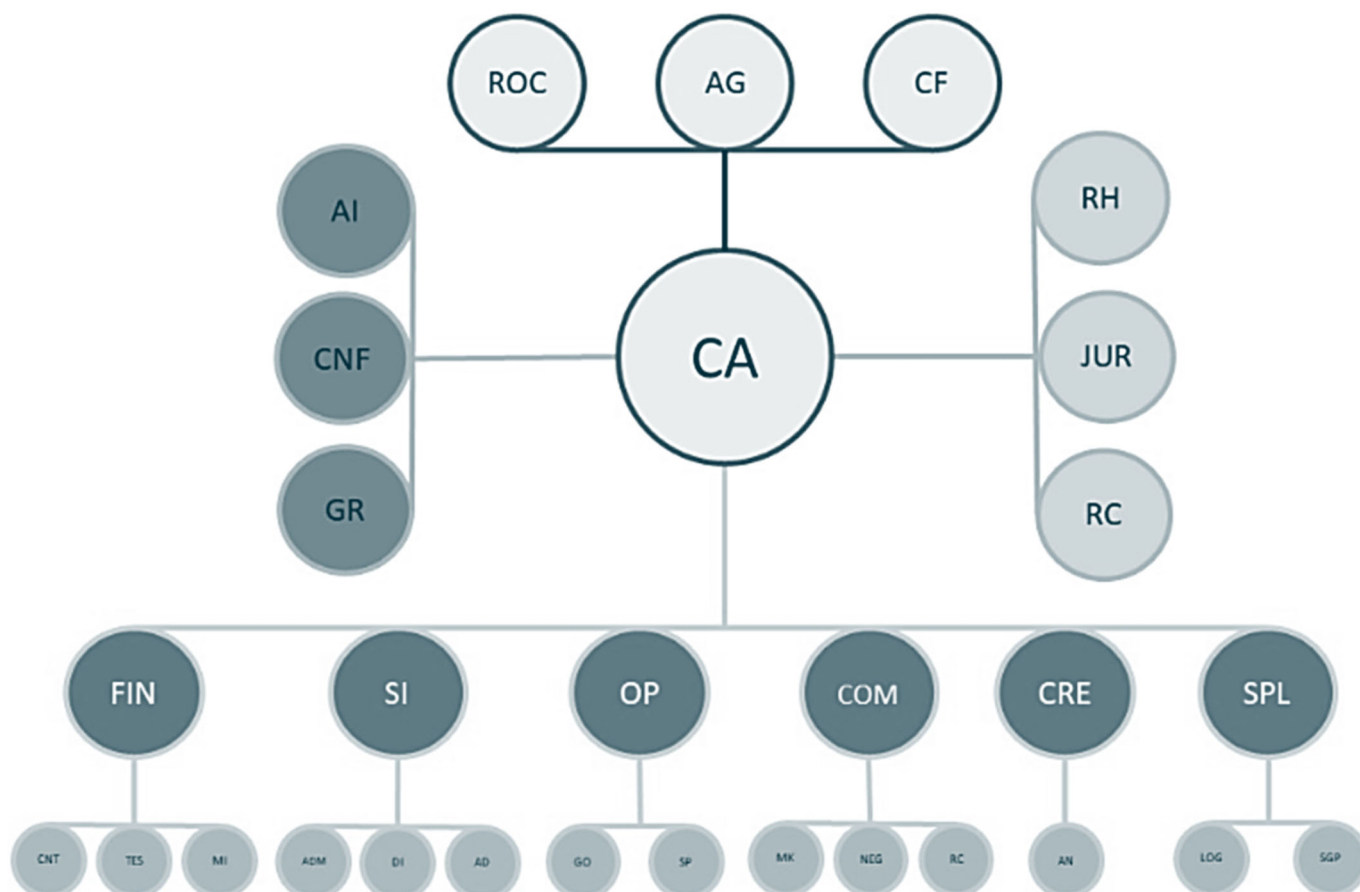
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins – Vogal

Compete ao Conselho Fiscal a supervisão interna das atividades da CEMAH, em particular a fiscalização da tomada de decisão ao mais alto nível e a verificação do nível de confiança numa gestão sã e prudente da Instituição. Cabe-lhe ainda, nesse âmbito, a pronúncia sobre os atos de gestão mais relevantes, entre outras que tenha por convenientes no âmbito dos poderes e competências instituídos por via legal e estatutária.

Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral de 15 de março de 2019, foi decidida a nomeação para o cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., a qual é representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes; Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro encontra-se nomeado como Revisor Oficial de Contas Suplente.

MODELO ORGÂNICO E FUNCIONAL



Legenda: AG – Assembleia Geral; ROC – Revisor Oficial de Contas; CF – Conselho Fiscal; CA – Conselho de Administração; AI – Auditoria Interna; CP – Compliance; GR – Gestão do Risco; RH – Recursos Humanos; JUR – Jurídico; RC – Recuperação de Crédito; FIN – Financeiros; SI – Sistemas de Informação; OP – Operações; COM – Comercial; CRE – Crédito; PM – Patrimônio e Meios; CNT – Contabilidade; TES – Tesouraria; MI – Mercados e Investimento; ADM – Administração de Sistemas e Comunicações; DI – Desenvolvimento e Inovação; GO – Gestão de Operações; SP – Sistemas de Pagamento; MKT – Marketing; NEG – Gestão do Negócio; RC – Rede Comercial; AN – Análise de Crédito; SPL – Segurança, Patrimônio e Logística; LOG – Logística e Meios; SGP – Segurança e Patrimônio.

RECURSOS HUMANOS

2021 foi, sem dúvida, mais um ano de desafios na esfera da gestão de Recursos Humanos, especialmente com a redefinição de formas de prestação do trabalho, com vista a assegurar a segurança e alcançar os mais altos níveis de motivação e produtividade dos Colaboradores.

Para o efeito, também contribuiu o Sistema de Avaliação de Desempenho que, alinhado com os objetivos estratégicos, e com o cumprimento de procedimentos e normativos, incentivou o feedback entre Colaboradores e hierarquias, despertando o compromisso de alcance de metas, não só individuais, como de unidade de estrutura e CEMAH, como um todo.

Atestado o elevado compromisso com o desenvolvimento continuado de competências e beneficiando da evolução que sofreram as formações à distância no período pandémico, incluindo do desenvolvimento informático de acesso a informação interna, em 2021, foi feito um investimento em formação de 68 mil Euros que se traduziu em 5.470 horas de formação e representou um aumento de cerca de 62 mil Euros e de 1.167 horas de formação, face a 2020.

O plano de formação teve por base necessidades identificadas ao nível individual e das unidades de estrutura, considerando as prioridades estratégicas e incidindo sobre regulamentação e respetivas obrigações, Sistemas de Informação, Segurança (física e de informação), Crédito, Seguros e outros Produtos Bancários, Finanças, Gestão e Direito, bem como sobre as áreas de controlo, como a Gestão de Riscos, Ética e Conduta, Branqueamento de Capitais e Auditoria, pelo seu carácter nuclear e transversal.

Merece, especial destaque, a formação extensa e de nível superior, sobre Rácios Prudenciais, Governo Interno e Sistema de Gestão de Risco, Modelo de negócio, Comercialização de Produtos, Pilares 2 e 3 e temas regulamentares e supervisivos.

Relativamente a benefícios sociais para além das condições comerciais especiais para colaboradores e dos previstos no Acordo de Empresa, como os SAMS (Serviços de Assistência Médica e de Saúde) e de apoio à infância e estudo, e das, em 2021 foi dada a possibilidade de adesão ao cartão refeição que revelou ser bastante valorizada pelos aderentes.

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos

		2021	2020	Var. %	
No seguimento do que aconteceu em 2020, e em alinhamento com o setor, em 2021 manteve-se a tendência de redução do número de colaboradores. Esta redução justificou-se por 2 cessações de contrato de trabalho nos Serviços Centrais e 5 reformas nos balcões da Praia da Vitória, Horta, Santa Cruz da Graciosa e Serviços Centrais, compensadas por 5 admissões nos balcões de Ponta Delgada, Madalena do Pico, Operações e Crédito; veja-se a decomposição dessas variações em função do cargo, do género e do serviço/balcão.	Balcões/ Serviços	Angra do Heroísmo	16	16	0,00%
		São Mateus	3	3	0,00%
		Biscoitos	2	2	0,00%
		Guarita	3	3	0,00%
		Praia da Vitória	4	5	-20,00%
		Calheta	4	4	0,00%
		Velas	5	5	0,00%
		Horta	5	6	-16,67%
		Graciosa	5	6	-16,67%
		Madalena	8	8	0,00%
		Ponta Delgada	5	4	25,00%
		Ribeira Grande	3	3	0,00%
		Centro de Clientes	3	3	0,00%
		Serviços Centrais	67	67	0,00%
		Género	Feminino	60	57
Masculino	73		78	-6,41%	
Cargo	Assistente	17	14	21,43%	
	Chefe setor/secção	9	8	12,50%	
	Diretor	4	5	-20,00%	
	Assistente Comercial	54	58	-6,90%	
	Gerente	9	10	-10,00%	
Técnico	40	40	0,00%		
Total⁷		133	135	-1,48%	

⁷ Em relação aos valores apresentados na secção de *INDICADORES RELEVANTES*, considera-se, para este fim, um conceito estrito de colaborador ativo, pelo que se assume a diferença de 2 (dois) elementos em 2021 e 1 (um) elemento em 2020 em relação ao que consta da nota 6.27 do Anexo às Demonstrações Financeiras, excluindo membros de órgãos sociais sem vínculo laboral com a Instituição.

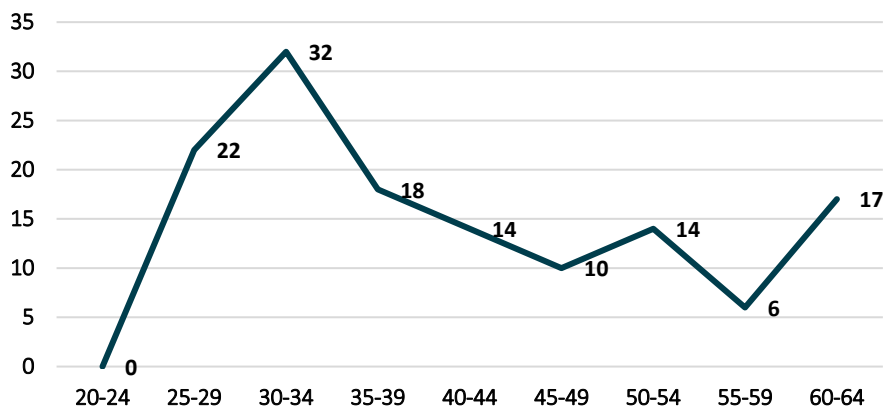
Embora tenham sido feitas contratações de colaboradores experientes, os estágios continuam a ser a principal fonte do recrutamento da CEMAH, verificando-se inclusive um elevado nível de retenção que se tem mantido em 70%. Para o efeito, merece também reconhecimento o sucesso das candidaturas aos Programas de apoio à empregabilidade do Governo Regional *Contratar +*, *Contratar Estável*, *ELP Conversão* e *Estagiar U e L*.

Em resultado destas contratações qualificadas, a percentagem de colaboradores da CEMAH com formação superior continuou a aumentar, fixando-se, em 2021, nos 63%.

Atendendo ao baixo número de estágios disponibilizados em 2020, em 2021, houve um aumento do número de novos estagiários acolhidos, dos quais 10 através do Programa Estagiar U e 6 através do programa Estagiar L.

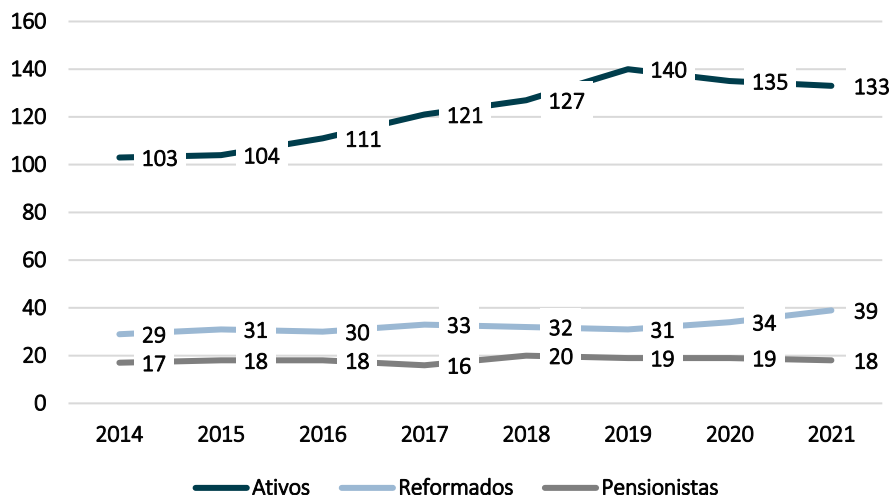
Quanto à diversidade de género, em resultado da tendência contínua de aproximação crescente, a CEMAH, apresentou, em 2021, uma distribuição próxima de 50% para cada género (42%/58% em 2020, 45%/55% em 2021).

Estrutura Etária



Em termos etários, 54% dos Colaboradores da CEMAH tem menos de 39 anos de idade e, em 2021, face ao ano anterior, a média de idades desceu dos 42 anos para 41 anos, tal como a média de antiguidades que passou de 14 para 13 anos. Estas descidas justificam-se, essencialmente, pela saída de colaboradores que atingiram a idade da reforma e que foram compensadas por admissões de jovens colaboradores

Histórico



Em resultado das reformas por velhice, em 2021, verificou-se um aumento do número de reformados no Fundo de Pensões CEMAH, registando-se, no entanto, a diminuição do número de pensionistas.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Se o ano de 2020 marcava novidades regulamentares – com a entrada em vigor do Aviso n.º 3/2020 e da Instrução n.º 18/2020, do Banco de Portugal –, 2021 traz toda a intensidade supervisyva da sua implementação – com o primeiro reporte do relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e de controlo interno nos moldes aí preconizados, passando a contemplar (i) uma avaliação do órgão de fiscalização, (ii) uma avaliação do órgão de administração, para além de (iii) relatórios de autoavaliação da independência das responsáveis pelas funções de gestão de risco, de conformidade e de auditoria interna –, o que, em conjugação com o facto de se configurar como ano de decisão SREP para a CEMAH, veio, uma vez mais, exacerbar as dificuldades subjacentes à capacidade de resposta de uma *Small Non-Complex Institution* (na aceção do artigo 4.º do CRR), em termos de recursos e meios, num contexto em que a aplicação de proporcionalidade assenta num conceito claramente definido, porém parcamente implementado.

Da miríade de iniciativas resultantes da ação e diálogo supervisyvos, e em articulação com as principais áreas em destaque do mencionado processo, há que salientar as seguintes:

- CRI/2021/00009481-G – Expetativas de supervisyão sobre uma adequada gestão do risco de crédito no contexto de pandemia e insuficiências reportadas no relatório de imparidade referente a 31/12/2020;
- CEX/2021/1000002882 - Principais resultados, preocupações e expetativas de supervisyão relativas à digitalização no âmbito do planeamento estratégico e sustentabilidade do modelo de negócio das instituições de crédito;
- CRI/2021/00009902-G – Acompanhamento das medidas de supervisyão emitidas no âmbito da auditoria especial ao processo de apuramento e reporte de requisitos de fundos próprios;
- CRI/2021/00010015-G – Plano estratégico de redução de ENP;
- CRI/2021/00010054-G – Relatórios sobre o sistema de governo e controlo interno e cultura organizacional;
- CRI/2021/00015807 – Orientações sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06)

Essa pressão trouxe, portanto, estímulo para a dinamização de iniciativas internas de reflexão, designadamente em sede do SREP 2021, tendo daí resultado, revisão adicional de normativos e procedimentos, bem como o estabelecimento de controlos adicionais com vista a garantir uma implementação tempestiva dos mesmos e, assim, consolidar a conformidade da CEMAH com o quadro legal/regulamentar em que opera e com as práticas comumente aceites, para as quais os diversos *stakeholders* têm vindo a direcionar a Instituição; daí, destaca-se a conclusão dos pontos seguintes:

- a) A reestruturação integral da Política de Governo e Controlo interno, que permitiu robustecer o documento, transformando-o num normativo interno abrangente que i) define a conduta e cultura organizacional, o planeamento estratégico e o controlo interno, no seu todo, como aspetos fulcrais para uma gestão sã e prudente e, conseqüentemente, para a estabilidade da instituição, e que ii) define a metodologia de acompanhamento das deficiências identificadas (processo suportado, pelo envio automático dos dados relativos às deficiências ainda em aberto, através de aplicação própria, e por reuniões realizadas pelos responsáveis da área a que a deficiência se reporta com o respetivo Administrador responsável);
- b) A revisão da, agora, Política de Gestão de Conflitos de Interesses e Partes Relacionadas, com vista à inclusão de capítulo próprio sobre os princípios e procedimentos que regem a identificação e interação da CEMAH com as entidades com ela consideradas relacionadas;
- c) A atualização dos Regulamentos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com a revisão das competências e responsabilidades dos órgãos e a previsão do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, quanto a atas e deliberações, bem como quanto à articulação entre os dois órgãos; e
- d) A criação do Regulamento da Conformidade, em substituição da Política de Verificação de Cumprimento, que permitiu atualizar os preceitos nessa previstos e formalizar as alterações à sua atividade que decorreram, quer de alterações internas, quer das responsabilidades previstas no referido Aviso.
- e) A revisão da Política de Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, aprovada em Assembleia Geral, a 4 de junho de 2021, visando garantir-se que Política de Sucessão, nesta incluída, define a estratégia para assegurar, a médio e longo prazo, a estabilidade e o normal funcionamento da CEMAH, em caso de situações de eventual disrupção, relacionadas com alterações no órgão de gestão; e
- f) A própria revisão dos Estatutos da CEMAH, na sequência da alteração da Política de Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, tendo sido incluídas alterações adicionais, com o objetivo de melhor alinhar o documento com os normativos internos e externos.

CONFORMIDADE

A atividade da Unidade de Conformidade, em 2021, à semelhança do que acontecera já em 2020, foi marcada pela persistência da pandemia SARS-CoV-2 concomitantemente com a implementação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020. Com efeito, a pandemia SARS-CoV-2 e o seu impacto económico continuaram a contribuir para um aumento significativo do volume de legislação e regulamentação emanado, a nível europeu, nacional e regional, tendo competido à Unidade de Conformidade proceder à análise e divulgação de todos os normativos com impacto na da CEMAH, bem como assegurar o respetivo acompanhamento da implementação daqueles que demonstraram maior complexidade. Neste âmbito, destacam-se as sucessivas alterações introduzidas no âmbito do regime de moratórias públicas e privadas, assim como o conjunto de legislação avulsa, que visou introduzir medidas de flexibilização ao nível do cumprimento das obrigações a que estão sujeitas as instituições de crédito, e sobretudo em matéria de saúde no trabalho (prevendo em alternância a obrigatoriedade/flexibilização do regime de teletrabalho, limitações a viagens em serviço, o uso obrigatório de máscara e declaração de estado de emergência, com todas as condicionantes daí decorrentes).

O Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, que, no ano anterior, exigira o desenvolvimento de um processo de verificação da conformidade da Instituição e, conseqüentemente, a determinação das alterações necessárias com vista à garantia do seu pleno cumprimento, foi também um dos pontos marcantes do ano de 2021, para a atividade da Unidade de Conformidade que assegurou uma parte significativa da sua operacionalização, nomeadamente a nível da revisão dos normativos internos, que fora já iniciada no ano anterior.

No ano de 2021, foi assegurada a revisão da Matriz de Risco de Conformidade, que centraliza o grau de risco de conformidade associado a cada processo da instituição. As conclusões do exercício permitiram definir as áreas prioritárias no que respeita à realização de ações de verificação de cumprimento, incluídas no Plano Anual de Atividades, definindo-se também, em função do risco que representam a metodologia a adotar (mais ou menos abrangente). Durante o ano de referência, foram preparadas e executadas 21 ações inspetivas, sobre uma miríade de temas, como sejam: gestão e controlos globais da carteira própria; acompanhamento da apetência pelo risco; identificação e avaliação dos riscos; avaliação das operações significativas; gestão e controlo dos riscos; prestação de Informação sobre os riscos; verificação da Gestão do Risco de Crédito; deveres de informação ao Cliente; recuperação de crédito; preçário; gestão de Banca Automática; gestão e controlo do Balcão; gestão e controlo das taxas e dos prazos do balanço; planeamento de contingências; orientações sobre ENP; registo e controlo contabilístico; controlo fiscal; governação e monitorização de produtos bancários; reporte financeiro, prudencial e estatístico; gestão de transferências.

Para além da preocupação com a regulamentação e legislação decorrente da situação pandémica e as implicações da implementação do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, a Conformidade assegura que as prioridades do Banco Central Europeu são também consideradas, no âmbito do planeamento das tarefas da Unidade; em 2021, a Conformidade considerou, em concreto:

- i. Gestão do Risco de Crédito, através da verificação normativa referente ao processo das moratórias e garantia da existência de normativos internos que permitam a identificação de qualquer deterioração da qualidade dos ativos em face precoce e, conseqüentemente, a constituição de provisões adequadas, e capacitem a tomada de medidas apropriadas à gestão de pagamentos em atraso e exposições não produtivas.
- ii. Governação, acompanhando o exercício dos sistemas de informação efetuado diretamente pelo Banco de Portugal e acompanhamento do desenvolvimento do quadro e políticas de gestão do risco de sistemas de informação, incluindo a verificação do nível de cumprimento ou aplicação das orientações aplicáveis.

Analogamente, a função acompanhou a publicação de novas Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre governo interno (EBA/GL/2021/05), Orientações sobre Política de Remuneração no âmbito da Diretiva 2013/36/EU (EBA/GL/2021/04) e âmbito de avaliação da adequação dos membros do órgão de administração e fiscalização (EBA/GL/2021/06).

Durante o ano 2021, a Conformidade manteve o acompanhamento do projeto de autoavaliação do nível de cumprimento das Orientações da EBA GL/2018/06 e demais normativos conexonados sobre NPE e das expetativas da supervisão sobre a concessão de

crédito e gestão das posições em risco sobre imóveis, através da emissão de pareceres, validação de políticas internas, a nível do crédito e gestão do risco, e verificação dos aspetos identificados pelo Banco de Portugal e Auditoria Interna, neste âmbito.

Em paralelo com a divulgação dos normativos relacionados com a situação pandémica, cumpre destacar, ainda, considerando o impacto transversal às diferentes áreas da Instituição, a publicação do Decreto-Lei n.º 70-B/2021, de 6 de agosto, que visa regulamentar a comunicação de informação quantitativa sobre a implementação dos procedimentos previstos no PARI e do PERSI.

De igual modo, a Conformidade assegurou também o projeto de gestão do risco de sistemas de informação, acompanhando o desenvolvimento do quadro e políticas de gestão do risco de sistemas de informação, incluindo a verificação do nível de cumprimento (ou aplicação) das orientações aplicáveis.

No âmbito da Governança e monitorização de produtos bancários, foi determinada a importância da consideração do conceito de mercado-alvo na criação de novos produtos, bem como estabelecido o escopo das alterações a produtos que constituem alterações significativas e que, assim, requerem a validação da Conformidade. Nessa sequência foi desenvolvida uma Política de Comercialização de Seguros, em colaboração com o Departamento Comercial. Posteriormente, foi realizada uma ação, neste âmbito, tendo a Conformidade assegurado a análise dos normativos aplicáveis, com vista à garantia de que os documentos internos se encontravam em conformidade, não tendo sido identificadas deficiências.

No âmbito da gestão do normativo interno, foi assegurada a atualização contínua dos procedimentos, políticas e manuais institucionais, assegurando a sua conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, bem como com as normas internas da CEMAH. Tendo em conta que a regulamentação e legislação são o principal centro de risco do quadro global de gestão do risco de Conformidade, já que é destas que surgem as principais obrigações da CEMAH e, conseqüentemente, as eventuais penalizações pelo seu não cumprimento, e que compete à Conformidade assegurar o acompanhamento e divulgação de todos os normativos e respetivas alterações, garantindo que as respetivas áreas implementam os planos de ação necessários ao seu efetivo cumprimento, considerou-se importante o desenvolvimento de uma aplicação informática que pudesse ser parametrizada para dar resposta às necessidades da CEMAH, neste âmbito. Adicionalmente, e fruto das alterações orgânicas internas, foi assegurada a revisão do organograma.

No que respeita à atuação em matéria de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), destacam-se os seguintes elementos:

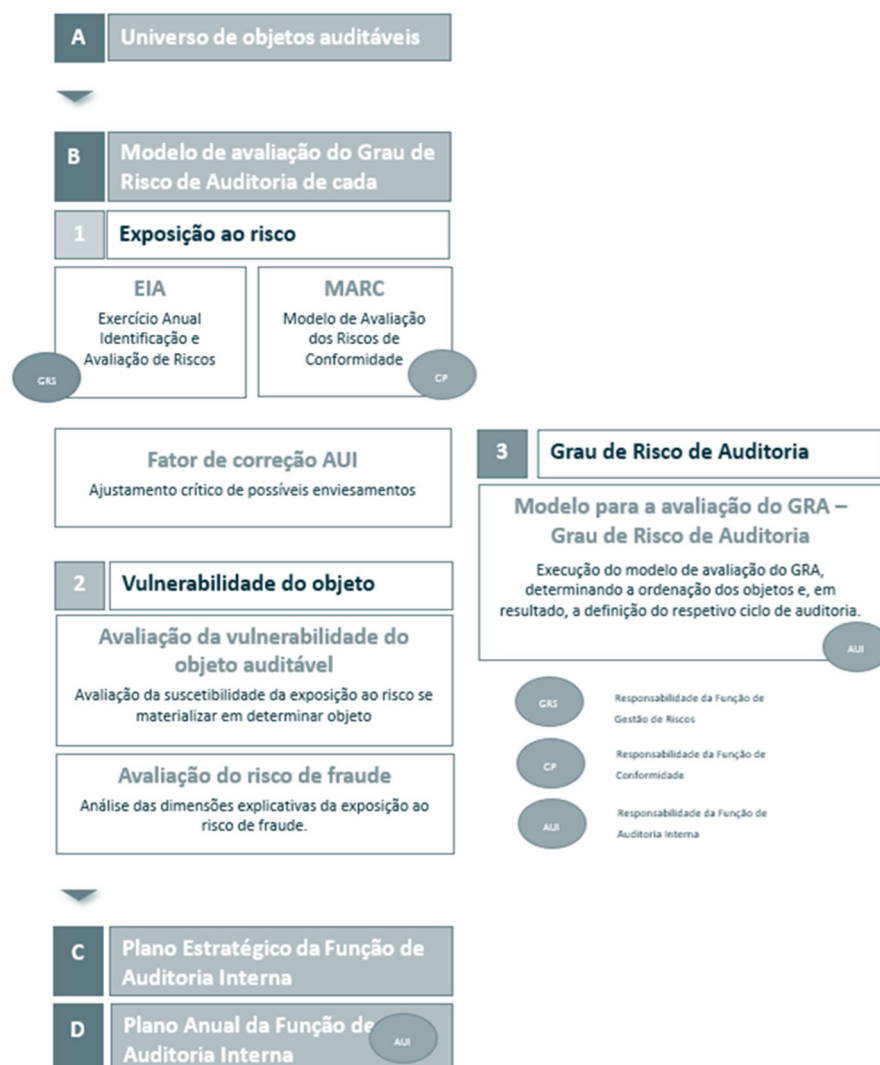
- a) A revisão dos procedimentos com vista à inclusão de todas as melhorias identificadas, no âmbito da execução dos testes de efetividade da Auditoria Interna;
- b) A análise e implementação de medidas, no âmbito da Carta Circular do Banco de Portugal n.º CC/2021/03 do Banco de Portugal, sobre Difusão das Boas Práticas Relativas à Aplicação de Medidas Restritivas
- c) O início do processo de revisão da Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo, com vista à clarificação de conceitos relacionados com as Pessoas Politicamente Expostas e Pessoas reconhecidas como estreitamente associadas com estas;
- d) Participação da Diretora de Conformidade em formação externa, ministrada pelo IFB.

No que concerne à Gestão de Reclamações, a foi assegurada resposta às reclamações diretamente submetidas ao supervisor e as reclamações oficiais internas (apenas cinco, na totalidade), submetendo-as ao Supervisor e cliente tempestivamente, não se registando quaisquer pedidos de esclarecimentos adicionais. Foi ainda revisto o procedimento interno, estabelecendo-se um controlo anual dos livros de reclamações de toda a rede comercial, com vista a mitigar o risco de existirem reclamações que não sejam reportadas à Unidade, para respetivo tratamento.

No âmbito da Gestão de Irregularidades, a Conformidade assegurou a revisão da respetiva Política, em conformidade com as orientações do Banco de Portugal, não tendo registado quaisquer comunicações a analisar, no período.

Foi ainda assegurada a interlocução com o Banco de Portugal, na sequência dos contactos regulares mantidos com a Instituição, pautando-se esta pela transparência e cooperação com a entidade supervisora, com o objetivo comum de garantir uma atitude saudável, prudente e responsável perante o risco.

A AUI mantém atualizado um plano plurianual de ações de auditoria, e um anual que o detalha, para examinar e avaliar a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno da Instituição, bem como das respetivas componentes individualmente consideradas, planeamento este que resulta da aplicação de metodologia formal e detalhada que abaixo se esquematiza:



Constituem vetores estruturais da referida metodologia a:

- definição do universo auditável, partindo de levantamento que passa pela auscultação dos órgãos de administração e fiscalização e da Gestão de Topo da CEMAH e assegura a abrangência da atividade da função de auditoria interna da CEMAH, compreendendo objetos de 4 tipologias – processual, transaccional, funcional/ organizacional e sistema de informação;
- avaliação do risco de auditoria de acordo com modelo que conjuga, matricialmente, as avaliações de exposição ao risco, conduzidas pela 2.ª linha de defesa da CEMAH, e a aferição da vulnerabilidade de cada objeto pela função de auditoria interna (considerando, entre outros, fatores como o ambiente de controlo interno, a antiguidade da última ação de auditoria, mudanças na estrutura humana e técnica de suporte ao objeto, nível de automatização risco de fraude) e devolve o Grau de Risco de Auditoria (GRA) de cada objeto auditável;
- determinação da periodicidade com que cada objeto é visito e da graduação, extensão e profundidade das ações de auditoria desenvolvidas em função do GRA;
- potenciação de ganhos de eficiência por via realização de ações de auditoria com mais do que um objeto no seu âmbito, da integração e articulação entre os planeamentos da Funções de Controlo, aproveitando as sinergias daí resultantes ao nível de calendário, âmbito e profundidade de revisão e do recurso apoio externo (sob a forma de serviços de *co-sourcing* e de preparação de programas de trabalho) sobre temas escolhidos pela sua criticidade e/ou novidade, promovendo a internalização das melhores práticas de mercado, a sofisticação das técnicas aplicadas e dos output

produzidos e a capacidade instalada.

Não obstante os condicionalismos registados ao nível da execução do plano operacional de 2021 - em virtude do volume significativo de solicitações extraordinárias recebidas e da priorização das atividades beneficiárias de apoio externo (sem descurar os efeitos transversais da crise pandémica instalada) - a atividade da AUI materializou-se na emissão de relatórios sobre sete macroprocessos - Recursos Humanos, Controlo Interno, Gestão do Risco, Verificação do Cumprimento, Operações e Gestão de Crédito), de entre as ações previstas, e na certificação extraordinária de nove objetos auditáveis, em resposta a solicitações expressas do Supervisor, centrando-se, por força destas solicitações e da própria metodologia de planeamento de atividades estabelecida, nos temas de maior pertinência e risco percecionados pela Função, pela Gestão de Topo, pelos Órgãos de Administração e Fiscalização e pelo próprio Supervisor.

GESTÃO DO RISCO

A prioridade absoluta da função de Gestão do Risco, tanto na ótica de apoio do Conselho de Administração na tomada de decisão como de reporte prudencial, permanece a mesma: assegurar a verificação do cumprimento dos requisitos prudenciais informativos e regulamentares decorrentes do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (v.g. SREP).

Nesse seguimento, em 2021, há que salientar a introdução de melhorias significativas no processo de apuramento e reporte de requisitos de fundos próprios da CEMAH, sobretudo ao nível da documentação e do reforço de controlos, mas também com a conclusão da implementação das oportunidades de melhoria identificadas na ação de verificação, concluída em dezembro de 2020, dos aspetos identificados na Auditoria Especial anterior e, ainda, com maior automatização dos cálculos subjacentes. Em sede de ICAAP, além de ter sido clarificado o modelo de cálculo da exposição ao risco de *spread* de crédito e reforçado o detalhe de informação prestada no reporte ao Supervisor, foi robustecida a integração do processo ICAAP nos processos de gestão e tomada de decisão, nomeadamente com a definição/revisão de limites internos transversalmente suportada nas conclusões dos vários processos de gestão e controlo de risco, bem como na visão estratégica, e a incorporação da visão do capital económico no processo de concessão de crédito e na matriz de *pricing*, e, em sede de ILAAP, reforçado o processo de gestão da liquidez, tendo sido internamente documentados ambos os processos.

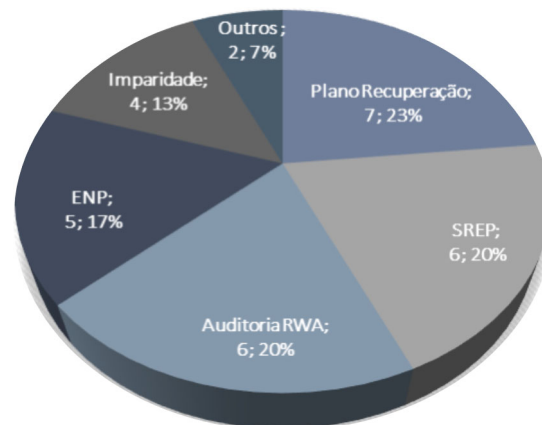
Ao nível do processo de cálculo de imparidade no âmbito da IFRS9 verificaram-se diversas melhorias, quer na sequência da implementação de uma ferramenta de cálculo de imparidade da carteira de crédito, quer por via do reforço da documentação dos controlos a realizar nesse âmbito, sua execução e evidenciação perante o auditor de forma mais rigorosa, culminando na resolução de diversas insuficiências identificadas em relatórios de imparidade anteriores. Importa referir que se mantém em curso a implementação de melhorias no processo de forma a ir ao encontro das dúvidas e divergências levantadas quer pelo ROC, quer pelo Regulador, tendo sido concluída a quantificação de impacto de alteração de metodologia relacionada com múltiplos *defaults* no período histórico e registada imparidade adicional de 328 milhares de Euros para anular a divergência metodológica de base.

O ano de 2021 ficou marcado pela implementação de diversas melhorias no processo de gestão e monitorização de exposições não produtivas e exposições reestruturadas, quer ao nível da documentação dos conceitos, quer da definição de procedimentos mais estruturados e frequentes direcionados à recuperação de tais montantes e registo e controlo das ações desenvolvidas nesse sentido pelas várias áreas envolvidas, por via do Modelo de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, como pela elaboração de novo Plano estratégico de redução de exposições não produtivas no primeiro trimestre de 2021 e sua atualização no último trimestre do ano para mitigação das insuficiências levantadas no âmbito de auditoria interna realizada para o efeito, cuja resolução foi certificada por tal função.

De forma semelhante, o Plano de Recuperação foi elaborado no início de 2021 e atualizado no último trimestre do ano para correção das oportunidades de melhoria identificadas pelo Banco de Portugal, bem como sujeito a validação pela Auditoria Interna, tendo sido validada a resolução dos aspetos levantados.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A evolução descrita culminou na resolução de 30 deficiências ou oportunidades de melhoria do sistema de controlo interno, da responsabilidade da Gestão do Risco, referentes a diversos temas/processos conforme se ilustra no gráfico seguinte, considerando-se que a mesma reflete um robustecimento significativo dos controlos instituídos na Instituição:



Os Sistemas de Informação centraram a sua atividade no ano de 2021 no cumprimento de um dos objetivos estratégicos primordiais próprios e da Instituição – eixo de Sistemas de Informação –, em concreto, a análise custo-benefício de diferentes cenários para a substituição do *core* bancário, tendo essa culminado na adjudicação, no último dia do ano, do *core* bancário Oracle Flexcube e dos canais digitais Oracle Banking Digital Experience (OBDX).

Adicionalmente, desenvolveram ações a nível:

- do *Disaster Recovery Plan* (DRP) nas infraestruturas e na sincronização de dados entre sites;
- nos Sistemas de Apoio à Decisão, através da sistematização do processo de decisão de aprovação de crédito e na disponibilização de informação sobre a Rentabilidade do Cliente através do Microsoft Power BI;
- dos Meios e Sistemas de Pagamento, com a implementação das atualizações SIBS em cada um dos subsistemas, como o TARGET *Instant Payment Settlement* (TIPS) na vertente ordenante de transferências imediatas para os vários canais (HB/APP/OBA), nas *Original Credit Transaction* (OCT) via Unicre e no *Open Banking API* (no âmbito da Diretiva de Sistemas de Pagamentos) – incluindo a API de validação de NIF/IBAN em tempo real;
- do projeto de evolução para os Serviços TARGET – que centralizará o *Central Liquidity Management* (CLM) e a liquidação instantânea e completa de fundos de um banco para outro, através do *Real-Time Gross Settlement* (RTGS);
- da Prevenção, Segurança e Resiliência Cibernética, acompanhando os fóruns de discussão por parte das autoridades de referência, com revisão da política de segurança de informação e campanhas de sensibilização e de consciencialização para as questões da segurança dos ativos de informação, a par de alterações na plataforma de *Managed Detection & Response* (MDR) e na gestão de vulnerabilidades e incidentes de segurança;
- do desenvolvimento dos extratos em formato MT940 (Metacase), do IVAucher com retroatividade ao início do programa, da Comissão sobre a Moeda Metálica, dos pacotes de comissões e do Fluxo de Autorização de Transações de Caixa;
- da atualização de informação para e geração dos reportes Modelo 33, Modelo 38, IFR, CRS, FATCA; da implementação do Crédito por tranches (entre outras alterações ao crédito a prestações).

Foram também desenvolvidas aplicações internas para Gestão do Plano Estratégico, Gestão de Normativos, bem como alterações às aplicações de Gestão das Deficiências de Controlo Interno e Gestão de Incidentes. Procedeu à disponibilização de informação para o modelo de cálculo das imparidades (IFRS9), para o reporte das Moratórias e para a Declaração Mensal do Imposto do Selo (DMIS) entre outros melhoramentos, correções e desenvolvimentos com impacto menor, mas consubstanciando uma importância relevante para a produtividade dos funcionários e o funcionamento da Instituição.

PRÁTICAS REMUNERATÓRIAS

No âmbito do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, nos Artigos 115.º-B a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (v.g. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou RGICSF) e do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, nos Artigos 374.º-A, 422.º-A do Decreto-Lei n.º 262/86 (v.g. Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente das suas Políticas de Remuneração, em linha com os princípios preconizados nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia relativas a políticas de remuneração sãs (v.g. EBA GL/2015/22), sendo as funções de avaliação independente desempenhadas pelas funções de controlo, Conselho Fiscal e pelo Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações, doravante designado por Comité.

O Comité, constituído em 11 de janeiro de 2019, tem a seguinte composição, coincidindo o seu mandato com o do Conselho de Administração (2019/2021):

- António Bento Fraga Barcelos (Presidente);
- João Pedro Mendes de Menezes Cardoso;
- Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira;
- Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins.

Em 2021, a Assembleia Geral efetuou 1 (uma) reunião em que deliberou sobre matérias remuneratórias, tendo sido 2 (duas) efetuadas pelo Comité e 2 (duas) pelo Conselho Fiscal sobre temas de natureza remuneratória.

Para fins desta declaração, será tomado o pacote documental (doravante designado por Política de Remuneração ou Política, exceto nos casos em que a menção seja explícita e especificamente de uma das componentes, de forma individual) composto por:

- Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização de 2021; e
- Política de Remunerações dos Colaboradores de 2021.

Sobre essa Política, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, sob a supervisão do Conselho Fiscal e Comité, foram emitidos pareceres por parte das ditas funções de controlo, Conformidade, Gestão do Risco e Auditoria Interna, considerados na avaliação desenvolvida e cujas conclusões derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:

- a) Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão *event-based* despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos.
- b) (Re)submissão anual da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização à aprovação da Assembleia Geral, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício.
- c) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição de qualquer componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição), não havendo, portanto, lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do Artigo 115.º-E do RGICSF.
- d) Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização.
- e) Inexistência de qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções.
- f) Existência de neutralidade do ponto de vista do género.
- g) Identificação e adequado solucionamento em processo próprio, com base no sistema interno de informação, em controlos adequados e no princípio dos «quatro olhos», dos conflitos de interesses relativos à Política de Remuneração e à remuneração atribuída.
- h) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador (não se verificando a necessidade de implementar práticas específicas aos Colaboradores Identificados, salvo no que diz respeito especificidades do Modelo de Avaliação de Desempenho) de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável, tendo por base o cumprimento dos critérios e objetivos individuais e das unidades de estrutura definidos, de acordo com o modelo de avaliação e desempenho da CEMAH, o que, no caso das funções de controlo, dependerá essencialmente da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo (em convergência com a aprovação da Política de Remunerações dos Colaboradores, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e a atribuição de qualquer componente variável, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 5% da remuneração total, sendo sempre sujeita a parecer prévio da gestão do Risco emitido considerando todos os riscos atuais, as perdas esperadas, as estimativas de perdas inesperadas e as condições de esforço associadas às atividades da CEMAH).
- i) Os objetivos da Instituição são definidos no Plano Estratégico, com os quais os restantes objetivos (individuais - objetivos e indicadores sobre os quais o colaborador tenha alguma influência direta, e de unidade de estrutura) são alinhados. Estes decorrem da estratégia empresarial e de risco, dos valores empresariais, da apetência pelo risco e dos interesses a longo prazo e têm em conta o custo do

capital e a liquidez da Instituição.

- j) Na definição dos critérios e objetivos da avaliação de desempenho, são identificados parâmetros predeterminados e mensuráveis (incluindo de natureza não financeira), tendo como premissas o não incentivo à assunção excessiva de riscos, a defesa do interesse dos clientes e o cumprimento dos procedimentos e demais normativos internos, sendo, para o efeito, envolvida a gestão do Risco no processo de definição dos mesmos.
- k) Dada a insignificância da proporção da remuneração variável atribuída, o facto de esta estar condicionada ao desempenho da CEMAH e às características da Instituição, em termos de dimensão e complexidade – que derivam na sua classificação pelo Supervisor como de pouco significância, a CEMAH, suportada pela *Opinion of the European Banking Authority on the application of the principle of proportionality to the remuneration provisions* sobre a Diretiva 2013/36/EU, não difere quaisquer remunerações nem atribui remunerações sob a forma de instrumentos.
- l) Recebimento por parte dos colaboradores de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no Acordo de Empresa da CEMAH.
- m) Em 2021, não houve rescisões antecipadas, nem foi atribuído a esse título, e a nenhum colaborador identificado, qualquer indemnização ou subsídio por motivo de cessação ou início de funções na CEMAH.
- n) As remunerações auferidas, em 2021, pelos colaboradores identificados fixaram-se nos 1 240 793 Euros, com a seguinte distribuição:
- i. Das quais, por direção de topo e por outros membros do pessoal cujas ações tenham um impacto significativo no perfil de risco da instituição

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável ⁸	Total	Percentagem Fixa	Percentagem Variável	N.º Colabs.
Conselho de Administração	270 613	0	270 613	100,00%	0,00%	3
Conselho Fiscal	48 000	0	48 000	100,00%	0,00%	3
Funções de Controlo ⁹	160 273	0	160 273	100,00%	0,00%	4
Outros Colaboradores da Gestão de Topo	397 296	0	397 296	100,00%	0,00%	10
Restantes Colaboradores Identificados	361 470	0	361 470	100,00%	0,00%	12
Subtotal	1 240 793	0	1 240 793	100,00%	0,00%	32
Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações	9 000	0	9 000	100,00%	0,00%	1
Colaboradores não identificados	2 072 682	0	2 072 682	100,00%	0,00%	110
Total	3 322 475	0	3 322 475	100,00%	0,00%	143

- ii. Das quais, por área de negócio ou atividade

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Percentagem Fixa	Percentagem Variável	N.º Colabs.
Conselho de Administração	270 613	0	270 613	100,00%	0,00%	3
Conselho Fiscal	48 000	0	48 000	100,00%	0,00%	3
Funções de Controlo	160 273	0	160 273	100,00%	0,00%	4
Funções de Suporte ¹⁰	397 296	0	397 296	100,00%	0,00%	11
Financeiro	65 285	0	65 285	100,00%	0,00%	1
Comercial	299 326	0	299 326	100,00%	0,00%	10
Total	1 240 793	0	1 240 793	100,00%	0,00%	32

⁸ Inclui valor associado ao prémio de desempenho

⁹ Inclui ausência por prolongada e respetiva substituição

¹⁰ Inclui Sistemas de Informação, Gestão de Crédito, Segurança, Património e Logística, Recursos Humanos, Apoio Jurídico, Recuperação, Assessoria e Operações

Tendo por suporte o modelo de autoavaliação e na sequência de alterações de funções e reformas por velhice, o processo de identificação resultou na identificação de menos 1 colaborador do que em 2020.

Quanto a políticas e práticas remuneratórias, considerando os princípios e procedimentos implementados, as avaliações das funções de controlo e a contínua supervisão do Conselho Fiscal e Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações – que, para o efeito, emitem os respetivos relatórios e recomendações –, verifica-se o alinhamento com o perfil e a política de risco institucionais, não apresentando incentivos à assunção excessiva de risco e nem criando obstáculos à persecução da estratégia definida. Mais, a articulação crescente dos objetivos de desempenho com o Plano Estratégico, a inexistência de remuneração variável para os órgãos de administração e fiscalização – cujas remunerações são propostas pelo Comité respetivo e aprovadas em Assembleia Geral –, bem como a inexistência de remuneração variável garantida para os colaboradores – que, quando atribuída, é sujeita a avaliação de desempenho positiva do colaborador, da unidade de estrutura e da Instituição, num quadro plurianual, considerando também impactos futuros para a Instituição –, não representam compromissos que se possam vir a configurar como inoportáveis, insustentáveis ou desajustados do desempenho efetivo da CEMAH.

Num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da sua acionista – a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo -, e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente e as suas idiossincrasias societárias e de contexto, os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, verificam-se ajustados, permanecendo o total de remunerações em patamar significativamente inferior às suas congéneres/contrapartes do setor.

DO NEGÓCIO

A CEMAH desenvolve a sua atividade bancária no mercado de retalho e empresas, na Região Autónoma dos Açores (RAA), diferenciando-se pela sua proximidade com os clientes e por uma prestação de serviços caracterizados pela excelência e pela oferta de soluções de valor acrescentado.

Disponibilizando a sua oferta de produtos e serviços aos segmentos de particulares, Empresários em Nome Individual, Micro, Pequenas Empresas – que constituem a grande malha do tecido empresarial da RAA - e Clientes Institucionais, a CEMAH posiciona-se no mercado como o Banco dos Açores, com um modelo de negócio assente na banca de proximidade e tendo como base a sua missão enquanto agente de Economia Social.

No centro da sua atividade a CEMAH coloca o cliente, sendo a sua carteira de produtos e serviços ajustada às necessidades e à procura dos primeiros, e composta por contas à ordem, incluindo as contas de serviços mínimos bancários, meios de pagamento e produtos de poupança, passando ainda pela banca comercial, pelo crédito habitação, pelo crédito ao consumo, pelo crédito empresarial, pelos seguros, entre outros.

A atividade comercial de 2021, manteve a estratégia prevista, i.e. dinamizar o negócio com o objetivo de i) aumentar a carteira de clientes e contas; ii) potenciar a comercialização dos meios de pagamento; iii) conceder crédito com garantias reais e com seguro associado; iv) manter a estabilização da carteira de depósitos à ordem e poupança; v) dinamizar a procura de serviços e produtos via plataforma de homebanking netCEM e app netCEM Mobile.

Apesar das conhecidas condicionantes de mercado que impactam o negócio e o respetivo resultado das Instituições Bancárias, dado o agravamento do esmagamento das margens de intermediação financeira e de redução expressiva das taxas de juro num ambiente lower-for-longer, a atividade comercial da CEMAH apresentou indicadores de desempenho muito positivos e que demonstram o crescimento da sua atividade, conforme se detalha de seguida, sendo que para o Produto Bancário contribui também, e enquanto linha de negócio complementar, a manutenção de uma carteira própria de investimentos.

CORE BUSINESS

O modelo de negócio da CEMAH assenta essencialmente na intermediação financeira, ou seja, na captação de depósitos com objetivo de conceder crédito a clientes, disponibilizando para este fim um conjunto de produtos e serviços financeiros que visam responder às necessidades específicas de cada segmento de clientes.

Tendo os clientes no centro da sua atividade, a CEMAH mantém como uma das principais premissas de desenvolvimento da sua atividade comercial a monitorização sistemática da sua carteira de produtos, com a preocupação de adaptar a oferta a todos os tipos de clientes, com uma visão integradora e inclusiva, acompanhando ainda as tendências e evolução do mercado, sempre no sentido de procurar a otimização da rentabilidade da mesma.

Disponibilizando aos clientes uma oferta de produtos bancários simplificada, mas abrangente, a CEMAH dispõe de uma carteira composta por soluções de crédito, sob a forma de crédito à habitação, crédito ao consumo, produtos de gestão de tesouraria, financiamentos de médio/longo prazo e de produtos de crédito no apoio ao investimento, oferecendo ainda soluções de poupança sob a forma de depósitos à ordem e serviços associados, depósitos a prazo e poupança, bem como meios de pagamento e seguros. Todas estas soluções são colocadas no mercado através de uma rede comercial especializada, bem como através dos canais digitais.

A rede de balcões da CEMAH continua a deter um papel preponderante na aproximação ao seu público-alvo, tendo em conta o posicionamento assumido pela Instituição enquanto banca de proximidade, pelo que a estratégia passa pela manutenção da atual estrutura de balcões. A CEMAH dispõe de uma rede de 13 balcões distribuídos por 6 das 9 ilhas dos Açores, sendo que para já se afigura como oportunidade de melhoria a otimização das instalações atuais, criando espaços distintivos de atendimento, oferecendo aos nossos clientes um atendimento mais personalizado e cuja decisão decorre de duas motivações: i. da vontade de incrementar a carteira de clientes, potenciando o negócio de forma sustentada, por forma a permitir que a Instituição ganhe escala na RAA; ii. da certeza de sermos uma Instituição que pode revelar-se uma mais-valia em certas localidades devido à nossa missão de banca integradora e de apoio à economia social.



A atividade da rede comercial da CEMAH é complementada pelos serviços e produtos disponibilizados pela via tecnológica, através da plataforma de *homebanking* netCEM e da app netCEM Mobile, que se destinam tanto aos clientes particulares como aos empresariais.

A CEMAH registou uma forte dinâmica comercial ao longo de 2021, apesar do contexto adverso de incerteza e retoma do mercado, verificando-se um aumento da carteira de crédito concedido de 3,96%, bem como um aumento dos depósitos de clientes na ordem dos 3,90%, como será abordado de seguida, apesar de se ter registado um decréscimo no número de contas à ordem como resultado da introdução da comissão de manutenção de conta a setembro de 2020, conforme expectável. Apesar da maior dinâmica comercial registada, a CEMAH não concretizou o seu objetivo estratégico de reforço da presença na ilha de S. Miguel, sendo que se procedeu ao reforço e consolidação das equipas comerciais, bem como a melhorias no espaço de atendimento, condições que certamente irão contribuir para a realização deste objetivo em 2022.

No final de 2021, a carteira de crédito representava *circa* 52% do total do ativo líquido no final do exercício, sendo que as necessidades de financiamento da CEMAH são asseguradas essencialmente por depósitos de clientes (que dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes, são considerados estáveis e mantém a tendência de crescimento nos últimos anos), pelo que o seu modelo de negócio permanece praticamente sem recurso a alavancagem (98,5% do passivo da CEMAH é composto por depósitos de clientes). O rácio de transformação, por sua vez, vem concretizar-se nos 55,02%, revelador da estabilidade da posição de excesso de liquidez que a CEMAH apresenta.

O ano de 2021 foi ainda marcado pelo aumento de parcerias e protocolos, numa ótica de procura de incremento da atividade comercial e do negócio, potenciando, por um lado, o estreitamento de laços com clientes estratégicos e oferecendo condições diferenciadas a estes segmentos de clientes e, por outro, diversificando a oferta de serviços e produtos bancários.

CARTEIRA DE CLIENTES E CONTAS

As carteiras de clientes e contas da CEMAH se têm mantido bastante estáveis nos últimos anos, não se verificando variações significativas, conforme se ilustra:

No que concerne à carteira de clientes, composta por três tipologias de clientes conforme demonstrado abaixo – Particulares, Empresários em Nome Individual (ENI) e Pessoas Coletivas –, apura-se um aumento pouco significativo que se consubstancia numa variação relativa de 0,03% face a período homólogo. Os Particulares mantêm-se como sendo o grupo de maior peso na carteira de clientes, representando 89,1%, sendo que os ENI, cuja carteira tem vindo a aumentar a par com as Pessoas Coletivas, representam 5,6% e as Pessoas Coletivas 5,4%; o incremento da carteira destas duas últimas tipologias de cliente reflete a posição da CEMAH no apoio aos pequenos negócios, revelando ainda a adequação das soluções apresentadas pela Instituição a estes clientes.

Na carteira de contas de depósito à ordem, verifica-se uma variação negativa em relação ao período homólogo, na ordem dos 1,76%, justificável pela introdução da Comissão de Manutenção de Conta, em setembro de 2020, com repercussão ao nível do encerramento de algumas contas (no primeiro semestre).



DEPÓSITOS DE CLIENTES

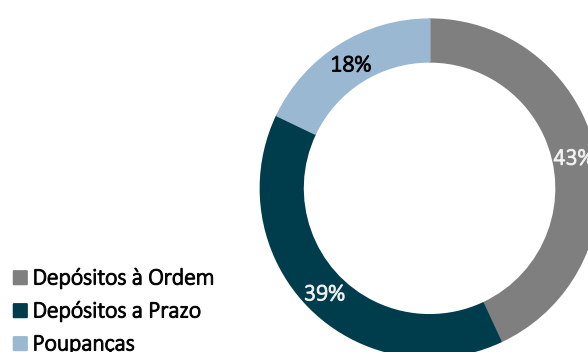
Em 31 de dezembro de 2021, e privilegiando a ótica comercial¹¹, os depósitos de clientes da CEMAH fixaram-se nos 435 milhões de Euros, o que perfaz um aumento da carteira global na ordem dos 16,5 milhões de Euros, face a dezembro de 2020, representando uma variação de 3,90%. Este aumento de depósitos de clientes revela-se como um sinal de confiança e preferência dos nossos clientes.

A variação da carteira justifica-se ainda pelo aumento significativo da carteira de Depósitos à Ordem, de 25,1 milhões de Euros, compensado pela diminuição da carteira de Depósitos a Prazo, de 13,8 milhões de Euros. A carteira de Poupanças evoluiu de forma positiva, com um aumento de 5,2 milhões de Euros.

	31-12 2020	Var. 2020/2019		31-12 2021	Var. 2021/2020	
Depósitos à Ordem	162 464 051	36 778 631	29,26%	187 590 952	25 126 901	15,47%
Depósitos a Prazo	183 550 468	-24 682 677	-11,85%	169 744 709	-13 805 759	-7,52%
Poupanças	72 770 893	4 307 185	6,29%	77 978 106	5 207 213	7,16%
Total	418 785 412	16 403 139	4,08%	435 313 767	16 528 355	3,95%

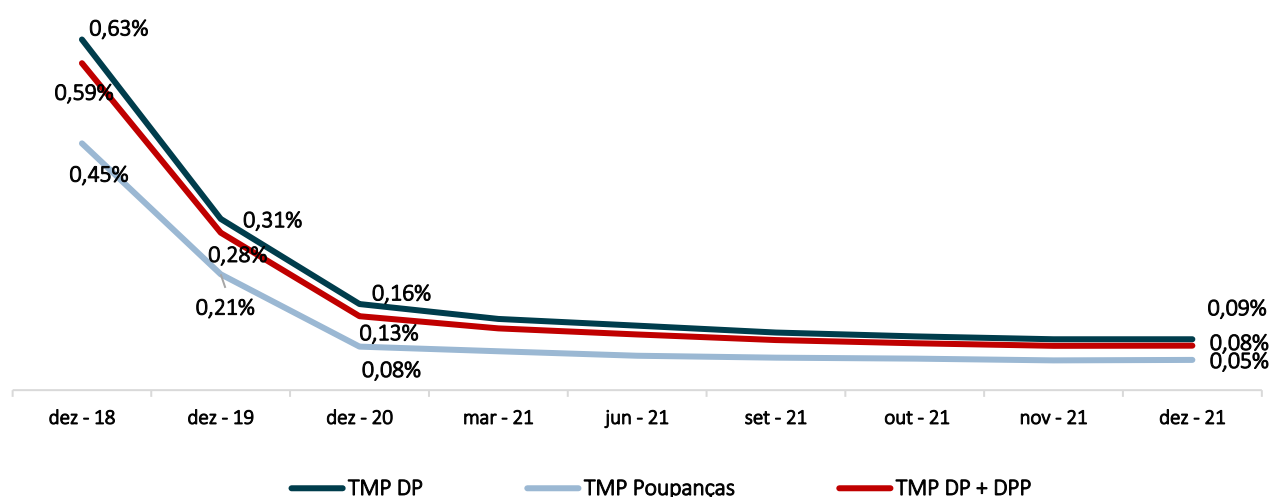
(Euros)

Desta forma, verificamos que no final do ano de 2021 os Depósitos à Ordem representam a maior proporção (43%) da carteira de depósitos de clientes, enquanto os Depósitos a Prazo, quase equiparados, representavam 39% e as Poupanças apenas 18%:



Dando continuidade à estratégia definida para o passado recente de adequação das taxas passivas às praticadas pelo mercado, ainda que mantendo uma política de apoio às famílias açorianas valorizando a pequena poupança, foi levado a cabo um ajustamento das taxas oferecidas em produtos de depósito a prazo e poupança, tendo sido revistas em baixa a julho de 2021.

Relativamente à evolução da Taxa Média Ponderada (TMP) observa-se que tem vindo a decrescer nos últimos anos, fruto do esforço que tem sido levado a cabo no ajustamento das taxas de remuneração à semelhança do mercado, fixando-se em 0,08% a final de dezembro.



Esta redução da TMP, a par com a diminuição da carteira global de aplicações, traduz-se, por inerência, numa redução dos juros pagos aos nossos clientes na ordem dos 285 m€, o que representa uma variação de 53% entre 2020 e 2021.

¹¹ Pelo interesse na presente análise, assume-se, para este fim, a intenção de apresentar diferença em relação ao Anexo às Demonstrações Financeiras, desconsiderando um contrato em nome da própria Instituição e não considerando juros corridos.

CRÉDITO COMERCIAL EFETIVO

O ano de 2021, analogamente¹², e apesar da ainda sentida incerteza advinda dos efeitos da pandemia da Covid-19, foi caracterizado por alguma, ainda que tímida, retoma da atividade económica e por consequência do aumento do crédito concedido, com particular enfoque no crédito para finalidades de investimento e atividade empresarial, e no crédito habitação no que concerne o segmento dos clientes particulares.

Assim, a concessão de crédito da CEMAH em 2021 resultou num crescimento da carteira de 9.435.783 Euros, o que corresponde a um acréscimo 3,96%, conforme se sistematiza de seguida:

	31-12-2019	31-12-2020	Var. 2020/2019		31-12-2021	Var. 2021/2020	
Limites de Crédito ¹³	22 670 283	20 042 447	-2 627 836	-11,59%	19 494 436	-548 011	-2,73%
Letras/Livranças	3 068 869	4 966 687	1 897 818	61,84%	6 416 792	1 450 105	29,20%
Crédito a Prestações	201 317 895	210 900 496	9 582 601	4,76%	219 347 016	8 446 520	4,20%
Total	227 057 046	235 909 630	8 852 584	3,90%	245 258 245	9 435 783	3,96%

(Euros)

Observando a evolução da concessão de crédito por tipologia, verifica-se o decréscimo do montante do crédito concedido em limites de crédito, sendo esta estratégia da Instituição, privilegiando a concessão via crédito estruturado.

Na concessão de financiamentos a particulares, continua a salientar-se, durante o ano de 2021, a relevância das operações de crédito para finalidades de Habitação, que mantém a tendência de crescimento, representado quase 20% da carteira. A concessão de crédito para finalidades de habitação revela-se como fulcral para o rejuvenescimento da carteira de clientes e como instrumento de fidelização dos mesmos, mas mantendo-se, porém, uma elevada ponderação na sua evolução, considerando a maturidade das mesmas face à maturidade da liquidez.

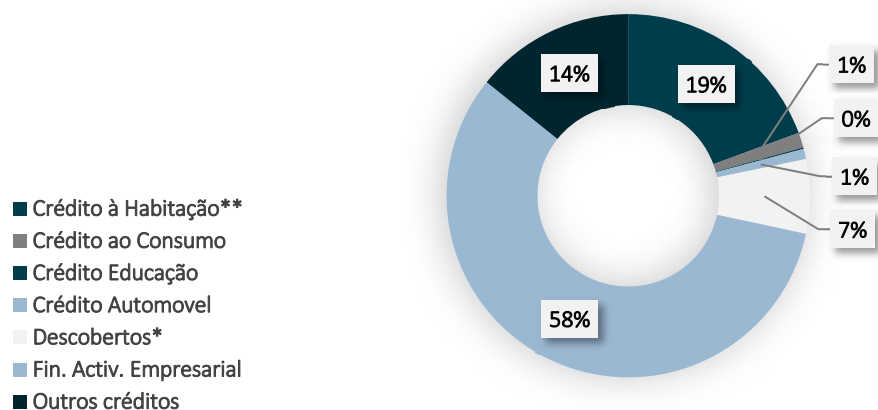
	dez-20		jun-21		set-21		dez-21	
	Capital	Peso%%	Capital	Peso%	Capital	Peso%	Capital	Peso%
Crédito à Habitação ¹⁴	39 503 247	16,75%	42 998 451	17,62%	44 313 969	18,16%	47 494 287	19,37%
Crédito ao Consumo	2 662 879	1,13%	3 047 595	1,25%	3 204 002	1,31%	3 293 218	1,34%
Crédito Educação	295 555	0,13%	292 035	0,12%	308 485	0,13%	323 534	0,13%
Crédito Automóvel	1 884 686	0,80%	2 181 892	0,89%	2 141 819	0,88%	2 226 641	0,91%
Facilidades de descoberto ¹⁵	18 337 552	7,77%	17 426 630	7,14%	16 376 221	6,71%	16 240 886	6,62%
Fin. Activ. Empresarial	138 938 009	58,89%	143 935 312	59,00%	143 091 059	58,63%	140 773 882	57,40%
Outros créditos	34 287 701	14,53%	34 081 542	13,97%	34 604 561	14,18%	34 905 797	14,23%
Total Geral	235 909 630	100,00%	243 963 457	100,00%	244 040 114	100,00%	245 258 246	100,00%

¹² Pelo interesse na prevalência do conceito comercial na presente análise, assume-se, para este fim, a intenção de apresentar diferença em relação ao Anexo às Demonstrações Financeiras, desconsiderando um contrato em nome da própria Instituição.

¹³ Considera-se o capital utilizado.

¹⁴ Inclui Conta Construção de Habitação, facilidade de descoberto.

¹⁵ Facilidade de descoberto, descobertos ou descobertos autorizados; considera-se o capital utilizado.



Apesar de com um peso menor na concessão de crédito em 2021 no âmbito de linhas de apoio à economia COVID-19, e existindo uma desaceleração progressiva da concessão de financiamentos no âmbito das mesmas durante o ano 2021, continuam a ser relevantes os financiamentos neste âmbito, tendo sido concedido um montante de 4,4 milhões de Euros. Não obstante, e com vista a manter a estratégia continuada de apoiar os empresários, garantindo a acesso destes a produtos com garantia mútua, CEMAH subscreveu as seguintes linhas protocoladas destinadas à atividade empresarial:

- Linha Apoio Economia COVID-19 19 - Agências Viagens e Operadores Turísticos
- Linha Apoio Economia COVID-19 19 - Médias e Grandes Empresas Turismo
- Adenda ao protocolo da Linha Específica COVID-19 19 – Açores
- Linha Apoio Economia COVID-19 19 – Grandes Eventos Culturais
- Linha Apoio Economia COVID-19 19 – Federações Desportivas
- Linha de Apoio à Recuperação Económica – Retomar
- 2ª adenda ao protocolo da Linha de Apoio à Economia COVID-19 19
- Protocolo Linha de Apoio ao Turismo 2021

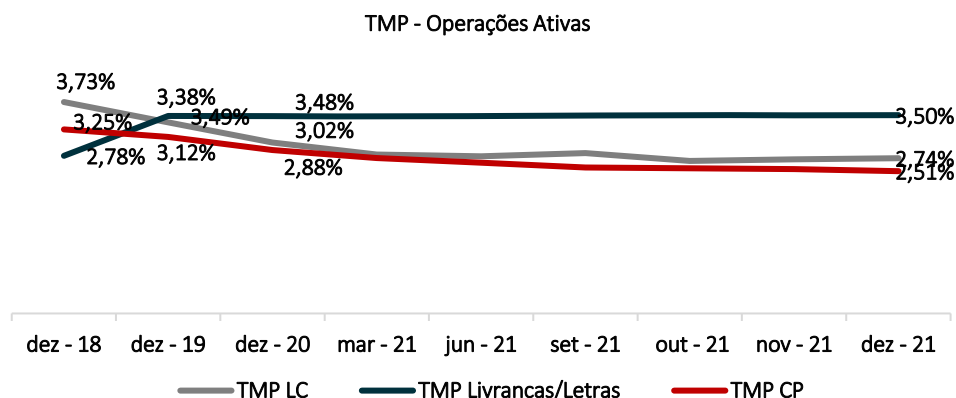
No que diz respeito aos restantes financiamentos à atividade empresarial, tanto para ENI como empresas, a procura de crédito refletiu a reabertura da economia, havendo por isso um interesse maior em operações relacionadas com investimento e a aquisição de fatores de produção.

Na concessão de crédito mantém-se a política de concessão de crédito com garantias reais, tanto para operações a particulares como para financiamentos à atividade empresarial e é efetuada a monitorização e reavaliação dos imóveis de forma a assegurar a devida gestão do risco das operações, e impacto em fundos próprios. As exposições com garantia real evoluíram de 55,62% (31-12-2016) para 79,15% (31-12-2021), traduzindo-se numa variação absoluta de 23,53%.

Relativamente às moratórias, e sendo que a CEMAH, de forma complementar à moratória legal – introduzida legalmente através do Decreto-Lei nº 10-J/2020, de 26 de março –, aderiu também à moratória privada da Associação Portuguesa de Bancos; as moratórias foram terminando em função da tipologia de contrato, sendo que as moratórias remanescentes terminaram em setembro de 2021.

Neste âmbito, e conforme recomendação do regulador, a CEMAH mantém um acompanhamento próximo a estes clientes, com o objetivo de monitorizar os potenciais efeitos negativos decorrentes da cessação das moratórias concedidas, procurando antecipar cenários de dificuldade emergente evitando assim a deterioração das exposições com incumprimento.

Atentando agora à Taxa Média Ponderada (TMP) das Operações Ativas verifica-se o seu decréscimo gradual, principalmente nas tipologias de crédito concedidos sob a forma de limites de crédito e crédito a prestações, sendo esta diminuição resultado do ajustamento necessário das taxas praticadas às do mercado, num contexto concorrencial agressivo que levou à diminuição das taxas ativas praticadas.



Como consequência da redução da TMP, acima esplanada, e apesar do aumento da carteira, verificou-se, então, uma diminuição de juros recebidos na ordem dos 88.847 Euros, representando um decréscimo de 1,35% face a período homólogo.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Não obstante a aposta no robustecimento das equipas e das práticas internas no âmbito da recuperação de crédito, a CEMAH mantém uma política que privilegia a regularização do crédito vencido pela via extrajudicial, atendendo, sobretudo, ao conhecimento que advém de um relacionamento de proximidade ao cliente, bem como (e daí) a qualidade global da carteira de crédito, nomeadamente ao nível das garantias prestadas, quer reais por via de hipotecas ou pessoais por via de aval ou fiança. Releva ainda indicar que, atendendo ao panorama atual corrente, conclui-se que a CEMAH não está perante uma fase de incumprimento de crédito bancário relevante, havendo, no entanto, sempre a necessidade de prevenção para um eventual ciclo recessivo, onde o impacto no crédito vencido poderá vir a ser mais visível.

Do ponto de vista de contencioso, o número de processos judiciais em curso decresceu comparativamente aos anos transatos, e em particular as ações executivas intentadas pela CEMAH. Foram ainda findados processos judiciais cuja irrecuperabilidade dos créditos envolvidos foi reconhecida pelos advogados externos, tendo assim sido abatidos ao contencioso, por outro lado, um melhor acompanhamento interno dos processos permitiu o aumento da celeridade na recuperação do crédito.

Quanto ao processo de recuperação de crédito propriamente dito, com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 70-B/2021, que atualiza o quadro aplicável no âmbito do PARI e PERSI, em particular, no seguimento do disposto no artigo 5.º desse diploma, foram efetuados, em agosto de 2021, questionários a todos os clientes que possuíam contratos com moratória ativa até 30 de setembro de 2021, no sentido de aferir o potencial de incumprimento, após o término das moratórias; para os clientes que, após análise das respostas aos questionários, se concluiu que detinham indícios de risco de incumprimento, foram os mesmos integrados em PARI, sendo que, aos clientes que entregaram documentação após a sua integração em PARI, foi apresentada uma proposta de crédito.

Foi iniciado no último trimestre de 2021, o acompanhamento das reestruturações urgentes (reestruturações por dificuldades financeiras do cliente), conforme já havia sido definido no regulamento de crédito. Mensalmente é efetuado um ponto de situação das reestruturações por dificuldades financeiras do cliente existentes, com referência ao último dia do mês anterior.

Para o início da 2022, está programada a efetiva implementação do Modelo de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, tendo, para isso, a Recuperação de Crédito já iniciado o contacto com os clientes que detêm contratos classificados como exposições não produtivas, e com um determinado nível de incumprimento. No modelo são definidas as ações a serem realizadas para clientes com contratos em ENP e as áreas responsáveis pelas mesmas. De referir que se tem verificado uma redução do rácio de ENP, e embora o mesmo ascenda a 10,41%, seria relevante considerar que, expurgado do efeito de alguns *outliers* - no caso, quatro grandes exposições com uma elevada cobertura de imparidade e com colateralização sólida, em que não se prevê perda na recuperação das mesmas -, o rácio de ENP concretizar-se-ia, de facto, nos 6,3%, próximo do rácio de referência de 5%; a projeção para o rácio de ENP é de 3,88% em 2023.

Contributo relevante para o incremento de eficácia na persecução da estratégia definida, está, sem dúvida, o reforço do Departamento de Recuperação de Crédito com mais um elemento, no final do ano (passando este a estar composto por dois elementos). Do mesmo modo, a implementação de melhorias implementadas ao nível da organização interna do Departamento Jurídico, por via das alterações das atribuições, com a centralização neste departamento, no âmbito do procedimento contratual de crédito, de todo o relacionamento com os intervenientes na celebração de contratos por via de escritura pública. Está também concretizada a modificação do funcionamento interno do processo de elaboração de contratos, alterando a forma de validação e aprovação das diversas tipologias contratuais no âmbito da concessão de crédito quer a consumidores quer a outras tipologias de entidades. Mais, o estreitamento crescente do relacionamento entre ambos os departamentos – de Recuperação de Crédito e Jurídico – tem aportado um benefício claro na gestão de clientes e exposições em incumprimento e em risco de incumprimento.

Reforçando os mecanismos de controlo já implementados, desta feita na ótica do cumprimento integral das preceitos regulamentares sobre a matéria de avaliações imobiliárias, e prosseguindo com a centralização do processo, foi efetuada a contratação dos serviços de um perito avaliador de imóveis independente, com vista à certificação de qualidade dos relatórios de avaliação produzidos pelos avaliadores externos, nomeadamente no que concerne à monitorização e revisão das garantias associadas a ENP, de acordo com as orientações EBA/GL/2018/06. No ano de 2021 a CEMAH realizou 1342 avaliações e reavaliações imobiliárias, mais 18% que no ano anterior, distribuídas por um painel de 19 avaliadores externos certificados.

SERVIÇOS E COMISSIONAMENTO

Conforme referido anteriormente, o ano de 2021 ficou marcado pelo início da retoma da atividade económica, sendo visível o aumento da procura de serviços por parte dos nossos clientes, face a 2020, e, por consequência, o aumento do montante recebido em comissionamento, apesar da manutenção da estratégia definida pela CEMAH de praticar comissões inferiores à média do mercado, como fator diferenciador da concorrência e numa ótica de inclusão de todos os clientes no sistema bancário.

Potenciado pela pandemia da Covid-19, e pelo consequente impacto ao nível da alteração do comportamento e hábitos dos consumidores, regista-se um aumento nas adesões e utilização dos canais digitais e app, bem como nos serviços disponibilizados por esta via – transferências, constituição de DP e DPP, gestão de débitos diretos, pedidos e ativação de cartões de débito, entre outros serviços. Deste modo, e analisando a evolução das diferentes rubricas referentes ao comissionamento, observa-se que face ao ano anterior se registou um aumento na ordem dos 428 milhares de Euros, consubstanciando-se numa variação de cerca de 17%. Este aumento é praticamente transversal a todas as rubricas do comissionamento, sendo de destacar a rubrica a comissão de manutenção de conta, criada em setembro de 2020 conforme anteriormente indicado, que registou um aumento de 253 milhares de Euros, contribuindo de forma decisiva para o aumento global registado.

SISTEMAS DE PAGAMENTOS

Em 2021 o Departamento de Operações deu continuidade à implementação de diversas iniciativas que visam promover soluções de pagamento seguras e eficientes para os seus clientes, acompanhando a inovação do mercado, e de acordo com a estratégia delineada pelo Banco de Portugal para os pagamentos de retalho no horizonte 2020-2022.

Cumprindo com os objetivos traçados no Plano Estratégico da CEMAH 2020-2022, procedeu-se à instalação de novos equipamentos ATM, bem como à substituição de alguns equipamentos existentes, tendo igualmente sido reforçada a presença no mercado dos terminais de pagamento automático (TPA), iniciativas que estavam afetas ao departamento de Operações.

Relativamente aos cartões de débito, no final de 2021 registava-se um total de 26.346 cartões ativos, o que representa um aumento de 8,21%, face a 2020. Nesta temática, durante 2021 procedeu-se à certificação de um novo cartão de débito, atualizando o respetivo *chip*, perspetivando desta forma uma melhoria do serviço prestado.

Durante o ano 2021 registou-se a continuidade da tendência de incremento do número de terminais TPA contratualizados, tendo este número atingido a 31 de dezembro os 489 equipamentos, o que se traduz num aumento de 5,31%. Iniciaram-se também parametrizações de sistema que contribuirão para um acréscimo de operações validadas sob a marca MB, da qual a CEMAH é *acquirer*, potenciando assim um maior retorno pelo comissionamento associado.

O parque de ATM era constituído por 61 equipamentos a 31 de dezembro de 2021, mantendo o número de equipamentos do ano anterior. Foi instalado um novo equipamento ATM na Vila das Lajes, na Ilha Terceira, tendo-se procedido a 8 substituições de equipamentos em fim de vida e por imposição regulatória nos balcões CEMAH da Madalena do Pico, Guarita, Biscoitos, Praia da Vitória, Velas e Calheta, bem como na freguesia dos Altares da Ilha Terceira. Foi também celebrado um contrato para a instalação de um novo equipamento na freguesia das Quatro Ribeiras, concelho da Praia da Vitória, que aguarda chegada do equipamento. Decorrendo da monitorização da rentabilidade dos equipamentos ATM, foi decidido retirar o que se encontrava instalado no serviço de urgência do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira por este não se revelar rentável. Ainda neste âmbito, e para mitigar impactos financeiros negativos provenientes da operação, foram celebrados contratos de recebimento de renda pela instalação de equipamentos ATM. A retoma da maioria das atividades comerciais, da circulação de pessoas e conseqüentemente da utilização dos ATM, aliado às medidas anteriormente referidas de mitigação de impactos financeiros negativos, permitiram que a rentabilidade destes equipamentos crescesse 38,63% face ao registo de 2020.

No âmbito da PSD2 foi desenvolvida uma aplicação permite a classificação e análise de possíveis incidentes operacionais com Sistemas de Pagamento, bem como o seu reporte ao Banco de Portugal de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – Reporte de incidentes de carácter severo – e preparação da mesma para a Instrução n.º 20/2021, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2022.

Durante 2021, foram também adaptadas às novas exigências regulamentares as transferências SEPA CT e os débitos diretos SEPA, para a versão 3.0, e as transferências imediatas SEPA CT INST para a versão 2.8., esforço esse alinhado com a predisposição do mercado para privilegiar os pagamentos através dessas vias, dadas as exigências de mobilidade, mas, sobretudo, potenciado pelo contexto de crise sanitária; veja-se:

	2020		2021		Var%	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
SEPA CT Dest OIC	267 551	481 997 864	300 167	531 223 817	12%	10%
SEPA CT INST	13	300 524	3 990	14 979 601	30 592%	4 884%
TRF MB	61 252	19 987 401	67 475	23 862 630	10%	19%
OBA/PSD2	2	345	15	2 379	650%	590%

MERCADOS E INVESTIMENTO

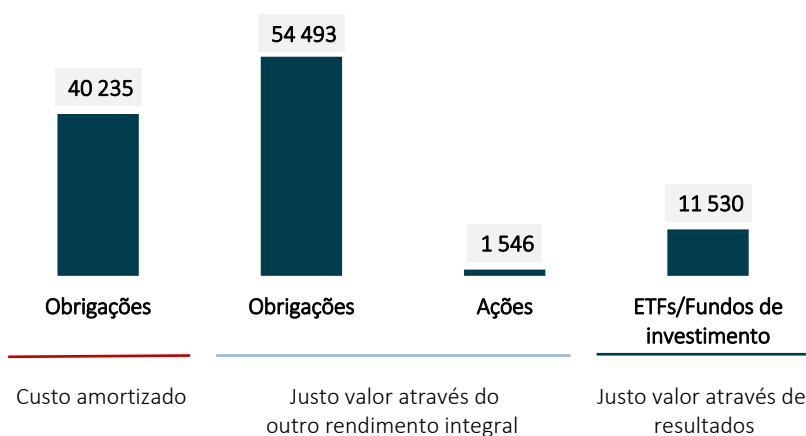
A linha de negócio de Mercados e Investimento tem representado um aporte significativo para a Margem Financeira e para o Produto Bancário, apesar dos desafios impostos pelo mercado e das poucas oportunidades de investimento que potenciem um retorno positivo para a CEMAH, no contexto do seu perfil de risco.

Para fazer face ao nível de exigência inerente, é assegurado um trabalho contínuo de acompanhamento dos mercados financeiros e da própria carteira, a par da consolidação das relações com as contrapartes gestoras.

Veja-se, então, o contributo dos juros, rendimentos e resultados, bem como dos encargos e imparidades respetivas, referentes a esta linha de negócio para a construção dos resultados do exercício (em Euros):

	31-12-2021
Juros ativos financeiros JVOCI	86 353
Juros ativos financeiros CA	474 881
Outros ativos	14 787
Contributo para a Margem Financeira	576 021
Dividendos	51 388
Mais-valias	960 341
Valorização ETF/Fundos de investimento	148 565
Encargos com serviços e comissões	(468 017)
Contributo para o Produto Bancário	1 268 299
Imparidade	(32 588)
Contributo para o RAI	1 235 711

No final de 2021, o valor global da carteira de títulos, ascendia a 108 milhões de Euros, dos quais 88% correspondiam a investimento em obrigações (94.728 milhares de Euros), sendo que a dívida soberana representava 78% do total da carteira e as ações, ETF e fundos, representavam 12,13% do investimento global (13.076 milhares de Euros). No final de 2021, 37% da carteira (40.235 milhares de Euros) encontra-se classificada ao custo amortizado. A carteira evidenciou um incremento global de 12,40% em relação ao período homólogo, com uma distribuição por classe de ativo bastante estável.



Apesar da atenção natural que a Instituição tem vindo a dar aos temas de *Environmental, Social and Governance* (ESG) e *Green Finance*, note-se que apenas as obrigações emitidas mais recentemente começaram a obter classificações inequívocas a esse respeito; ainda assim, com referência a 31 de dezembro de 2021, a CEMAH já detinha *circa* 1,8 milhões de Euros em posições dessa categoria, nomeadamente: 689.903,38 Euros em *social instruments*, 696.609,41 Euros em *green instruments* e 401.322,22 em *sustainability linked*.

COMUNICAÇÃO E GESTÃO DA MARCA

A comunicação da CEMAH em 2021 centrou-se em dois vetores essenciais: Comunicação Institucional e Modernização da Marca. Estes dois vetores, que se desenvolvem a par e de forma indissociável, têm como objetivo último a definição do posicionamento da marca CEMAH no mercado onde atua, reiterando o compromisso assumido de afirmação como o Banco dos Açores, consolidando a sua reputação, que é um dos principais bens intangíveis de qualquer organização. A Comunicação Institucional é responsável por veicular os valores, a missão e a identidade da instituição, pretendendo a Instituição mostrar que está ao lado das famílias e das empresas da RAA, apoiando a retoma da economia e contribuindo para um futuro melhor.

REVISÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL

Considerando que a 26 de abril de 2021 se assinalaram os 125 anos da CEMAH, e sendo que a pretendida celebração da data através de iniciativas mais alargadas foi inviabilizada pelo contexto de pandemia da Covid-19, foram então levadas a cabo iniciativas simbólicas, tanto internas como externas, passando pela divulgação da data nos meios de comunicação social, site e redes sociais, tendo como ideia chave: *‘CEMAH. 125 anos – Uma história de sucesso e resiliência’*.

Neste âmbito, foram ainda efetuadas várias intervenções nos media regionais e nacionais, ao longo do ano, tanto no formato de entrevista como de artigo de opinião, na pessoa do Presidente do Conselho de Administração, em órgãos de comunicação social como o Açoriano Oriental, o Diário Insular, o Correio dos Açores, o Jornal da Praia, a revista anual ‘As 100 Maiores Empresas dos Açores’ e revista Mais Magazine – suplemento do Jornal Expresso.

1896 - 2021

CEMAH 125 ANOS

UMA HISTÓRIA DE SUCESSO E RESILIÊNCIA



No contexto do aniversário da Instituição – e porque só é possível celebrar 125 anos quando se tem grande capacidade de adaptação e evolução –, é lançada a nova imagem institucional da CEMAH, que se constitui como uma revitalização da identidade visual anterior, mais moderna e com os olhos postos no futuro.



O novo logotipo constitui-se como uma revitalização do logotipo atual, uma modernização, o que permite que o processo de substituição de estacionário, publicidade, decoração de balcões, cartões de débito e outros suportes a identificar seja feito de forma gradual e progressiva, por forma a reduzir custos e a criar uma fase de aceitação e de transição visual, tanto junto dos colaboradores como dos clientes, pacífica e sem cortes abruptos com a imagem atual.

PUBLICIDADE

No que concerne à publicidade institucional deu-se primazia à comunicação via Redes Sociais, em particular através do Facebook, mantendo-se ainda uma política de promoção através dos meios tradicionais de comunicação, como a rádio e os jornais locais, sendo que a publicidade se focou essencialmente na divulgação dos 125 anos da CEMAH e no reforço da sua mensagem de sucesso e resiliência.

As redes sociais são uma forma privilegiada de conquistar potenciais clientes. Para além de serem uma forma de publicidade, estas apresentam-se como sendo um canal de excelência de comunicação e criação de uma imagem moderna e atenta à evolução e às tendências do mercado.

SUSTENTABILIDADE

Os desafios da *Sustentabilidade* estão cada vez mais na ordem do dia; questões como (i) se o propósito da empresa já foi realinhado com os desafios de Sustentabilidade/ESG; (ii) se já foi avaliado o potencial impacto das alterações climáticas na cadeia de abastecimento e nas operações; (iii) se já terá sido avaliada a pegada carbónica do negócio e se, para essa, já foi definido um plano de mitigação; carecem ainda de respostas plenas e integradas no seio da maioria dos agentes económicos, mais ainda empresariais. Em particular, as instituições do setor financeiro vêm a ser cada vez mais direcionadas, até do ponto de vista regulamentar, para assumirem um papel de destaque na alteração do paradigma de desenvolvimento económico sustentável, postas gerações de práticas degenerativas. O desenvolvimento económico tem de ser motriz do desenvolvimento generalizado, social e individual, com impacto atual e futuro.

O principal desafio identificado – que se mantém – foi, desde logo, identificado: encontrar iniciativas que permitissem adequar-se às idiossincrasias do seu enquadramento geográfico e da sua cadeia de valor, ser úteis na persecução dos objetivos de sustentabilidade e crescimento inclusivo, que envolva a melhoria das condições de vida, e ainda assim ter cabimento do ponto de vista económico e financeiro. Apesar de a missão da Instituição surgir imbuída do espírito de crescimento inclusivo, concretizado desde logo na atuação como “banca de proximidade”, nem sempre se verifica intuitiva a transição do assistencialismo para a economia circular, e ainda menos, se se considerar a extrapolação daí para preocupações mais contemporâneas como as finanças sustentáveis ou a preservação/regeneração ecológica e da biodiversidade.

Quanto à Política de Responsabilidade Social – *Caixa Solidária*¹⁶, em vigor, releva mencionar a identificação da necessidade de revisão do programa *Caixa Solidária*, através do qual se pretende a promoção, divulgação e financiamento de projetos de âmbito Cultural e Desportivo, de Educação, Investigação e Ensino, de cariz Solidário e de Beneficência, em particular os projetos destinados ao apoio a crianças e jovens em risco, aos idosos e aos deficientes, e da Saúde e da Reabilitação, em particular de idosos e de grupos vulneráveis, sujeitos a candidatura. Em concreto, pretende-se, dentro do possível e no cumprimento do orçamento previsto, reforçar o apoio aos fins de solidariedade da SCMAH através do envolvimento em ações de solidariedade social, promover o envolvimento institucional com a sociedade em que nos inserimos através de uma ponderada política de atribuição de apoios e patrocínios. Procura-se ainda promover internamente uma crescente consciencialização ambiental ao nível interno primando pela racionalização do consumo energético, reciclagem, redução do consumo de papel e outros consumíveis.

Do ponto de vista de crescimento inclusivo e economia circular, é de salientar o envolvimento crescente do ecossistema empresarial em crescimento, no sentido de dar a conhecer as soluções e serviços financeiros atualmente disponíveis e abrir espaço para eventuais parcerias, não apenas com *startups* como também micro e pequenas empresas ligadas às áreas da Agroindústria, Tecnologias de Informação e Comunicação e Indústrias Culturais e Criativas, bem como acompanhar oportunidades de investimento em projetos e empresas inovadoras, em diferentes estágios de desenvolvimento e consolidação. É ainda de destacar que a CEMAH demonstrou, desde há muito, apetência para apoio a clientes que apresentaram ideias inovadoras sobre fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação de materiais e energia, mesmo quando financeiramente mais desafiante ou menos atrativo. Para além disso, releva referir que, por princípio, a CEMAH privilegia o relacionamento comercial com entidades sediadas na Região, sendo a aquisição de bens e serviços efetuada no comércio local, sempre que viável.

Quanto à visão da evolução da oferta de produtos bancários em direção à pressão para a digitalização, como adaptação a questões de sustentabilidade do negócio, de expansão da oferta a *targets* diferenciados e de resposta à exigência de mobilidade e desmaterialização de processos – quadro naturalmente impulsionado pelo contexto do surto pandémico, com a necessidade de assegurar ao máximo de clientes os serviços essenciais, de forma segura –, a Instituição encontra-se alinhada com o mercado, mantendo-se o volume significativo de operações realizadas pelas vias digitais. Não deixa de ser relevante mencionar o crescimento da oferta de serviços bancários de adesão simples, rápida e ajustados à complexidade do cliente, como sejam as contas de serviços mínimos bancários.

Por outro lado, e ao nível da carteira própria, conforme referido na secção de Mercados e Investimento, a CEMAH já detém um volume relevante em posições de categorias ESG/*Green Finance*, apesar da relativa novidade das classificações correspondentes, designadamente *social Instruments*, *green instruments* e *sustainability linked*.

Do ponto de vista energético, importa salientar que, apesar da ausência de dinâmica concorrencial na oferta de energia elétrica, é cada vez maior a pressão de todos os *stakeholders* para que o fornecimento energético se baseie cada vez mais em energias renováveis e recursos endógenos. Com ainda algum caminho a percorrer, de janeiro a dezembro 2021 verificou-se um crescimento da emissão de energia de 5,1% em relação ao período homólogo, tendo por base o crescimento na utilização dessas energias e recursos – geotérmica (apesar do decréscimo, por anomalia), eólica e hídrica (com incrementos na produção, na ordem dos 2 dígitos), de resíduos, fotovoltaica, de mini/microgeração, entre outras –, em detrimento da utilização de combustíveis fósseis – fuelóleo e gásóleo –, apesar de ainda se verificar uma proporção não maioritária. De qualquer modo, e no que depende exclusivamente de opções institucionais, é incentivado a que cada colaborador considere a eficiência energética nas opções quotidianas ao serviço da Instituição, desde a utilização consciente de iluminação ar condicionado até à reprografia.

¹⁶ Orientada para a criação de valor social, e na qual se concretizam princípios e procedimentos sobre as vertentes de economia social e de solidariedade, bem como assumindo preocupações económicas, ambientais e culturais no mercado em que opera.

VISÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras analisadas de seguida reportam-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2022.

BALANÇO

(milhares de Euros)

	2021-12-31		2020-12-31	
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	106 212	22,62%	107 375	23,70%
Ativos financeiros detidos para negociação	-	0,00%	-	0,00%
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	11 530	2,46%	7 549	1,67%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	55 979	11,92%	43 204	9,54%
Ativos financeiros pelo custo amortizado	282 501	60,16%	281 351	62,10%
Ativos fixos tangíveis	6 292	1,34%	6 658	1,47%
Outros ativos intangíveis	683	0,15%	1 011	0,22%
Ativos por impostos correntes	67	0,01%	48	0,01%
Ativos por impostos diferidos	1 512	0,32%	1 596	0,35%
Outros ativos	2 965	0,63%	2 222	0,49%
Ativos não correntes e grupos para alienação class. detidos para venda	1 876	0,40%	2 049	0,45%
Total de Ativo	469 616	100,00%	453 063	100,00%
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	438 023	93,27%	421 403	93,01%
Outras provisões	144	0,03%	119	0,03%
Passivos por impostos correntes	19	0,00%	11	0,00%
Passivos por impostos diferidos	62	0,01%	121	0,03%
Outros passivos	3 647	0,78%	4 585	1,01%
Total de Passivo	441 895	94,10%	426 237	94,08%
Capital				
Capital realizado	19 932	4,24%	19 932	4,40%
Lucros retidos	879	0,19%	96	0,02%
Reservas de reavaliação	(35)	(0,01%)	530	0,12%
Outras reservas	6 473	1,38%	6 473	1,43%
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	472	0,10%	(204)	-0,05%
(-) Dividendos provisórios				
Total de Capital	27 721	5,90%	26 826	5,92%
Total de Passivo e Capital	469 616	100,00%	453 063	100,00%

A 31 de dezembro de 2021, o ativo líquido da CEMAH situava-se nos 469.616 milhares de Euro, representando um crescimento de 3,65% face ao período homólogo do ano anterior. Da análise das suas componentes com peso mais significativo tem-se:

- a. A rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado apresenta em 2021 um crescimento de 1.150 milhares face ao ano anterior. Esta compreende os seguintes ativos:
 - Crédito a clientes líquido (incluindo aplicações em papel comercial), no montante de 239.543 milhares de Euro, que compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber deduzido das respetivas imparidades. Este representa 51,01% do ativo líquido e regista um crescimento de 3,92% face ao ano anterior
 - Aplicações a prazo em instituições de crédito, deduzidas da respetiva imparidade e acrescidas dos correspondentes juros a receber, num montante de 2.789 milhares de Euros a 31 de dezembro de 2021, face aos 7.787 milhares de Euros registados a 31 de dezembro do exercício anterior. Estas correspondem a depósitos a prazo em instituições financeiras de sólida reputação, e proporcionaram em um rendimento anual de 7 milhares de Euros em 2021 (15 milhares de Euros em 2020). As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.
 - Títulos de dívida classificados ao custo amortizado, num montante de 40.235 milhares de Euro, que a CEMAH tenciona manter no seu ativo até à respetiva maturidade, rentabilizando o respetivo investimento por via do recebimento dos respetivos fluxos de caixa contratuais e protegendo esta componente da carteira da volatilidade do mercado.
- b. A rubrica de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem apresentava a 31 de dezembro de 2021 um saldo de 106.212 milhares de Euro, registando uma diminuição de 1,08% face ao final do exercício de 2020. Os montantes registados nesta rubrica resultam do acréscimo registado nos depósitos de clientes da instituição, associado à escassez de alternativas de investimento para o excesso de liquidez da CEMAH, no contexto de uma política de investimentos prudente e de uma rigorosa gestão do consumo de capital dos ativos.
- c. Os Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados apresentavam no final de 2021 um valor de 11.530 milhares de Euro, e respeitam a unidades de participação em fundos de investimento e ETF.
- d. O montante dos Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral registou em 2021 um crescimento de 29,57%. Este corresponde a investimentos que a CEMAH pretende rentabilizar quer por via dos juros, que por via da realização de mais-valias.
- e. Os Ativos tangíveis e intangíveis, no valor líquido de 6.975 milhares de Euro, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio, equipamento e aplicações informáticas necessários ao funcionamento da Instituição, assim como o reconhecimento do direito de uso de imóveis e viaturas.
- f. Os Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda incluem os ativos recebidos em reembolso de crédito próprio em condições de serem alienados. A 31 de dezembro de 2021 estes apresentavam um valor líquido de 1.849 milhares de Euro, inferior em 173 milhares de Euros face ao registado em 2020, fruto do esforço desenvolvido no sentido da alienação de tais ativos.

A estrutura do Ativo do Balanço da CEMAH não sofreu, portanto, alterações significativas durante o exercício de 2021, mantendo-se relativamente semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem. Ainda assim, é de registar um aumento do investimento na carteira de títulos de cerca de 14 milhões de Euro, realizado com o objetivo de rentabilizar o excedente de liquidez da Instituição.

Quanto ao Passivo, a 31 de dezembro de 2021 este registava um valor de 441.895 milhares de Euro, mais 15.658 milhares de Euros do que no final de 2020. Este crescimento de 3,67% resultou essencialmente do crescimento dos depósitos de clientes. No âmbito do passivo salientam-se então os valores das seguintes rubricas:

- a. Passivos financeiros pelo custo amortizado, no montante de 438.023 milhares de Euro. Esta rubrica inclui a carteira de depósitos da Instituição, sendo que os recursos de Clientes e respetivos custos a pagar assumem o montante de 435.437 milhares de Euro. Os depósitos captados apresentaram em 2021 um crescimento superior a 16 milhões de Euros (3,93% face ao ano anterior). A rubrica inclui também 1.823 milhares de Euros relativos a capital e juros do empréstimo obrigacionista emitido pela CEMAH no final de julho de 2020.
- b. Outros Passivos, com um valor de 3.647 milhares de Euros e que representam 0,78% do passivo da instituição. A redução de valor registada nesta rubrica deve-se essencialmente à variação líquida das responsabilidades do Fundo de Pensões, que a 31 de dezembro de 2021 apresentava um saldo devedor, constituindo, como tal, um ativo e não um passivo da instituição. Na sequência da avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2021, o valor registado das responsabilidades por serviços passados associadas ao Fundo de Pensões era de 21.254 milhares de Euro, sendo o valor patrimonial dos ativos que constituem o Fundo de 21.458 milhares de Euro. Para efeitos de pressupostos atuariais, a taxa de desconto considerada passou de 1,0% em 2020 para 1,3% no final de 2021. O Fundo encerrou o exercício de 2021 uma taxa de rentabilidade de 3,8%, e registando um impacto positivo nos capitais próprios da instituição de 970 milhares de Euros. Por forma a garantir o financiamento mínimo exigido pelo Banco de Portugal, em janeiro de 2021 a CEMAH efetuou uma contribuição para o Fundo no valor de 49 milhares de Euro, o que garante o financiamento de 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas.

A 31 de dezembro de 2021, o Capital Próprio da CEMAH era de 27.721 milhares de Euro, apresentando um crescimento de 3,34% (895 milhares de Euro) em relação ao período idêntico do ano anterior. Da análise das suas componentes salienta-se:

- a. O acréscimo de 783 milhares de Euros da rubrica Lucros retidos. No saldo desta componente do Capital encontra-se refletidos os impactos das remensurações do Fundo de Pensões, líquidas de imposto, e os dividendos não distribuídos.
- b. Um decréscimo das reservas de reavaliação, líquidas de impostos, de 565 milhares de Euros face a 2020.
- c. O resultado líquido do exercício de 2021, que se situou nos 472 milhares de Euro, 676 milhares de Euros superior ao registado em 2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de Euros)

	2021-12-31	2020-12-31
Juros e rendimentos similares	7 250	7 358
Juros e encargos similares	(431)	(615)
Margem financeira	6 819	6 743
Rendimentos de instrumentos de capital	51	43
Rendimentos de serviços e comissões	2 776	2 353
Encargos com serviços e comissões	(896)	(778)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	-	(2)
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	601	509
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	260	94
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	208	87
Resultados de alienação de ativos financeiros ao custo amortizado (líquido)	248	299
Outros rendimentos de exploração	378	242
Outros encargos de exploração	(602)	(666)
Produto bancário	9 842	8 923
Custos com pessoal	(4 473)	(4 464)
Gastos gerais administrativos	(3 064)	(2 859)
Amortizações do exercício	(961)	(1 121)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(26)	33
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rend. integral líq. de reversões e recuperações	(25)	(1)
Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado líquida de reversões e recuperações	(542)	(501)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	(191)	(324)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	82	(19)
Resultado antes de impostos	645	(333)
Impostos	(173)	129
Resultado líquido do período	472	(204)

Elementos que não serão reclassificados em resultados	1 016	(363)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	970	(507)
Varição do justo valor de instrum. capital próprio mensurados pelo justo valor através do outro rend.integral	110	44
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	0	0
Impacto fiscal	(64)	100
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	(594)	51
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	(611)	51
Varição de justo valor	(774)	64
Impacto fiscal	163	(13)
Imposto sobre os rendimentos relacionados com elem. que podem ser reclassificados como lucros ou	18	-
Rendimento integral total do exercício	895	(516)
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	895	(516)

A margem financeira apresentou um acréscimo de 1,1% face a 2020, passando de 6.743 milhares de Euros em 2020 para 6.819 milhares de Euros em 2021. Este crescimento ficou a dever-se ao facto do efeito da redução da rubrica de Juros e proveitos similares ter sido inferior à redução verificada na rubrica de Juros e encargos similares. Para a redução verificada nos primeiros contribuíram as variações negativas de 53 milhares de Euros nos juros de crédito a clientes e de 51 milhares de Euros nos juros da carteira própria, e para a redução verificada nos segundos contribuiu significativamente o esforço desenvolvido pela CEMAH no sentido da aproximação do seu preçário das operações passivas às taxas do mercado, o que se traduziu numa redução de encargos de 285 milhares de Euro, apesar do volume significativo dos recursos de clientes, difíceis de rentabilizar num contexto de reduzidas taxas de juros e de limitações impostas pela gestão do capital regulatório.

O produto bancário registou em 2021 um aumento de 919 milhares de Euros face ao valor contabilizado em 2020. Para este aumento contribuíram principalmente os efeitos dos aumentos registados nos proveitos com comissões (422 milhares de Euro) e nos resultados realizados no âmbito da carteira própria (209 milhares de Euros).

No que concerne aos custos operacionais, a rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de apenas 0,18% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos sofreram um acréscimo de 7,16% face a 2020.

As provisões e imparidades líquidas, registadas de acordo com princípios gerais definidos na IFRS 9, representaram um contributo negativo para o RAI de 783 milhares de Euro, designadamente 328 milhares de Euros referentes a reforço de imparidade decorrente da quantificação de impacto de alteração de metodologia relacionada com múltiplos *defaults* no período histórico. A 31 de dezembro de 2021 o valor de provisões e imparidades registado nas demonstrações financeiras da CEMAH era de 8.179 milhares de Euros (7.862 milhares de Euros a 31 de dezembro de 2020).

Os Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido) compreendem o saldo entre as mais e as menos valias realizadas com a alienação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Em 2021 este valor foi de 82 milhares de Euro.

No que concerne à rubrica de Impostos, os resultados fiscais apurados pela CEMAH são, em 2021, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 21% e representam um contributo negativo para o resultado líquido de 173 milhares de Euro. Relativamente ao imposto corrente, em 2021 a CEMAH estimou um lucro fiscal de 126 milhares de Euro, o que lhe permitiu deduzir 101 milhares de Euros de prejuízos fiscais registados em 2019 e 2020. No que concerne aos impostos diferidos, estes ascenderam em termos líquidos a 1.425 milhares de Euro.

O Resultado Líquido do Exercício de 2021 foi de 472 milhares de Euro.

No âmbito do rendimento integral do período, tem-se que a 31 de dezembro de 2021 os elementos que não serão reclassificados em resultados se situaram nos 1.016 milhares de Euro, e os que poderão vir a ser reclassificados em resultados representaram (594) milhares de Euro, ficando-se este indicador no final período em 895 milhares de Euro.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido alcançado pela CEMAH no exercício de 2021, ainda que não ascendendo aos valores sem precedentes de 2018, manifesta-se como sinal claro de retorno à normalidade; não esqueçamos, contudo, que o *business as usual* se mantém desafiante, sobretudo pela fricção regulatória e supervisa, legítima, em contexto macroeconómico *sui generis* e com volatilidade acrescida pela (já habitual) reação exacerbada dos (atores dos) mercados financeiros.

Mantendo-se o espírito de conservadorismo relativo à capitalização bancária, em geral, reiterado pela recomendação do Banco de Portugal em sede de Decisão SREP, não haverá lugar a distribuição de dividendos relativamente ao exercício.

Deste modo, e de acordo com os objetivos estratégicos e prudenciais assumidos pelo Conselho de Administração da Instituição e pela própria Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), sua Acionista única e Instituição Titular, não haverá lugar a distribuição de dividendos. Aos Órgãos Sociais dessa só se poderão reiterar os louvores por diligente compreensão de contexto e defesa dos interesses globais de ambas e da sua relação secular.

Posto isto, e em conformidade com o Artigo 30.º dos Estatutos da CEMAH, propõe-se a seguinte afetação do resultado líquido de 2021, em montante que ascende a 471.912,90 Euros:

- 25% para Reserva Geral, no montante de 117.978,23 Euros;
- 25% para Reserva Estatutária, no montante de 117.978,23 Euros;
- 50% para Lucros Retidos, no montante de 235.956,44 Euros.

Angra do Heroísmo, 25 de março de 2022

O Conselho de Administração,



António Maio



Eduardo Couto



Maria Laurentina Mendes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2021-12-31	2020-12-31
Ativo			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6.1	106.212	107.375
Dinheiro em caixa		11.303	11.452
Saldos de caixa em bancos centrais		76.607	88.142
Disponibilidades em outras instituições de crédito		18.302	7.781
Ativos financeiros detidos para negociação	6.2	-	-
Derivados		-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados	6.3	11.530	7.549
Instrumentos de capital próprio		11.530	7.549
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.4	55.979	43.204
Instrumentos de capital próprio		1.546	1.674
Títulos de dívida		54.433	41.530
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.5	282.501	281.351
Títulos de dívida		40.169	43.058
Empréstimos e adiantamentos		242.332	238.293
Ativos fixos tangíveis	6.6	6.292	6.658
Outros ativos intangíveis	6.7	683	1.011
Ativos por impostos correntes	6.8	67	48
Ativos por impostos diferidos	6.8	1.512	1.596
Outros ativos	6.9 e 6.16	2.965	2.222
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	6.10	1.876	2.049
Total de Ativo		469.616	453.063
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	6.12	0	0
Derivados		0	0
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	6.13	438.023	421.403
Depósitos		435.437	418.982
Outros passivos financeiros		763	598
Passivos subordinados		1.823	1.823
Derivados - contabilidade de cobertura			
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			
Outras provisões	6.11	144	119
Passivos por impostos correntes	6.8	19	11
Passivos por impostos diferidos	6.8	62	121
Outros passivos	6.14	3.647	4.585
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda			
Total de Passivo		441.895	426.237
Capital			
Capital realizado	6.17	19.932	19.932
Prémios de emissão			
Outro capital próprio			
Outro rendimento integral acumulado			
Lucros retidos	6.18	879	96
Reservas de reavaliação	6.19	(35)	530
Outras reservas	6.20	6.473	6.473
(-) Ações próprias			
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		472	(204)
(-) Dividendos provisórios			
Total de Capital		27.721	26.826
Total de Passivo e Capital		469.616	453.063

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstrações dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Milhares de Euro

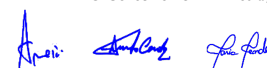
	Notas	2021-12-31	2020-12-31
Juros e rendimentos similares		7.250	7.358
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		86	174
Ativos financeiros ao custo amortizado		7.149	7.167
Outros ativos		15	18
Juros e encargos similares		(431)	(615)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(431)	(615)
Margem financeira	6.22	6.819	6.743
Rendimentos de instrumentos de capital	6.23	51	43
Rendimentos de serviços e comissões	6.24	2.776	2.353
Encargos com serviços e comissões	6.24	(896)	(778)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	6.25	-	(2)
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	6.25	601	509
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	6.25	260	94
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.25	208	87
Resultados de alienação de ativos financeiros ao custo amortizado (líquido)	6.25	248	299
Outros rendimentos de exploração	6.26	378	242
Outros encargos de exploração	6.26	(602)	(666)
Produto bancário		9.842	8.923
Custos com pessoal	6.27	(4.473)	(4.464)
Gastos gerais administrativos	6.28	(3.064)	(2.859)
Amortizações do exercício	6.6e 6.7	(961)	(1.121)
Ativos fixos tangíveis		(532)	(514)
Ativos fixos intangíveis		(429)	(607)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.11	(26)	33
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquida de reversões e recuperações	6.11	(24)	(1)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado líquida de reversões e recuperações	6.11	(542)	(501)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	6.11	(191)	(324)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	6.29	82	(19)
Resultado antes de impostos		645	(333)
Impostos	6.8 e 6.30	(173)	129
Resultado após impostos		472	(204)

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

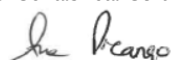


Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2021-12-31	2020-12-31
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Juros recebidos		7.519	5.761
Juros pagos		(312)	(732)
Comissões recebidas		3.009	2.571
Comissões pagas		(896)	(778)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(8.181)	(7.787)
Impostos		218	466
(Aumentos)/diminuições dos ativos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(880)	(1.086)
Créditos e adiantamentos a clientes		(10.144)	(8.553)
Outros activos		(577)	(307)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com instituições de crédito - à vista		22	3
Débitos para com clientes - à vista		25.255	34.909
Débitos para com clientes - a prazo		(8.599)	(20.375)
Outros passivos		573	48
		<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		7.008	4.140
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		46	36
Juros recebidos de ativos financeiros		1.103	1.070
Venda e vencimento de ativos financeiros		38.602	35.709
Compra de ativos financeiros		(52.676)	(44.688)
Compra de outros ativos tangíveis		(169)	(353)
Venda de outros ativos tangíveis		-	-
Compra de ativos intangíveis		(101)	(481)
Venda de ativos intangíveis		-	-
		<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(13.195)	(8.706)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	-
Emissão de dívida subordinada		-	1.750
Juros de dívida subordinados		(175)	-
		<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(175)	1.750
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		<u>(6.362)</u>	<u>(2.816)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.15	<u>115.177</u>	<u>117.905</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		198	88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.15	<u>109.013</u>	<u>115.177</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstrações de alterações no capital próprio dos períodos findos
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020

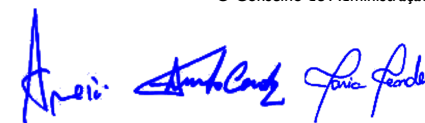
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	Capital	Lucros retidos	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		19.932	39	573	6.147	652	27.342
Aplicação dos resultados	6.17, 6.20						
Reserva Legal					163	(163)	-
Reserva Estatutária					163	(163)	-
Lucros retidos			326			(326)	-
Distribuição de dividendos							-
Rendimento integral total do exercício	6.16, 6.17, 6.19, 6.20		(269)	(43)		(204)	(516)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		19.932	96	530	6.473	(204)	26.826
Aplicação dos resultados	6.17, 6.20						
Reserva Legal							-
Reserva Estatutária							-
Lucros retidos			(204)			204	-
Distribuição de dividendos							-
Rendimento integral total do exercício	6.16, 6.17, 6.19, 6.20		988	(565)		472	895
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (período corrente)		19.932	879	(35)	6.473	472	27.721

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstrações dos rendimentos integrais
 dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Unidade: Milhares de Euro

	2021-12-31	2020-12-31
Lucros ou prejuízos (-) do exercício	472	(204)
Outro rendimento integral	423	(312)
Elementos que não serão reclassificados em resultados	1.016	(363)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	970	(507)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	110	44
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	-	-
Impacto fiscal	(64)	100
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	(594)	51
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	(611)	51
Variação de justo valor	(774)	64
Impacto fiscal	163	(13)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados como lucros ou prejuízos (-)	18	-
Rendimento integral total do exercício	895	(516)
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	895	(516)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido fundada em 26 de abril de 1896, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio e aprovou o Regime Jurídico das Caixas Económicas, a CEMAH foi transformada *ope legis* em caixa económica bancária podendo, enquanto tal, praticar as mesmas operações que aos bancos são permitidas, nomeadamente as elencadas no artigo 4.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Assim, em face do regime legal atualmente em vigor e do quadro estatutário pela qual se rege, a CEMAH está habilitada a exercer as mesmas atividades que os bancos comerciais, as quais, em face da evolução dos mercados financeiros, se têm vindo a revestir de acrescida complexidade.

Da mesma forma, a CEMAH está, em regra, sujeita ao cumprimento das mesmas regras legais e regulamentares que são aplicadas aos bancos, designadamente, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e a *Capital Requirements Regulation*.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 13 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CEMAH apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2021.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2022. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Euros e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a CEMAH operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a CEMAH dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a CEMAH efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.3.12.

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2021:

– Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Fase 2 da reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-21	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – “Covid 19 Related Rent Concessions beyond 30 June 2021”	1-abril-21	Esta emenda estende para 30 de junho de 2022 a aplicação do expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda até essa data, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-jan-21	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

– Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Aplicável na União
Europeia nos exercícios
iniciados em ou após

Norma / Interpretação

Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	<p>Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente</p> <ul style="list-style-type: none">- IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.- IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso- IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato- Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	<p>Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.</p>

Estas normas e emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela CEMAH em 2021, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas e emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

– **Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Aplicável na União
Europeia nos exercícios
iniciados em ou após

Norma / Interpretação

Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 12 – Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2. Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Caixa para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1. Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método da taxa de juro efetiva, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no momento do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

2.3.1.1.1. Imparidade para crédito

As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” têm como propósito: (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas; (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

No âmbito da imparidade, aplica-se a Norma IFRS 9 (Regulamento (EU) 2016/2067), publicada em julho de 2014 e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IFRS 9, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular CC/2018/00000062, tendo a metodologia adotada pela Caixa, na definição do modelo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade (e alocação aos diferentes *stages* de imparidade);
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A Norma IFRS 9 estabelece a necessidade de reconhecer perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*) como imparidade, considerando a perda esperada de crédito a um ano, ou a perda esperada de crédito até à maturidade do instrumento financeiro (*ECL lifetime*).

O reconhecimento da imparidade a um ano ou até à maturidade do contrato é feito de acordo com a alocação do contrato a um dos três *stages* contemplados no “*three stage model*” [IFRS 9 5.5.3-5]: No momento em que o contrato é reconhecido, este é automaticamente alocado na *stage 1* [IFRS 9 5.5.5.], exceto para instrumentos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired (POCI)*. Para cada data de reporte subsequente, é feita uma avaliação de cada contrato em termos de alterações do risco de entrar em incumprimento até à respetiva maturidade [IFRS9 5.5.9].

A identificação de alterações no risco de incumprimento ao longo da vida do ativo pode resultar em transferências entre *stages*, isto é, um contrato que no momento inicial estava alocado na *stage 1* pode ser transferido para *stage 2* ou 3. No caso de não existir uma alteração significativa da probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*) desde o reconhecimento inicial, o ativo mantém-se em *stage 1* e a perda esperada de crédito continua a ser calculada para o período de 1 ano após cada data de reporte. Caso contrário, se a PD registar um aumento significativo face à PD observada no momento inicial, o ativo é alocado na *stage 2* e deverá ser reconhecida a perda esperada para a maturidade residual do contrato (*ECL lifetime*). De acordo com o modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, está definido que um contrato que apresente pelo menos um dos seguintes indícios de imparidade é alocado ao *stage 2*:

- a. Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- b. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias;
- c. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias nos últimos 3 meses;
- d. Crédito vencido > 30 dias nos últimos 3 meses;
- e. Entrega de ativos em dação em pagamento;
- f. Ativação de níveis internos de alerta;
- g. Interpelação de garantias bancárias;
- h. Informação financeira desfavorável;
- i. Cliente com crédito reestruturado por dificuldades financeiras;
- j. Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR);
- k. Cliente com 3 cheques devolvidos no último ano (pelo motivo de falta ou insuficiência de provisão);
- l. Cliente que tenha sido objeto de procedimento de reclamação de créditos;
- m. Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- n. Expectativa de Insolvência

Adicionalmente:

m. A existência de um contrato com pelo menos 1 indício de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos do mesmo cliente e do grupo, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas); e

o. A existência de um contrato de uma entidade de um grupo classificada em *stage 3* implica a contaminação das restantes entidades do grupo com indícios de imparidade.

Para a saída de contratos do *stage 2* para o *stage 1* é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos simultaneamente:

- a. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade);
- b. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias nos últimos 12 meses.

No caso de múltiplos CRDF, a saída de *stage 2* para *stage 1* ocorre quando se verificam simultaneamente as seguintes condições:

- a. O contrato não tem crédito com atraso superior a 30 dias, no prazo de 24 meses consecutivos;
- b. O contrato não apresenta qualquer critério de alocação ao *stage 2* (não tem qualquer indício de imparidade).

A alocação na *stage 3* é feita para todos os ativos que se encontrem em *default* tendo em conta a definição interna de *default* da Instituição. Caso os critérios de aumento significativo de risco (ou da probabilidade de incumprimento) deixem de ser verificados é possível que um ativo financeiro seja transferido de volta para um *stage* “menos gravoso” [IFRS 9 5.5.7].

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

A carteira de crédito foi ainda dividida entre clientes significativos (sujeitos a análise individual) e clientes não significativos. Os critérios de seleção de clientes/grupos económicos para a amostra de análise individual de imparidade são aplicáveis tanto à carteira de crédito como à carteira de papel comercial da Caixa.

A análise individual estende-se a todas as entidades do grupo com exposição patrimonial, desde que pelo menos uma delas cumpra com um dos critérios 1 a 3:

1. Entidades em *stage 3* com exposição patrimonial igual ou superior a 300 milhares de euros;
2. Entidade em *stage 2* ou 3 que foi alvo de análise individual no semestre anterior e apresentou uma percentagem de imparidade superior a 15%;
3. Entidades com potencial de serem consideradas de risco elevado de incumprimento pela CEMAH em função, por exemplo, da antiguidade do incumprimento, do histórico de relacionamento com o cliente, entre outros;
4. Entidades com exposição patrimonial igual ou superior a 1.000 milhares de euros.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, nomeadamente o tipo de cliente, o tipo de produto e o tipo de garantia associada.

De modo a clarificar a metodologia de alocação da carteira de crédito ao *stage 3*, e atendendo a que a IFRS 9 não apresenta uma definição de incumprimento (*default*), a CEMAH considera os seguintes critérios como evidência de *default*:

- *Stage 3* – Critérios de entrada em *default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, define-se que um contrato é classificado em *stage 3* se cumprir com pelo menos um dos seguintes critérios:

- 1) Atraso superior a 90 dias (crédito vencido há mais de 90 dias), cumprindo os seguintes critérios de materialidade nos últimos 3 meses:
 - a) Carteira de retalho (ao nível da operação): montante em atraso superior a 100€ e a 1% do montante em dívida;
 - b) Não retalho (ao nível do devedor): montante em atraso superior a 500€ e a 1% do montante em dívida.
- 2) Devedor insolvente;
- 3) Crédito em contencioso;
- 4) Contratos reestruturados por dificuldades financeiras, nas seguintes situações:

- a) Contratos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired* (POCI);
 - b) Reestruturado mais do que 1 vez no prazo de 24 meses (múltiplos CRDFC);
 - c) Cujo contrato original estava em *stage 3* na data da reestruturação;
 - d) Com incumprimento superior a 30 dias durante o período probatório (24 meses);
 - e) Com carência de capital superior a 24 meses;
 - f) Reestruturação urgente que resulta numa obrigação financeira menor
- 5) Clientes em situação de PER/PEAP;
- 6) Clientes cujo juro já não é reconhecido na DR;
- 7) Fraude de crédito;
- 8) Outro indicador de *default*;
- 9) Contaminação de eventos de *default* – são considerados os seguintes critérios ao nível dos contratos:
- a) Para carteira de retalho, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade.
 - b) Para não retalho, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos da entidade, sendo estes classificados como em *default*;
- Adicionalmente, é feita contaminação do grupo económico do devedor, sempre que, no âmbito da análise individual de imparidade, se conclua que as restantes entidades do grupo poderão apresentar dificuldades financeiras na sequência da situação de incumprimento de uma entidade do grupo.

- *Stage 3* – Critérios de saída de *default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, um contrato alocado ao *stage 3* pode ser reclassificado num *stage* menos gravoso (*stage 2* ou *stage 1* se não se verificar qualquer um dos critérios de alocação a *stage 2*), caso cumpra com as seguintes condições:

- a) Tiverem decorrido, 3 ou 6 meses (no caso de posições em risco sobre a carteira de retalho ou não retalho, respetivamente), desde que deixaram de ser cumpridas as condições para o crédito ser considerado em *stage 3*;
- b) Ter em conta o comportamento do devedor, assim como a sua situação financeira, durante o período a que se refere a alínea a). Assim, o crédito deve manter-se classificado como em *stage 3* quando o cliente:
 - i. Regista incumprimento igual ou superior a 30 dias durante esse período;
 - ii. No caso de o cliente não analisado individualmente apresentar os seguintes indicadores de dificuldade financeira: dívidas fiscais ou dívidas à segurança social; inserção na LUR; atraso na CRC nos últimos 3 meses;
- c) Nos casos de CRDFC, independentemente da reestruturação ter sido realizada antes ou depois da identificação em *stage 3*, a posição em risco é reclassificada num *stage* menos gravoso se tiver decorrido, pelo menos, um ano desde o mais recente dos seguintes eventos:
 - i. O momento da extensão das medidas de reestruturação;
 - ii. O momento em que a posição em risco foi classificada em *stage 3*;
 - iii. O fim do período de carência incluído nos acordos da reestruturação.
- d) Para reclassificar a posição em risco num *stage* menos gravoso após o período referido na alínea anterior, devem ser cumpridas todas as condições seguintes:
 - i. Durante esse período, o devedor tiver efetuado um pagamento significativo (pagou através dos seus pagamentos regulares nos termos dos acordos de reestruturação, um montante total igual ao montante que estava em atraso – caso existissem montantes em atraso – ou que foi perdoado – caso não existissem montantes em atraso – ao abrigo das medidas de reestruturação);

- ii. Durante esse período, tiverem sido efetuados pagamentos regulares¹, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;
- iii. Não existirem obrigações de crédito em atraso, de acordo com o plano aplicável após os acordos de reestruturação;
- iv. Não serem aplicáveis quaisquer indicações da reduzida probabilidade de pagamento.

No caso de um contrato que se encontre classificado em *stage 3*, por via da contaminação, não é aplicado qualquer período de quarentena, sendo que este se manterá em *stage 3* enquanto se verificar o critério para a contaminação.

O modelo de imparidade de crédito da CEMAH, e de acordo com o preconizado pela IFRS 9, incorpora também a inclusão de informação prospetiva ("*forward looking information*") com inclusão de tendências e cenários futuros. No caso da CEMAH, a componente do *forward looking* é calculada com base no resultado de regressões lineares entre séries de *default rates* com séries de indicadores macroeconómicos (disponibilizados pelo Banco de Portugal), e com base na projeção destes indicadores. Isto dada a dificuldade em se obter regressões significativas entre a série de *default rates* interna e os indicadores macroeconómicos publicados pelo Banco de Portugal. Assim, o modelo da CEMAH incorpora as seguintes variáveis macroeconómicas no cálculo do fator do *forward looking*:

- Empresas: IHPC – taxa de variação homóloga e Exportações – taxa de variação homóloga;
- Particulares – Outros: IHPC – taxa de variação homóloga e PIB – taxa de variação homóloga;
- Particulares – Crédito à Habitação: Taxa de desemprego – taxa de variação homóloga e Importações (volume) – taxa de variação homóloga

Adicionalmente, e por forma a fazer refletir o real risco associado aos créditos pós-moratórias, foi criada uma metodologia de reclassificação de *stage* para os créditos da análise coletiva que aderiram às moratórias no âmbito da pandemia COVID-19, tendo-se definido os seguintes critérios de aplicação em base trimestral para reclassificação em *stage 2* e em *stage 3*:

Critérios para reclassificação em *stage 3*:

- a) Caso se verifiquem pelo menos três das seguintes quatro condições:
 - Fazer parte dos CAE mais afetados pela pandemia;
 - Apresentar uma variação anual dos saldos médios igual ou superior a 50%;
 - Tratar-se de crédito reestruturado por dificuldades financeiras (CRDFC);
 - Apresentar crédito vencido entre 30 e 90 dias.
- b) Ter sido feito um CRDFC até um ano após o término das moratórias;
- c) Estando em *stage 2*, caso apresente crédito vencido entre 30 e 90 dias.

Critérios para reclassificação em *stage 2*:

- a) Caso se verifiquem pelo menos duas das seguintes quatro condições:
 - Fazer parte dos CAE mais afetados pela pandemia;
 - Apresentar uma variação dos saldos médios igual ou superior a 50%;
 - Tratar-se de crédito reestruturado por dificuldades financeiras (CRDFC);
 - Apresentar crédito vencido entre 30 e 90 dias.

2.3.1.2. Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral

A rubrica Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral inclui:

- Instrumento de dívida que a CEMAH mantém num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os seus fluxos de caixa e, eventualmente, gerar mais-valias com a sua venda e que cumprem com o critério SPPI, isto

¹ Considera-se que existiram pagamentos regulares quando não se tenha verificado qualquer atraso superior a 30 dias.

é, os termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

- Instrumentos de capital relativamente aos quais a CEMAH, no momento do seu reconhecimento inicial designou irrevogavelmente, e numa base de instrumento a instrumento, a classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos classificados como Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são valorizados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor destes ativos reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor. Os títulos de dívida encontram-se sujeitos a testes de imparidade, que é registada em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais são também registados em capitais próprios, até que o ativo seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

2.3.1.3. Ativos financeiros ao custo amortizado

A rubrica de ativos financeiros ao custo amortizado inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, que cumpram os critérios dos testes SPPI e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os juros corridos dos ativos registados ao custo amortizado, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade, sendo a perda registada em resultados.

2.3.1.4. Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através dos resultados

Qualquer ativo financeiro que não recaia em nenhuma das categorias anteriores deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados. Se um ativo financeiro não for mantido dentro de um modelo de negócios *Hold to collect* ou *Hold to collect and sell*, deverá ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Ganhos e perdas em ativos financeiros classificados nesta categoria, resultantes de alterações no seu justo valor, são reconhecidos em resultado do exercício. O juro é reconhecido em resultado do exercício, numa base de diferimento para os títulos de dívida registados ao Justo Valor através de Resultados, e os rendimentos de dividendos são também reconhecidos em resultado do exercício.

2.3.1.5. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, para a generalidade dos bens às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos	%
Máquinas e mobiliário	8	12,50
Viaturas	4	25,00
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	8	12,50
Imóveis	50	2,00

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3. Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 10 anos (investimentos em software).

2.3.4. Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. É ainda reconhecida como imparidade a diferença, quando negativa, entre o valor de venda expectável e o valor de balanço destes ativos. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

Em exceção ao enquadramento acima efetuado, os imóveis que apresentem a existência de "ónus" impeditivo de venda são contabilizados em "Outros Ativos" e não como "Ativos não correntes e grupo para alienação classificados como detidos para venda", de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

"Para que este seja o caso, o ativo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais ativos (ou grupo para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável".

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os juros de ativos financeiros classificados em *stage* 3 são calculados sobre o montante nominal líquido de imparidade.

2.3.6. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que façam parte do custo amortizado das respectivas operações são reconhecidos em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.3.7. Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

Os membros do Conselho de Administração que não sejam funcionários da instituição não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao setor bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.16.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuarias e financeiros face aos valores efetivamente verificados são denominados remensurações, e reconhecidos como Outro rendimento integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

A 16 de Março de 2016 a CEMAH contratou também um plano de pensões complementar para assegurar o pagamento de um complemento de pensão a trabalhadores que, quando no ativo, auferiram um complemento mensal fixo superior a 35% do salário mensal total (salário base, diuturnidades, IHT, abono para falhas e complemento fixo).

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

Para além da contribuição inicial, as contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo é de 95%.

Decorrente das regras do novo Acordo de Empresa, passou a verificar-se a inclusão de novos participantes no fundo de pensões da CEMAH no que concerne ao direito aos benefícios do SAMS na reforma.

Prémios de final de carreira

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do setor bancário, a CEMAH havia assumido o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios. No final de 2016, e publicado em fevereiro de 2017, a CEMAH subscreveu um Acordo Empresa, que veio substituir o prémio de antiguidade por um prémio de permanência, correspondente ao recebimento no fim de carreira de um montante correspondente a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida àquela data. Após a publicação do referido Acordo, a CEMAH procedeu ao pagamento das responsabilidades vencidas relativas ao prémio de antiguidade aos seus colaboradores.

O valor atual dos benefícios com o prémio de permanência é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.16.

As responsabilidades por prémios de permanência são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e considerando os riscos e incertezas inerentes ao processo.

A CEMAH regista ainda nesta rubrica a imparidade apurada para garantias bancárias prestadas e linhas de crédito contratadas.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

2.3.9. Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros classificados ao justo valor através do outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2021, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual, vigorando em 2021, conforme a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e (iii) 9% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2021, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2020: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

2.3.10. Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11. Locações

Contratos de locação – identificação dos ativos

Aquando do início de um contrato, a Caixa avalia se este é, ou contém, uma locação. Para que o referido contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente as seguintes condições:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado durante a maturidade do contrato; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida de pagamentos.

Como Locador

O locador classifica as operações de locação entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

Para classificar cada locação, uma entidade avalia globalmente se a mesma transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, a locação é financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, a Caixa considera diversos indicadores, entre os quais se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Como Locatário

Na IFRS 16 são definidos um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação numa ótica do locatário. Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um passivo de locação e um ativo de direito de uso na data de início da respetiva operação:

O passivo de locação – é determinado, na data de início do respetivo contrato, pelo valor presente das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando estes pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Nos casos em que a taxa implícita não esteja disponível, ou não possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são:

- (i) pagamentos fixos,
- (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos),
- (iii) os valores expectáveis a serem pagos sob uma garantia de valor residual, e
- (iv) os pagamentos relativos ao exercício da opção de compra, da renovação opcional ou da rescisão antecipada, caso seja razoavelmente certo que a Caixa irá exercer alguma destas opções.

O passivo da locação, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, sendo remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis:

- (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão),
- (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra, extensão ou rescisão sobre o ativo subjacente,
- (iii) alteração do valor residual do ativo, ou
- (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra, extensão e rescisão (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a mensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Ativo de direito de uso – No que diz respeito ao direito de uso, o mesmo é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos a incorrer no termo do contrato (desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou local no qual está localizado), e subtraído de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente, o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso, ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, quando aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Periodicamente, a Caixa realiza testes de imparidade aos seus ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

Expedientes práticos

Tal como previsto na IFRS 16, a Caixa adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;
- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 Dólares dos Estados Unidos (USD) - locações de baixo-valor;
- Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso associado à locação;
- Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes.

2.3.12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

A determinação de perdas por imparidade do crédito é efetuada de acordo com os critérios descritos na nota 2.3.1.1.1. As estimativas efetuadas pela Caixa no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, às probabilidades de default (PD) e às perdas em caso de default (LGD).

Caso a Caixa utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, a Caixa considera que a metodologia atualmente utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada as perdas associadas a estes ativos.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros acumulados e reconhecidos no exercício. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento

do Conselho de Administração da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Esta situação assume uma relevância acrescida para efeitos da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual a Caixa considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Neste sentido, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Caixa, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

Imparidade da carteira de títulos

A CEMAH apura imparidade para todos os títulos que cumprem com os critérios do teste SPPI, estando por isso classificados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) ou ao Custo Amortizado (CA). Para determinar a imparidade a Caixa utiliza o método das perdas esperadas, que consiste na aplicação de uma probabilidade de *default* (PD), conjuntamente com a percentagem de perda esperada em caso de incumprimento (LGD), ao valor da exposição de cada título (EAD). A maturidade utilizada para a PD é de 12 meses, à exceção dos títulos que sejam alocados aos *Stages* 2 e 3, sendo aí utilizada a maturidade residual de cada título.

Os títulos são alocados ao *Stage* 2 quando se verifica uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores negativos relevantes. Os mesmos são alocados ao *Stage* 3 caso cumpram os critérios de entrada em *default*. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber

A Caixa determina a imparidade para as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber segundo o método das perdas esperadas. A análise é efetuada para três categorias de ativos: depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros devedores, sendo que entre eles apenas variam as maturidades das probabilidades de default (PDs).

Para os depósitos à ordem, uma vez que os mesmos não têm qualquer maturidade definida e é possível a sua mobilização no prazo de 1 dia, foi considerada uma maturidade diária para as PDs. Para os depósitos a prazo foi considerada a maturidade contratual de cada aplicação, e para os outros devedores é utilizada uma maturidade de um ano.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e as intenções da Caixa sobre a comercialização destes ativos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 75% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (saldos brutos):

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Disponibilidade em bancos centrais	76 607	88 142
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18 302	7 781
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	11 530	7 549
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	56 039	43 240
Títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado	40 235	43 114
Crédito a clientes	246 420	236 938
Aplicações em instituições de crédito	2 800	7 801
Outros ativos	1 772	1 759
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	7 833	6 933
Linhas de crédito irrevogáveis	16 504	16 423

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Prime	51,84%	49,50%
Standard monitoring	44,07%	45,21%
Special monitoring	1,34%	1,32%
Sub standard	2,75%	3,97%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, dos ativos financeiros detidos para negociação, contabilizados ao justo valor através de resultados, contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral e contabilizados ao custo amortizado, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total
2021-12-31						
Maior que AA+	-	-	-	9 509	-	9 509
AA- a AA+	-	-	-	3 328	-	3 328
A- a A+	1 026	-	-	8 133	-	9 158
Menor que A-	12 218	-	-	30 780	29 817	72 814
Sem rating	5 059	-	11 530	4 289	13 219	34 096
Total	18 302	-	11 530	56 039	43 036	128 907
2020-12-31						
Maior que AA+	-	-	-	1 255	-	1 255
AA- a AA+	-	-	-	8 889	-	8 889
A- a A+	117	-	-	5 634	4 628	10 380
Menor que A-	5 833	-	-	25 204	35 607	66 643
Sem rating	1 832	-	7 549	2 258	10 679	22 318
Total	7 781	-	7 549	43 240	50 915	109 485

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 75% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes e empréstimo subordinado).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com *spreads* que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são ajustadas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Mais de >						
31 de dezembro de 2021	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	anos	Indeterminada	Total
Ativos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	87 910						87 910
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18 302						18 302
Ativos financeiros detidos para negociação							0
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados						11 530	11 530
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 682	4 621	5 379	12 630	26 180	1 546	56 039
Titulos de dívida contabilizados ao custo amortizado	2 022	7 090	9 302	7 980	13 841		40 235
Crédito a clientes	162 866	58 732	20 815	644	1 048	2 315	246 420
Aplicações em instituições de crédito	2 500	300					2 800
Outros ativos			733			2	735
Total de ativos	279 282	70 744	36 229	21 254	41 069	15 393	463 971
Passivos							
Depósitos	205 311	49 902	165 592	14 576		763	436 144
Passivos subordinados					1 823		1 823
Outros passivos financeiros						579	579
Total de passivos	205 311	49 902	165 592	14 576	1 823	1 342	438 546
Gap	73 971	20 842	(129 364)	6 678	41 069		
31 de dezembro de 2020							
Total de Ativos	147 858	140 923	88 703	18 947	36 732	14 050	447 213
Total de Passivos	185 401	54 398	170 401	8 527	1 823	1 420	421 970
Gap	(37 542)	86 525	(81 698)	10 420	36 732		

Medição do risco

A medição e avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária segue a metodologia definida na Instrução nº 3/2020 do Banco de Portugal. Foram utilizados dois métodos de cálculo da exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária:

- Cálculo do capital em risco / valor económico do capital próprio: escalonamento dos montantes de capital e juros em bandas temporais e respetivo desconto temporal, considerando uma curva de taxa de juro sem risco; e
- Resultados em risco: afetação dos ativos e passivos a bandas temporais e avaliação dos resultados em margem financeira.

Foram considerados todos os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais detidos na carteira bancária sensíveis ao risco de taxa de juro (desde que não deduzidos aos fundos próprios de nível principal - CET1 -, e excluindo ativos imobiliários, ativos intangíveis ou posições em risco sobre ações na carteira bancária). A curva de rendimentos sem risco compreende o período entre *overnight* (1 dia) e 50 anos. A mesma foi utilizada por referência ao Banco Central Europeu, a qual apresenta cotações líquidas para as seguintes maturidades residual: 3, 6, e 9 meses, e de 1 a 30 anos. Para os restantes pontos da curva foi utilizado uma metodologia de interpolação linear. Esta metodologia contempla ainda pressupostos de maturidade comportamental para os saldos de clientes (passivos) sem datas de vencimento específicas, discriminando quer a parte estável, quer a parte volátil.

De referir que os cash-flows calculados nesta metodologia são distribuídos por intervalos temporais, de acordo com a sua maturidade residual (taxa fixa), ou de acordo com o período remanescente para a próxima data de fixação (taxa variável). São aplicados cenários de choque sobre as taxas de juro e magnitude dos choques, sendo que o choque standard consiste

num exercício de simulação referente ao deslocamento paralelo na curva de rendimentos de 200 pontos base e no cenário base (este último tem como referência a curva de rendimentos sem risco). Posteriormente, é apurada a diferença entre o cenário de simulação e o cenário base na margem financeira e no valor económico do capital próprio.

Sob estes pressupostos, um aumento em 200 pontos base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2021, tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €413 milhares e €-2.288 milhares, respetivamente, enquanto que uma diminuição em 200 pontos base resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €-2.276 milhares e €52 milhares, respetivamente.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de títulos, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões periódicas com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2021 e 2020 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2021-12-31	2020-12-31
Derivados	0	0
Ações e Fundos	13.076	9.223
Obrigações	54.493	41.566

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2021 e considerando a cotação dos títulos em carteira, uma potencial variação de 10% na cotação dos mesmos resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €6.636 milhares (2020-12-31: €4.958 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurar-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, 52% (31 de dezembro de 2020: 53%) dos ativos da Caixa dizem respeito a empréstimos e adiantamentos (crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito), sendo ambos integralmente

financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pelo Conselho de Administração. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações a prazos mais alargados. Estas aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e do Conselho de Administração, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorizados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021-12-31					
Recursos de outras instituições de crédito	56				56
Recursos de clientes	188 329	234 276	13 540		436 144
Passivos subordinados				1 823	1 823
2020-12-31					
Recursos de outras instituições de crédito	34				34
Recursos de clientes	163 075	243 193	13 278		419 546
Passivos subordinados				1 823	1 823

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2021-12-31

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	276	14 553	1 679			16 508
Linhas de crédito revogáveis	993	242	6			1 241
Total	1 269	14 795	1 685	-	-	17 750

2020-12-31

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	64	12 553	3 803	13		16 433
Linhas de crédito revogáveis	531	267	59			857
Total	596	12 820	3 862	13	-	17 290

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
2021-12-31						
Recursos de clientes	251 066	174 811	9 467		763	436 107
Passivos subordinados				1 750		1 750
Outros Passivos	534	656				1 189
2020-12-31						
Recursos de clientes	236 965	177 031	4 835		598	419 429
Passivos subordinados				1 750		1 750
Outros Passivos	788	616				1 404

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvaguardar a capacidade da Caixa de continuar com a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal trimestralmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Fundos Próprios	2021-12-31	2020-12-31
Capital realizado	19 932	19 932
Reservas legais e estatutárias	7 042	7 042
Reservas de reavaliação de justo valor	(6 67)	(4)
Resultados retidos	730	(240)
Ativos intangíveis	(161)	(310)
Ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos ativos por impostos associados	(887)	(897)
Ativos de fundos de pensões de benefício definido	(204)	-
Ajustamentos ao capital CET1	(192)	(51)
Ajustamentos transitórios ao capital CET1	4	7
Common Equity Tier 1 (CET1)	25 596	25 478
<i>Additional Tier 1</i>	0	0
Tier 1	25 596	25 478
Instrumentos de fundos próprios elegíveis como Tier 2	1 823	1 823
Ajustamentos para o risco geral de crédito	328	-
Tier 2	2 151	1 823
Fundos próprios totais	27 747	27 301

Ativos ponderados pelo risco	175 722	176 289
<i>Common Equity Tier 1</i>	14,57%	14,45%
<i>Tier 1</i>	14,57%	14,45%
Rácio de fundos próprios totais	15,79%	15,49%

Os fundos próprios são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD IV) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017 e o Regulamento 2020/873 do Parlamento Europeu e Conselho, que veio introduzir alguns ajustamentos à CRR em resposta à pandemia COVID-19.

No que respeita aos ativos ponderados pelo risco, a Caixa adota o método padrão, em conformidade com o previsto na Parte III, título II, Capítulo 2 do CRR.

No que concerne aos rácios de capital, a CEMAH encontra-se a cumprir com o rácio de capital mínimo estabelecido pelo regulador.

4. Classificação de ativos e passivos financeiros

	Outros valores a receber	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2021-12-31								
Ativos								
Dinheiro em caixa	11.303	-	-	-	-	-	-	11.303
Saldos de caixa em bancos centrais	76.607	-	-	-	-	-	-	76.607
Disponibilidades em OI's	18.302	-	-	-	-	-	-	18.302
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	54.433	40.169	-	-	94.602
Instrumentos de capital próprio	-	-	11.530	1.546	-	-	-	13.076
Crédito a clientes	-	-	-	-	239.543	-	-	239.543
Depósitos a prazo	-	-	-	-	2.789	-	-	2.789
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	67	67
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	1.512	1.512
Outros ativos	95	-	-	-	-	-	11.720	11.816
Total Ativos	106.308	-	11.530	55.979	282.501	-	13.299	469.616
Passivos								
Depósitos	-	-	-	-	-	435.437	-	435.437
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	1.823	-	1.823
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	763	-	763
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	144	144
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	19	19
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	62	62
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	3.647	3.647
Total Passivos	-	-	-	-	-	438.023	3.872	441.895

2020-12-31**Ativos**

Dinheiro em caixa	11.452	-	-	-	-	-	-	11.452
Saldos de caixa em bancos centrais	88.142	-	-	-	-	-	-	88.142
Disponibilidades em OI's	7.781	-	-	-	-	-	-	7.781
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	41.530	43.058	-	-	84.588
Instrumentos de capital próprio	-	-	7.549	1.674	-	-	-	9.223
Crédito a clientes	-	-	-	-	230.507	-	-	230.507
Depósitos a prazo	-	-	-	-	7.787	-	-	7.787
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	48	48
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	1.838	1.838
Outros ativos	112	-	-	-	-	-	11.827	11.939
Total Ativos	107.488	-	7.549	43.204	281.351	-	13.714	453.305

Passivos

Depósitos	-	-	-	-	-	418.982	-	418.982
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	1.823	-	1.823
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	598	-	598
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	119	119
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	11	11
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	121	121
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4.585	4.585
Total Passivos	-	-	-	-	-	421.403	4.835	426.237

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os valores contábilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

2021-12-31	Valor contábilístico	Justo valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	106 212	106 212
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	11 530	11 530
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	55 979	55 979
Ativos financeiros ao custo amortizado	282 501	283 843
Total ativos financeiros ao justo valor	456 221	457 564
Passivos financeiros ao custo amortizado	438 023	438 023
Total passivos financeiros ao justo valor	438 023	438 023
2020-12-31	Valor contábilístico	Justo valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	107 375	107 375
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	7 549	7 549
Ativos financeiros ao justo através de outro rendimento integral	43 204	43 204
Ativos financeiros ao custo amortizado	281 351	283 517
Total ativos financeiros ao justo valor	439 480	441 647
Passivos financeiros ao custo amortizado	421 403	421 403
Total passivos financeiros ao justo valor	421 403	421 403

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados conforme se segue.

Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, e aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados e pelo justo valor através de outro rendimento integral são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelo próprio.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021-12-31

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11.530	-	-	11.530
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	11.530	-	-	11.530
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	54.828	-	1.211	56.039
Títulos de dívida	54.493	-	-	54.493
Títulos de capital	336	-	1.211	1.546
Unidades de participação	-	-	-	-
Total ativos	<u>66.358</u>	<u>-</u>	<u>1.211</u>	<u>67.569</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2020-12-31

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7.549	-	-	7.549
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Unidades de participação	7.549	-	-	7.549
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	38.464	3.565	1.211	43.240
Títulos de dívida	38.001	3.565	-	41.566
Títulos de capital	463	-	1.211	1.674
Unidades de participação	-	-	-	-
Total ativos	<u>46.014</u>	<u>3.565</u>	<u>1.211</u>	<u>50.789</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Ativos financeiros ao custo amortizado:**Títulos de dívida**

Os investimentos aqui classificados são constituídos por títulos de dívida que cumprem os critérios do SPPI e que a CEMAH pretende deter em carteira até à respetiva maturidade. O valor de balanço dos mesmos é igual ao seu valor de aquisição, atualizado da mensualização do Prémio/Desconto, enquanto o justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que a Caixa estima que o seu justo valor não difere de forma significativa do valor contabilístico.

Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Passivos financeiros ao custo amortizado:**Recursos de outras instituições de crédito**

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, a Caixa estima que o justo valor dos depósitos de clientes não difere significativamente do seu valor contabilístico.

6. Notas

6.1. Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Dinheiro em Caixa	11 303	11 452
Saldos de caixa em Bancos Centrais	76 607	88 142
Disponibilidades em outras instituições de crédito	<u>18 302</u>	<u>7 781</u>
	<u>106 212</u>	<u>107 375</u>

A rubrica “Saldos de caixa em Bancos Centrais” inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2021, estas taxas variaram entre -0,473% e -0,505% (2020: -0,437% e -0,498%).

O saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito é composto como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	17 618	7 308
Cheques a cobrar	549	450
Juros a receber	0	0
	<u>18 167</u>	<u>7 759</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	135	23
	<u>18 302</u>	<u>7 781</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

6.2. Ativos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2021 a CEMAH não detém em carteira ativos financeiros detidos para negociação.

6.3. Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados

Quanto à sua natureza, os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados analisam-se como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Títulos de dívida	0	0
Unidades de participação	11 530	7 549
	<u>11 530</u>	<u>7 549</u>

A 31 de dezembro de 2021 a CEMAH detinha na sua carteira de investimentos € 11.530 milhares de unidades de participação em fundos de investimento e ETFs, classificados ao justo valor através de resultados.

6.4. Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Títulos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	8 203	2 687
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa variável	1 585	13 631
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa fixa	30 859	15 217
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa variável	2 797	2 406
Obrigações de emissores residentes		
Dívida não subordinada	6 267	4 164
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	4 783	3 461
Imparidade	<u>(60)</u>	<u>(36)</u>
	<u>54 433</u>	<u>41 530</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Títulos de emissores nacionais	-	62
Títulos de emissores estrangeiros	336	401
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	1 211	1 211
Unidades de Participação		
Títulos cotados		
Títulos de emissores estrangeiros	-	-
	<u>1 546</u>	<u>1 674</u>
	<u>55 979</u>	<u>43 204</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

2021-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	471 047 099	7 267	7 291	7 293	(2)	(7)
De outros emissores públicos nacionais	25	2 500	2 497	2 525	(28)	(4)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	2 921 832	6 272	6 263	6 278	(15)	(10)
Instrumentos de capital						
Ações						
	129 634	-	1 211	1 211	-	-
		16 039	17 262	17 306	(44)	(22)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	370 675 696	33 193	33 655	33 976	(321)	(33)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 416 089	4 800	4 783	4 822	(39)	(5)
Instrumentos de capital						
Ações						
	8 716	-	336	246	89	-
Outros						
	-	-	-	-	-	-
		37 993	38 774	39 044	(271)	(38)
		54 031	56 036	56 351	(315)	(60)
2020-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	100 013 136	14 136	14 752	14 473	279	(15)
De outros emissores públicos nacionais	15	1 500	1 566	1 523	43	(2)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	3 601 807	4 202	4 164	4 230	(66)	(2)
Instrumentos de capital						
Ações						
	499 790	-	1 273	1 361	(88)	-
		19 838	21 755	21 587	168	(19)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	289 761 961	16 266	17 623	17 524	99	(15)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 628	3 384	3 461	3 446	14	(2)
Instrumentos de capital						
Ações						
	64 259	-	401	521	(120)	-
Outros						
	-	-	-	-	-	-
		19 651	21 485	21 491	(6)	(15)
		39 488	43 240	43 078	162	(36)

A rubrica dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, que a 31 de dezembro de 2021 apresentava um saldo bruto de €56.036 milhares, apresenta um aumento de €12.796 milhares face ao valor de 31 de dezembro de 2020.

Os ativos classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral são avaliados ao justo valor. No caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo (e cujo justo valor não seja assim visível nesse mesmo mercado), foi criada uma metodologia para avaliação dos mesmos, que consiste na utilização de dados de empresas cotadas, que desenvolvam a sua atividade na mesma área de negócio (a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 a CEMAH detinha em carteira ações não cotadas da SIBS).

De acordo com o modelo interno, a 31 de dezembro de 2021 a carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentava um valor de imparidade de €60 milhares, sendo €22 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por residentes, e os restantes €38 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

6.5. Ativos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Títulos de dívida	40 169	43 058
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	2 789	7 787
Empréstimos e adiantamentos a clientes	239 543	230 507
	<u>282 501</u>	<u>281 351</u>

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Títulos de dívida classificados ao custo amortizado apresentava a seguinte composição:

2021-12-31	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Val.Balanco</u>	<u>Valor Aquisição</u>	<u>Valias</u>	<u>Imparidade</u>
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	165 002 750	19 250	20 855	21 392	-	(21)
De outros emissores públicos nacionais	5	500	505	500	-	(1)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 001	10 450	10 718	10 691	-	(29)
		<u>30 200</u>	<u>32 078</u>	<u>32 583</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	7 900	7 900	8 157	8 102	-	(15)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		<u>7 900</u>	<u>8 157</u>	<u>8 102</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>
		<u>38 100</u>	<u>40 235</u>	<u>40 686</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>

2020-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	19 250 000	19 250	21 130	21 401	-	(21)
De outros emissores públicos nacionais	5	500	505	500	-	(1)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	150	7 500	7 878	7 827	-	(12)
		27 250	29 512	29 728	-	(34)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	13 200	13 200	13 601	13 524	-	(22)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		13 200	13 601	13 524	-	(22)
		40 450	43 114	43 252	-	(56)

A rubrica de Títulos de dívida classificados como ativos financeiros pelo custo amortizado apresentava um saldo de €40.235 milhares a 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição de €2.879 milhares face ao período homólogo.

De acordo com o modelo interno, a 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos classificados pelo custo amortizado apresentava um valor de imparidade de €66 milhares, sendo €51 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por residentes, e os restantes €15 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€1.623 milhares a 31 de dezembro de 2021) e Banco de Portugal (€5.392 milhares a 31 de dezembro de 2021), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito correspondem aos depósitos a prazo da CEMAH em outras instituições de crédito. No que respeita à sua duração residual, estes decompõem-se como segue:

	2021-12-31	2020-12-31
Até três meses	2 789	7 787
De três meses a 12 meses	-	-
	2 789	7 787

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a clientes decompõe-se como segue:

Empréstimos e adiantamentos a Clientes	2021-12-31	2020-12-31
Crédito não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	6 058	4 627
Empréstimos	111 164	111 881
Créditos em conta corrente	10 935	10 268
Descobertos em depósitos à ordem	336	2 414
	128 493	129 188

Particulares		
Habitação	49 267	40 540
Consumo	19 466	17 869
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	359	340
Empréstimos	43 005	42 587
Créditos em conta corrente	2 134	2 889
Outros créditos	2 531	1 603
	<u>116 762</u>	<u>105 828</u>
Crédito representados por valores mobiliários		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	992	697
	<u>992</u>	<u>697</u>
	<u>246 247</u>	<u>235 714</u>
Juros a receber	559	1 550
	<u>246 806</u>	<u>237 264</u>
Comissões e outros custos a diferir	(387)	(326)
Menos:		
Imparidade acumulada	6 876	6 431
	<u>6 876</u>	<u>6 431</u>
Total Líquido	<u>239 543</u>	<u>230 507</u>

A 31 de dezembro de 2021 a rubrica de crédito interno inclui €1.690 milhares de crédito vencido há mais de 30 dias (2020: €2.200 milhares).

Esta rubrica inclui ainda €700 milhares de descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2021, vencem juros a taxas correntes de mercado (2020: €1.732 milhares).

O valor de balanço do crédito inclui €4.754 milhares de créditos POCL.

O escalonamento dos créditos sobre clientes em função da sua duração residual, é o seguinte:

	<u>Prazos</u>	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Até três meses		7 290	5 384
De três meses a um ano		20 649	17 256
De um a cinco anos		69 001	59 559
Mais de cinco anos		126 429	129 949
Duração indeterminada (*)		23 438	25 115
		<u>246 806</u>	<u>237 264</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição e o *expected credit loss* (ECL) estimado pela CEMAH, apresentam a seguinte composição:

(em milhares de euros)

Segmento de risco	Total									
	stage 1		stage 2		stage 3		POCI		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
Empresas	85.966	488	75.180	1.544	22.108	4.149	4.566	358	187.821	6.539
Crédito a Prestações	62.225	440	55.406	1.299	20.965	3.727	4.566	358	143.163	5.824
Descoberto Bancário	17.257	37	11.103	158	771	395	-	-	29.130	590
Garantias Bancárias	2.470	1	5.119	72	177	5	-	-	7.766	79
Letras/Livranças	3.019	7	3.553	15	195	22	-	-	6.766	44
Papel Comercial	996	3	-	-	-	-	-	-	996	3
Estado	5.199	6	5.070	3	-	-	-	-	10.269	8
Crédito a Prestações	2.999	4	5.070	3	-	-	-	-	8.069	7
Descoberto Bancário	2.200	2	-	-	-	-	-	-	2.200	2
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares - Créd. Habitação	37.505	24	5.117	35	313	50	12	-	42.946	110
Crédito a Prestações	37.505	24	5.117	35	313	50	12	-	42.946	110
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares - Outros	24.885	19	4.680	22	1.612	321	176	2	31.352	363
Crédito a Prestações	19.618	17	4.321	20	1.564	275	176	2	25.678	314
Descoberto Bancário	5.208	1	351	2	48	46	-	-	5.607	50
Garantias Bancárias	59	-	8	-	-	-	-	-	67	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	153.555	537	90.047	1.604	24.033	4.520	4.754	360	272.389	7.021

A 31 de dezembro de 2021, o detalhe dos ativos financeiros pelo custo amortizado de acordo com as categorias de risco de crédito é o que segue:

	Valor bruto	Imparidade
Stage 1	136.990	537
Stage 2	81.771	1.616
Stage 3	28.044	4.868
	246.806	7.021

O montante de imparidade apresentado no quadro acima inclui as provisões reconhecidas para fazer face a compromissos, no montante de €144 milhares (ver nota 6.11).

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco.

No que concerne às imparidades para crédito a clientes por método de análise, tem-se o seguinte:

Imparidade para ativos ao custo amortizado por método de análise	2021-12-31	2020-12-31
Cobertura determinada individualmente	3.682	3.256
Cobertura determinada coletivamente	3.339	3.294
	7.021	6.550

O movimento na imparidade por perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes analisa-se como segue:

(em milhares de euros)					
Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Stage 1 Imparidade 12 meses	Stage 2 Imparidade lifetime	Stage 3 Imparidade lifetime	Total	POCI
Imparidade em 2020-12-31	196	1.733	4.621	6.550	292
Imparidade em 2021-01-01					
Variações de imparidade					
- Transferidos para stage 1	351	(281)	(69)	0	0
- Transferidos para stage 2	(24)	102	(78)	0	0
- Transferidos para stage 3	(0)	(60)	61	0	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	15	63	19	97	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	322	(67)	170	426	0
Outras variações	(323)	126	145	(51)	(0)
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	68
Abatimentos ao ativo	0	(0)	0	(0)	0
Imparidade em 2021-12-31	537	1.616	4.868	7.021	360

(em milhares de euros)					
Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Stage 1 Imparidade 12 meses	Stage 2 Imparidade lifetime	Stage 3 Imparidade lifetime	Total	POCI
Imparidade em 2019-12-31	189	1.642	4.263	6.093	220
Imparidade em 2020-01-01					
Variações de imparidade					
- Transferidos para stage 1	461	(447)	(15)	0	0
- Transferidos para stage 2	(58)	283	(224)	0	0
- Transferidos para stage 3	(2)	(125)	127	(0)	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	31	166	(65)	132	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	2	(54)	398	346	0
Outras variações	(426)	268	137	(22)	0
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	72
Abatimentos ao ativo	0	(3)	(66)	(68)	0
Imparidade em 2020-12-31	196	1.733	4.621	6.550	292

Moratórias concedidas a clientes

Cerca de 33% da carteira de crédito da CEMAH a 31.12.2021 é constituída por créditos que beneficiaram das moratórias, dos quais 57% dizem respeito a clientes analisados individualmente. Ao nível da imparidade estes contratos apenas representam cerca de 19%, concluindo-se que é na coletiva que se encontra a maioria da imparidade dos contratos que beneficiaram da moratória, tendo para tal contribuído o agravamento de *stage*, e consequentemente da imparidade, em resultado da aplicação de metodologia própria.

O segmento das Empresas é na sua larga maioria o que mais inclui operações que beneficiaram das moratórias (81%), tendo os particulares uma representatividade de apenas 12%.

Ao nível da distribuição por *stage*, as operações em *stage 2* são as que têm maior representatividade, totalizando uma exposição de 35,6 milhões de euros (44%), seguindo-se as operações em *stage 1* (36%) e *stage 3* (21%).

A 31 de dezembro de 2021, o detalhe dos créditos que beneficiaram das moratórias por segmento e *stage* é o que segue:

	(em milhares de euros)	
	Exposição	Imparidade
Análise Coletiva	35.002	923
Empresas	25.649	875
Estado	0	0
Particulares - Cred. Habitação	5.765	24
Particulares - Outros	3.588	25
Análise Individual	46.949	354
Empresas	40.515	330
Estado	5.636	5
Particulares - Cred. Habitação	0	0
Particulares - Outros	798	19
Total	81.952	1.277

	(em milhares de euros)	
	Exposição	Imparidade
Análise Coletiva	35.002	923
Stage 1	19.313	35
Stage 2	13.751	579
Stage 3	1.938	310
Análise Individual	46.949	354
Stage 1	9.799	22
Stage 2	22.202	109
Stage 3	14.948	222
Total	81.952	1.277

6.6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio		Ativos tangíveis em curso		Direito de uso		Total
	Equipamento	Equipamento	Outros ativos tangíveis	Imóveis	Equipamento		
Saldo em 1 de janeiro de 2020							
Custo	9 739	4 286	59	37	171	116	14 408
Amortizações acumuladas	(3 764)	(3 704)	-	(3)	(48)	(37)	(7 557)
Imparidade	(62)						(62)
Valor líquido	5 913	582	59	34	123	78	6 789
Movimentos no exercício de 2020							
Saldo líquido de abertura	5 913	582	59	34	123	78	6 789
Adições	-	211	133	-	0	9	352
Transferências	-	55	(55)	-	-	-	(0)
Abates	-	(10)	-	-	(7)	-	(17)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	10	-	-	7	-	17
Amortizações do exercício	(193)	(238)	-	-	(41)	(41)	(514)
Saldo líquido de encerramento	5 720	609	136	34	82	46	6 627
Saldo em 31 de dezembro de 2020							
Custo	9 739	4 541	136	37	165	124	14 743
Amortizações acumuladas	(3 958)	(3 932)	-	(3)	(82)	(78)	(8 053)
Imparidade	(32)						(32)
Valor líquido	5 750	609	136	34	82	46	6 658
Movimentos no exercício de 2021							
Saldo líquido de abertura	5 749	609	136	34	82	46	6 658
Adições	-	83	86	-	-	12	181
Transferências	-	134	(134)	-	-	-	-
Abates	-	(116)	(1)	-	(38)	-	(154)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	116	-	-	26	-	142
Amortizações do exercício	(193)	(261)	-	-	(39)	(39)	(532)
Saldo líquido de encerramento	5 556	566	89	34	32	18	6 294
Saldo em 31 de dezembro de 2021							
Custo	9 739	4 642	88	37	127	136	14 771
Amortizações acumuladas	(4 152)	(4 077)	-	(3)	(95)	(117)	(8 445)
Imparidade	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Valor líquido	5 554	566	88	34	32	18	6 292

O ativo de direito de uso diz respeito a locações da Caixa incorporadas tendo em consideração a IFRS 16. O direito de uso corresponde a locações de imóveis e de viaturas.

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2020 compreendem a aquisições de ATM (€6 milhares), de equipamento informático (€191 milhares), de mobiliário diverso (€6 milhares) e de outro equipamento (€7 milhares).

Em 2021 compreendem a aquisições de ATM e contadora de notas (€23 milhares), de equipamento informático (€39 milhares), do qual se destaca €27 milhares para a renovação dos UPS, de mobiliário diverso (€14 milhares) e de equipamento de segurança (€7 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso foram, durante o exercício de 2021, passados a definitivo €73 milhares referentes a ATM, €12 milhares referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA) da CEMAH, €17 milhares referentes à aquisição de guilhotina, €16 milhares de equipamentos informáticos e €15 milhares da instalação de equipamento biométricas.

As aquisições registadas em ativos tangíveis em curso são referentes à remodelação do balcão de Ponta Delgada (€69 milhares), guilhotina (€8 milhares), instalação de equipamento biométrico no edifício da Rua Direita (€7 milhares) e equipamento informático (€2 milhares).

Em 2021 foram abatidos ao ativo €154 milhares de euros de equipamentos que se encontravam obsoletos.

Os imóveis de serviço próprio têm a 31 de dezembro de 2021 uma imparidade registada no montante de €34 milhares.

6.7. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020				
Custo	4 374	64	77	4 517
Amortizações acumuladas	(3 302)	-	(77)	(3 379)
Valor líquido	<u>1 072</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>1 137</u>
Movimentos no exercício de 2020				
Saldo líquido de abertura	1 072	64	-	1 137
Adições	10	471	-	481
Transferências	328	(368)	40	0
Amortizações do exercício	(594)	-	(12)	(607)
Saldo líquido de encerramento	<u>815</u>	<u>167</u>	<u>28</u>	<u>1 012</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Custo	4 711	167	117	4 997
Amortizações acumuladas	(3 896)	-	(89)	(3 987)
Valor líquido	<u>815</u>	<u>167</u>	<u>28</u>	<u>1 011</u>
Movimentos no exercício de 2021				
Saldo líquido de abertura	815	167	28	1 011
Adições	23	78	-	101
Transferências	210	(210)	-	-
Amortizações do exercício	(415)	-	(13)	(429)
Saldo líquido de encerramento	<u>633</u>	<u>35</u>	<u>15</u>	<u>683</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Custo	4 944	35	117	5 097
Amortizações acumuladas	(4 311)	-	(103)	(4 414)
Valor líquido	<u>633</u>	<u>35</u>	<u>15</u>	<u>683</u>

Das transferências registadas em 2021 da rubrica Ativos intangíveis em curso para a rubrica de Sistemas de tratamento automático de dados constam €188 milhares relativos à ferramenta de cálculo da imparidade e €21 milhares relacionados com sistemas de pagamentos.

Os €23 milhares de aquisições registadas durante o ano de 2021 na rubrica de Sistemas de tratamento automático de dados são referentes a um desenvolvimento adicional relacionado com a ferramenta de cálculo da imparidade.

No que concerne às adições registadas em ativos em curso, a totalidade dos €78 milhares são referentes a projetos entretanto concluídos, e consequentemente transferidos para a rubrica de Sistemas de tratamento automático durante o ano de 2021.

6.8. Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	2021-12-31		2020-12-31	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	67	19	48	11
	<u>67</u>	<u>19</u>	<u>48</u>	<u>11</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	229	-	412	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito e imparidade extrapatrimonial	6	-	8	-
- Imparidade Múltiplos Defaults	69	-	-	-
- Imparidade para imóveis	83	-	85	-
Crédito incobrável	-	-	-	-
Prémios de final de carreira	18	-	17	-
Imparidade títulos	0	-	4	-
Reserva justo valor	110	44	69	103
Reserva cambial	1	4	2	3
Imparidade devedores diversos	3	-	3	-
Prejuízo fiscal	887	-	897	-
Benefício fiscal CFEI II	97	-	83	-
Responsabilidades passadas Plano Complementar	7	-	15	-
Reavaliação imóveis	-	14	-	14
	-	-	-	-
	<u>1 512</u>	<u>62</u>	<u>1 596</u>	<u>121</u>
Total de impostos em balanço	<u>1 579</u>	<u>81</u>	<u>1 644</u>	<u>131</u>

Nos termos da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprovou o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), estima-se que a CEMAH tenha procedido, no período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, a investimentos elegíveis num montante de aproximadamente €415 milhares, e entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a investimentos elegíveis no montante de €72 milhares, ao qual correspondem benefícios fiscais de, respetivamente €83 milhares e €14 milhares, registados como imposto diferido ativo.

A 31 de dezembro de 2021, da rubrica dos Impostos correntes consta imposto a pagar no montante de €19 milhares e imposto a recuperar no montante de €62 milhares. Este último é resultante de €62 milhares de dupla tributação jurídica internacional (2020: €42 milhares) e €5 milhares de retenções na fonte efetuadas por terceiros (2020: €6 milhares).

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2021 e 2020 decompõe-se assim da seguinte forma:

	2021-12-31
Imposto corrente do exercício	19
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na	(5)
Dupla tributação jurídica internacional	(62)
	<u>(48)</u>

	<u>2020-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	11
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na	(6)
Dupla tributação jurídica internacional	(42)
	<u>(37)</u>

6.9. Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	(21 254)	-
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	21 458	-
	<u>204</u>	<u>-</u>
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	-	-
Devedores por bonificações a receber	733	1 051
Outros devedores	1 034	703
	<u>1 767</u>	<u>1 754</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	2	8
Outros imóveis	32	32
Economato	35	38
Numismática e outros metais preciosos	11	11
Outros	24	26
	<u>104</u>	<u>116</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	109	119
	<u>109</u>	<u>119</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	823	249
	<u>823</u>	<u>249</u>
Imparidade - outros ativos		
Devedores	(16)	(15)
Imóveis	(27)	-
	<u>(43)</u>	<u>(15)</u>
	<u>2 965</u>	<u>2 222</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€733 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (menos de €1 milhar) relativos a bonificações (2020: €1.051 milhares e menos de €1 milhar, respetivamente).

A rubrica Outros imóveis inclui os imóveis adquiridos para reembolso de crédito próprio que, no âmbito da IFRS 5, não se encontram ainda disponíveis para venda.

O saldo da rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito à mensuração de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

6.10. Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2019			
Valor bruto	3 286	25	3 312
Imparidade acumulada	(1 097)	-	(1 097)
Valor líquido	<u>2 189</u>	<u>25</u>	<u>2 215</u>
Movimento			
Adições	684	-	684
Alienações	(787)	-	(787)
Saldo em 31/12/2020			
Valor bruto	3 183	25	3 208
Imparidade acumulada	(1 160)	-	(1 160)
Valor líquido	<u>2 024</u>	<u>25</u>	<u>2 049</u>
Movimento			
Adições	623	-	623
Alienações	(1 012)	-	(1 012)
Saldo em 31/12/2021			
Valor bruto	2 793	25	2 818
Imparidade acumulada	(943)	-	(943)
Valor líquido	<u>1 850</u>	<u>25</u>	<u>1 876</u>

Os valores de adições registados nos exercícios de 2020 (€684 milhares) e 2021 (€623 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2021 foram alienados 11 imóveis, registados ao valor de €1.160 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €82 milhares de mais-valias (2019: alienados 5 imóveis, registados ao valor de €787 milhares, dos quais resultaram €19 milhares de menos-valias). Em 2021 foi reforçada a imparidade registada para imóveis em €187 milhares (2020: €356 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.11.

6.11. Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante os exercícios de 2021 e 2020 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2021					
	Saldo em 2021-01-01	Aumentos/ Juros stage 3	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Saldo em 2021-12-31
Outras Provisões	119	205	(179)	-	144
Total Provisões	119	205	(179)	-	144
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	0	(0)		0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	56	25	(15)		66
Depósitos a prazo	15	2	(6)		11
Crédito	6 431	1 354	(881)	(28)	6 876
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	36	35	(11)		60
Imparidade em outros ativos	15	30	(2)		43
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	1 160	245	(85)	(377)	943
Imparidade para imóveis de serviço próprio	32	14	(12)		34
Total Imparidades	7 744	1 706	(1 010)	(404)	8 035
Total provisões e imparidades	7 862	1 911	(1 190)	(404)	8 179

Movimentos em 2020					
	Saldo em 2020-01-01	Aumentos/ Juros stage 3	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	Saldo em 2020-12-31
Outras Provisões	151	27	(59)	-	119
Total Provisões	151	27	(59)	-	119
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	0	(0)		0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	43	16	(3)		56
Depósitos a prazo	24	3	(12)		15
Crédito	5.942	1.765	(1.208)	(68)	6.431
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	34	8	(6)		36
Imparidade em outros ativos	104	16	(105)		15
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	1.097	739	(288)	(388)	1.160
Imparidade para imóveis de serviço próprio	62	2	(32)		32
Total Imparidades	7.306	2.548	(1.655)	(456)	7.744
Total provisões e imparidades	7.458	2.575	(1.714)	(456)	7.862

Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio, e têm ainda em conta os valores de venda praticados e esperados pela CEMAH.

6.12. Passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2021 a CEMAH não detém em carteira passivos financeiros detidos para negociação.

6.13. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Depósitos	435 437	418 982
Outros passivos financeiros	763	598
Passivos subordinados	1 823	1 823
	<u>438 023</u>	<u>421 403</u>

Quanto à sua natureza, o saldo dos depósitos é composto como se segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Depósitos de instituições de crédito		
Depósitos à ordem	56	34
Depósitos de outros clientes		
Depósitos à ordem	187 566	162 476
Depósitos a prazo	169 745	183 550
Depósitos de poupança	77 978	72 771
	<u>435 344</u>	<u>418 831</u>
Juros a Pagar	93	150
	<u>435 437</u>	<u>418 982</u>

Quanto à duração residual, os depósitos decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Prazos		
Exigível à vista	187 725	162 669
Exigível a prazo		
Até 3 meses	67 829	77 914
De três meses a um ano	170 083	173 364
De um a cinco anos	9 801	5 035
	<u>247 713</u>	<u>256 313</u>
	<u>435 437</u>	<u>418 982</u>

A 31 de dezembro de 2021, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem eram de 0% (tal como a 31 de dezembro de 2020), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança variavam entre 0,025% e 0,775% (31 de dezembro de 2020: 0,025% e 0,8%).

Os Outros passivos financeiros são compostos por cheques bancários e visados e transferências pendentes de liquidação.

Quanto à sua natureza, o saldo dos Passivos subordinados é composto como se segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Passivos subordinados	1 750	1 750
	<u>1 750</u>	<u>1 750</u>
Juros a Pagar	73	73
	<u>1 823</u>	<u>1 823</u>

Com o objetivo de melhorar o seu rácio de capital, no final de julho de 2020 a CEMAH procedeu à emissão de um empréstimo subordinado. Neste contexto foram subscritos €1.750 milhares, à taxa de 10% e com uma maturidade de 10 anos, vencendo-se em 31 de julho de 2030.

6.14. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	-	22.085
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	-	(20.786)
	<u>-</u>	<u>1.299</u>
Passivo de locação		
Passivo de locação	52	131
	<u>52</u>	<u>131</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	-	17
Sector público administrativo	276	319
Outros credores	206	321
	<u>482</u>	<u>657</u>
Encargos a pagar		
Serviços prestados por terceiros	86	60
Gastos com pessoal	476	459
Gastos gerais administrativos	13	15
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	84	82
	<u>659</u>	<u>616</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	2.454	1.881
	<u>2.454</u>	<u>1.881</u>
Outros Passivos	<u>3.647</u>	<u>4.585</u>

Os passivos de locação são referentes ao valor dos pagamentos futuros atualizados das operações de locação da Caixa, nomeadamente as respeitantes a imóveis e viaturas.

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

A rubrica serviços prestados por terceiros inclui o montante vencido e ainda não liquidado de comissões a pagar às entidades gestoras das carteiras de títulos.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH junto da SIBS.

6.15. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	2021-12-31	2020-12-31
Caixa	11.303	11.452
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	76.607	88.142
Disponibilidades à vista em outras IC's	18.302	7.781
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	2.800	7.801
	109.012	115.177

6.16. Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.16.1. Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R. O mesmo se verifica relativamente às responsabilidades com o complemento de pensões.

A Willis Towers Watson é atualmente a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas (até 31 de dezembro de 2018 a entidade responsável pelas avaliações atuarias era o BPI Pensões), sendo o BPI Pensões a entidade responsável pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "Projected Unit Credit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

Plano de Pensões ACT

	Pressupostos	
	2021-12-31	2020-12-31
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	1,30%	1,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,25%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Plano de Pensões Complementar

	Pressupostos	
	2021-12-31	2020-12-31
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	1,30%	1,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,25%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez 50% da EKV 80	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez 50% da EKV 80
Tábua de invalidez	n.a.	n.a.
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 a Caixa tem 200 participantes no Plano de Pensões ACT, dos quais 132 são trabalhadores no ativo, 39 são reformados, 18 são pensionistas e 11 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2020: 201, 136, 34, 19 e 12, respetivamente).

O Plano de pensões complementar tem, a 31 de dezembro de 2021, 1 participante (31 de dezembro de 2020: 1 participante).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes dos planos, estas apresentavam a seguinte decomposição:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	40.0	41.0
Ex-Trabalhadores	28.0	28.1
Reformados	13.3	12.4
Pensionistas	14.5	14.5
Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Esperança média de vida (anos)		
Ativos		20.6
Reformados	19.8	

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2021 e 2020 resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos e ex-trabalhadores	8.338	10.226
Reformados e pensionistas	11.925	10.901
Inscritos na SS antes de 2011	250	241
	<u>20.513</u>	<u>21.368</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	20.766	20.137
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>253</u>	<u>(1.231)</u>
Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	-	717
Reformados	741	-
	<u>741</u>	<u>717</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	692	649
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(49)</u>	<u>(68)</u>

Por forma a dar cumprimento ao mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal a 31-12-2021 (correspondendo a 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas), em janeiro de 2022 a CEMAH efetuou uma contribuição no montante de €49 para o Plano de pensões complementar, não tendo sido necessário proceder-se a qualquer contribuição para o Plano de pensões ACT.

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Responsabilidades no início do exercício	21.368	21.091
Custo do serviço corrente	148	154
Custo dos juros	210	249
Pensões Pagas	(796)	(737)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	(416)	229
Capital seguro	-	382
Responsabilidades no fim do exercício	<u>20.513</u>	<u>21.368</u>

Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Responsabilidades no início do exercício	716	682
Custo do serviço corrente	20	20
Custo dos juros	7	8
Pensões Pagas	(15)	-
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	12	7
Responsabilidades no fim do exercício	741	716

Em 31 de dezembro de 2021 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 14 anos para o plano ACT (31 de dezembro de 2020: 15,9 anos) e de 12 anos para o plano complementar (31 de dezembro de 2020: 13,2 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2021 e de 2020, relativo aos valores dos ativos dos Fundos de Pensões foi como segue:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	20.137	19.524
Contribuições	741	1.036
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(855)	(771)
Rendimento esperado dos activos	197	230
Remensurações	546	(264)
Capital seguro	0	382
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	20.766	20.137

Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	649	609
Contribuições	32	39
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(15)	-
Rendimento esperado dos activos	6	7
Remensurações	20	(7)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	692	649

A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões ACT a 31 de dezembro de 2021 foi de 3,8% (2020: 0,1%). A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões complementar a 31 de dezembro de 2021 foi de 3,8% (2020: 0,1%).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Custo dos serviços correntes	148	154
Custo dos juros	210	249
Rendimento esperado dos ativos	(197)	(230)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(43)	(47)
Prémio de seguro	59	34
Alterações ao plano	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	176	160

Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Custo dos serviços correntes	20	20
Custo dos juros	7	8
Rendimento esperado dos ativos	(6)	(7)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	-	-
Prémio de seguro	-	-
Alterações ao plano	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	21	21

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletidos na nota 6.14.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	2020-12-31
Taxa de rentabilidade do Fundo	546	(264)
Responsabilidades nas pensões	416	(229)
Outros	-	-
	962	(493)

Plano de Pensões Complementar	2021-12-31	2020-12-31
Taxa de rentabilidade do Fundo	20	(7)
Responsabilidades nas pensões	(12)	(7)
Outros	-	-
	8	(13)

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

Plano de Pensões ACT	2021-12-31	
	Passivo do plano	Ativo do plano
Desvios financeiros	-	546
Desvios demográficos	-	-
Desvios de experiência	(398)	-
Desvios de alteração de pressupostos	814	-
	416	546
		Total
		962

Plano de Pensões ACT

	2020-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	(264)	(264)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(237)	-	(237)
Desvios de alteração de pressupostos	8	-	8
	<u>(229)</u>	<u>(264)</u>	<u>(493)</u>

Plano de Pensões Complementar

	2021-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	20	20
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(38)	-	(38)
Desvios de alteração de pressupostos	26	-	26
	<u>(12)</u>	<u>20</u>	<u>8</u>

Plano de Pensões Complementar

	2020-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	(7)	(7)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(9)	-	(9)
Desvios de alteração de pressupostos	2	-	2
	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>	<u>(13)</u>

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos do Fundo do Plano de Pensões ACT apresentam a seguinte decomposição:

	2021-12-31		2020-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	12.667	61,0%	0	0,0%
Ações	2.284	11,0%	4.430	22,0%
Imobiliário	623	3,0%	604	3,0%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	5.191	25,0%	15.103	75,0%
	<u>20.766</u>	<u>100,0%</u>	<u>20.137</u>	<u>100,0%</u>

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos do Fundo do Plano de Pensões Complementar apresentam a seguinte decomposição:

	2021-12-31		2020-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	422	61,0%	0	0,0%
Ações	76	11,0%	143	22,0%
Imobiliário	21	3,1%	19	2,9%
Retorno Absoluto	-	0,0%	-	0,0%
Liquidez	173	25,0%	487	74,9%
	692	100,0%	649	100,0%

6.16.2. Prémio de Final de Carreira

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2021 é de €84 milhares. O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2020 era de €82 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.14).

6.16.3. Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões, plano complementar e para o prémio de final de carreira são os seguintes:

	2021-12-31			2020-12-31		
	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complementar	Prémio final de carreira
Taxa de desconto - 0.5%	1.386	45	8	1.526	48	8
Taxa de desconto + 0.5%	(1.249)	(41)	(7)	(1.370)	(44)	(7)
Taxa de crescimento das pensões - 0.25%	(535)	(20)	-	(572)	(20)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.25%	558	21	-	598	21	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(94)	-	(7)	(103)	(4)	(7)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	92	-	8	101	4	8
Esperança de vida + 1 ano	811	26	-	871	27	-
Esperança de vida - 1 ano	(806)	(26)	-	(863)	(27)	-

6.17. Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o capital estatutário da Caixa é de €19.932 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2020 €19.932 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

De acordo com os Estatutos da Instituição – art.º 30º, os resultados da CEMAH, depois de feitas as amortizações, constituídas as devidas provisões e deduzidos os encargos e gastos legais e institucionais, devem ter, sem prejuízo das disposições da Lei, a seguinte aplicação: 25% para reserva legal até ser atingido o respetivo limite legal de formação e 25% para reserva especial. Estatutariamente a CEMAH não se encontra sujeita à obrigação de distribuição aos acionistas de metade do lucro do exercício que, nos termos da lei, seja distribuível.

Não obstante, a CEMAH tem por finalidade pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas as deduções legal e estatutariamente devidas.

6.18. Lucros retidos

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2021-12-31	2020-12-31
Remensurações de benefícios pós emprego dos empregados	(1.318)	(2.287)
Dividendos retidos	2.062	2.062
Resultados transitados	(204)	-
Outras reservas de reavaliação e resultados transitados	189	189
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	150	132
	<u>879</u>	<u>96</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	2021-12-31	2020-12-31
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	96	39
Resultado líquido ano anterior	(204)	652
Aplicação de resultados - Adoção NIC	-	-
Alocação impostos variação patrimoniais	-	-
IAS 19 - Remensurações	970	(507)
Transf.p/ reserva legal	-	(163)
Transf.p/ outras reservas	-	(163)
Transf.p/ capital	-	-
Resultados de exercícios anteriores	-	-
Impostos -IRC	-	-
Imposto diferido decorrente de variações patrimoniais registadas	18	132
Impacto da reclassificação de títulos	-	106
Saldo no fim do período	<u>879</u>	<u>96</u>

6.19. Reservas de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	2021-12-31	2020-12-31
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	(315)	162
Resultados de instrumentos de capital ao justo valor através de OCI	(352)	(166)
Reservas de reavaliação legal	569	569
	<u>(98)</u>	<u>565</u>
Impostos diferidos	63	(35)
	<u>(35)</u>	<u>530</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados ao justo valor através do outro rendimento integral.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2021 e de 2020.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

6.20. Outras reservas

Os saldos das contas de outras reservas decompõem-se da seguinte forma:

	2021-12-31	2020-12-31
Reserva legal	<u>3 717</u>	<u>3 717</u>
Reserva Especial	<u>2 755</u>	<u>2 755</u>
	<u><u>6 473</u></u>	<u><u>6 473</u></u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de outras reservas foram os seguintes:

	2021-12-31	2020-12-31
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	3.717	3.554
Transf. Resultados Transitados		163
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>3.717</u>	<u>3.717</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	2.755	2.592
Transf. Resultados Transitados		163
Saldo no fim do período	<u>2.755</u>	<u>2.755</u>
Saldo no fim do período	<u><u>6.473</u></u>	<u><u>6.473</u></u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias, conforme o artigo 7.º dos Estatutos da CEMAH. Também estatutariamente, o montante a creditar anualmente foi estabelecido para 25% do lucro líquido anual, percentagem essa, superior ao mínimo fixado legalmente. Durante o exercício de 2021 esta reserva não sofreu qualquer variação, fruto do resultado negativo do ano de 2020 (2020: acréscimo de €163 milhares).

De acordo com os normativos em vigor, e previsto no artigo 8.º dos mesmos Estatutos, as instituições de crédito devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar. Neste âmbito, e conforme estabelecido nos Estatutos, o montante a creditar anualmente é de 25% do lucro líquido anual, tendo esta reserva mantido o seu valor durante o exercício de 2021 (2020: acréscimo €163 milhares).

6.21. Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	7 833	6 933
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Ativos dados em garantia (i)	<u>7 482</u>	<u>7 748</u>
	<u>15 315</u>	<u>14 680</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	37 273	34 923
Garantias reais (activos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>283 902</u>	<u>271 572</u>
	<u>321 175</u>	<u>306 495</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	16 504	16 424
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>1 246</u>	<u>1 667</u>
	<u>18 621</u>	<u>18 962</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>4 425</u>	<u>5 019</u>
	<u>4 425</u>	<u>5 019</u>
Operações cambiais - Instrumentos derivados		
Instrumentos de cobertura		
De divisas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	43	41
De cobrança de valores	<u>995</u>	<u>936</u>
	<u>1 038</u>	<u>977</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	<u>121 572</u>	<u>103 772</u>
	<u>121 572</u>	<u>103 772</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	2 879	2 852
Juros vencidos	-	-
Contas diversas (iv)	<u>87 112</u>	<u>93 648</u>
	<u>89 991</u>	<u>96 500</u>

(i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €7.482 milhares (2020: €7.748 milhares);

(ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal e garantia do SICOI;

(iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão);

(iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

6.22. Margem Financeira

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Juros e rendimentos similares		
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral	86	174
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Títulos de dívida	440	396
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário		
Depósitos	7	15
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	193	138
Empréstimos	2 938	2 926
Crédito conta corrente	330	380
Descobertos DO	11	39
Particulares		
Habitação	851	833
Consumo	642	624
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	13	11
Empréstimos	1 347	1 380
Crédito conta corrente	53	71
Descobertos DO	85	119
Outros créditos e valores a receber (titulados)	28	1
Crédito vencido	38	71
Juros e rendimentos similares outros activos	15	18
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	173	165
	<u>7 250</u>	<u>7 358</u>
Juros e encargos similares		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Recursos de Bancos Centrais	-	-
Recursos IC país	-	-
Depósitos à ordem	-	0
Depósitos a prazo do tipo promissória	207	446
Depósitos a prazo do tipo poupança	47	93
Juros de passivos subordinados	175	73
Juros de locações	2	3
	<u>431</u>	<u>615</u>

Em 2021, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada tanto nos juros das aplicações como nos juros dos recursos da CEMAH, o que é resultado tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior como, particularmente no caso dos juros dos depósitos de clientes, da aproximação do preçário da CEMAH às condições do mercado. Face a 2020, os juros das aplicações a prazo da CEMAH registaram uma redução de €8 milhares, os juros do crédito um decréscimo de €81 milhares e os juros dos recursos de clientes uma diminuição de €285 milhares (apesar de um aumento de cerca de €16.492 milhares registado no volume de depósitos entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021).

Os juros e rendimentos similares de ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral e ao custo amortizado, que registaram um decréscimo de €43 milhares relativamente a 2020, correspondem ao rendimento dos

ativos financeiros em que a CEMAH se encontra investida como uma alternativa de aplicação do excedente de liquidez da CEMAH diferente dos depósitos em outras instituições de crédito e da sua manutenção junto do Banco de Portugal, onde se encontraria sujeito a uma taxa de juro negativa.

Os juros de passivos subordinados são referentes ao empréstimo subordinado emitido durante o ano de 2020, representando €175 milhares a 31 de dezembro de 2021.

Os juros suportados das locações são registados em juros e encargos similares, e representam em 2021 €2 milhares.

6.23. Rendimentos de instrumentos de capital

Dos €51 milhares do valor da rubrica Rendimentos de instrumentos de capital constam €20 milhares de dividendos recebidos da participação na SIBS.

6.24. Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	600	508
Por garantias prestadas	203	155
Emissão de cheques	83	94
Comissões de processamento	212	380
Multibanco	902	866
Comissões de manutenção	358	105
Comissão levantamento numerário	79	77
Outras	337	168
	<u>2 776</u>	<u>2 353</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(31)	(21)
Outras	(866)	(757)
	<u>(896)</u>	<u>(778)</u>
	<u>1 879</u>	<u>1 575</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €436 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€414 milhares em 2020). Das outras comissões pagas, €301 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€294 milhares em 2020).

Ainda das Outras comissões pagas constam €437 milhares de comissões pagas às entidades gestoras e depositárias da carteira de títulos da CEMAH (€345 milhares em 2020).

6.25. Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Resultados ativos financeiros detidos para negociação	-	(2)
Resultados ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	601	509
Resultados de ativos financeiros pelo custo amortizado (líquido)	248	299
Resultados ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	260	94
Resultados reavaliação cambial (líquido)	208	87
	<u>1 317</u>	<u>987</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos associados aos câmbios EUR/USD, EUR/CAD e EUR/GBP.

Os ganhos e perdas registados na carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral em 2021 foram superiores em €92 milhares aos realizados em 2020.

A CEMAH procedeu à venda de dois títulos que se encontravam classificados ao Custo amortizado, resultando num ganho financeiro de €293 milhares. Estas vendas, dada a sua pouca frequência, não alteraram o modelo de negócio da CEMAH para gestão dos ativos classificados ao custo amortizado.

Os resultados de ativos contabilizados ao justo valor através de resultados resultam das variações na valorização das Unidades de participação em Fundos de investimento e dos ETFs que a CEMAH tem em carteira. (ver notas 6.3 e 6.4).

6.26. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outras receitas operacionais	378	242
	<u>378</u>	<u>242</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	39	95
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	1	1
Outros ativos fixos tangíveis	-	0
Outros gastos operacionais	390	387
Outros impostos	172	183
	<u>602</u>	<u>666</u>
	<u>(224)</u>	<u>(424)</u>

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

A rubrica dos outros gastos operacionais subdivide-se da seguinte forma:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Outros gastos operacionais		
Plataforma Bloomberg	0	0
Gastos com Sistemas de Pagamentos	21	16
IVA não dedutível locações financeiras	8	9
Contributo para Fundo de Resolução	57	59
Remuneração Reserva Excedentária	229	233
Contributo para Fundo Único de Resolução	7	12
Estorno Comissões e Encargos	-	0
Outros custos aceites fiscalmente	68	58
Outros custos não aceites fiscalmente	-	-
	<u>390</u>	<u>387</u>

6.27. Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	328	328
Remunerações dos empregados	2 853	2 858
Encargos sociais obrigatórios	1 272	1 254
Outros custos com pessoal	20	24
	<u>4 473</u>	<u>4 464</u>

Durante os exercícios de 2021 e 2020 o número de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH, a 31 de dezembro, apresenta-se como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	13	13
Outros quadros	12	16
Administrativos	38	34
Outros colaboradores	69	70
	<u>135</u>	<u>136</u>

6.28. Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	68	67
Material de consumo corrente	89	106
Publicações	4	4
Material de higiene e limpeza	2	3
Equipamento	7	2
Outros fornecimentos de terceiros	40	70
Com serviços		
Rendas e alugueres	1	4
Comunicações	272	271
Deslocações, estadas e representação	34	23
Publicidade e edição de publicações	131	115
Conservação e reparação	127	120
Formação de pessoal	67	6
Seguros	30	29
Serviços especializados	2 137	1 978
Outros serviços de terceiros	43	48
Com outras operações de Locação		
Leasing de curto prazo	-	-
Leasing de baixo valor	12	14
	<u>3 064</u>	<u>2 859</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €2.137 milhares (2020: €1.978 milhares), representando àquela data cerca de 70% (2020: 69%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €272 milhares (2020: 271 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que em 31 de dezembro de 2021 ascende a €127 milhares (2020: €120 milhares).

Encontram-se ainda reconhecidas como Gastos gerais administrativos da Caixa os pagamentos referentes às locações consideradas de baixo valor, conforme expediente prático previsto na norma.

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante os exercícios de 2021 e 2020 com a sociedade de revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. resumem-se conforme segue:

	2021-12-31		2020-12-31	
	Honorários contratados	Honorários pagos	Honorários contratados	Honorários pagos
Revisão Legal de Contas	100	34	110	110
Outros serviços de garantia de fiabilidade	26	14	34	34
Outros	26	26	41	41
	<u>152</u>	<u>74</u>	<u>185</u>	<u>185</u>

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem os serviços prestados no âmbito da emissão dos relatórios sobre a imparidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica incluía também o relatório sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira.

6.29. Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)

Os resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda respeitam a mais-valias e menos-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

	2021-12-31	2020-12-31
Mais-valias realizadas	83	-
Menos-valias realizadas	(0)	(19)
	<u>82</u>	<u>(19)</u>

6.30. Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Resultado antes de impostos	645	(333)
Variações patrimoniais	(200)	(627)
Provisões/Imparidades não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	559	419
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	(1 141)	(1 844)
Mais e menos valias fiscais	(19)	-
Outros valores	282	94
Resultado fiscal	<u>126</u>	<u>(2 291)</u>

A taxa nominal de imposto é de 21% (ver Nota 2.3.9). Em 2021 a taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pelas contribuições sobre o setor bancário, pelos custos não dedutíveis com o fundo de pensões e pela tributação autónoma.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto é analisada como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Resultado antes de impostos	645	(333)
Taxa de imposto corrente (%)	21,00%	21,00%
Imposto esperado	<u>135</u>	<u>(70)</u>
Variações patrimoniais	-	-
Mais e menos valias fiscais	4	0
Outros valores	(53)	(104)
Contribuição sobre o setor bancário	32	34
Custos com Fundo de Pensões	41	-
Derramas municipal e estadual	2	-
Tributação autónoma	12	11
Dupla tributação jurídica internacional	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-
Total dos impostos sobre o rendimento	<u>173</u>	<u>(129)</u>
Taxa efetiva (%)	<u>26,81%</u>	<u>38,75%</u>

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	19	11
Regularização de estimativa do exercício anterior	12	-
Reconhecimento/Desreconhecimento de impostos diferidos	142	(139)
	<u>173</u>	<u>(129)</u>

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registrados em balanço é como segue:

	<u>2021-12-31</u>	<u>2020-12-31</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	1 512	1 596
Passivos	<u>(62)</u>	<u>(121)</u>
	<u>1 450</u>	<u>1 476</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(142)	139
Reservas de reavaliação (justo valor)	100	(46)
Outras reservas e resultados transitados	<u>16</u>	<u>133</u>
	<u>(25)</u>	<u>226</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados durante os exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
	2021-01-01	2021-12-31	2021-01-01	2021-12-31	2021-12-31	2021-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	1 963	1 088	412	229	(184)	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	39	28	8	6	(2)	-
- Imparidade Múltiplos defaults	-	328	-	69	69	-
Crédito incobrável	-	-	-	-	-	-
Imparidade ativos não correntes	374	364	79	76	(2)	-
Imparidade imóveis serviço próprio	32	34	7	7	0	-
Prêmios de final de carreira	82	84	17	18	0	-
Títulos (reserva justo valor)	(162)	315	(34)	66	-	100
Benefício fiscal CFEI II	416	487	83	97	14	-
Reserva cambial	(7)	(14)	(1)	(3)	-	(2)
Imparidade títulos	17	0	4	0	(4)	-
Resp. passadas fundo complementar	71	36	15	7	(7)	-
Imparidade devedores diversos	15	16	3	3	0	-
Reavaliação imóveis	(69)	(64)	(14)	(14)	1	-
Prejuízo fiscal	4 273	4 225	897	887	(28)	18
	<u>7 046</u>	<u>6 928</u>	<u>1 476</u>	<u>1 450</u>	<u>(142)</u>	<u>116</u>

2020

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva JV/ Lucros retidos
	2020-01-01	2020-12-31	2020-01-01	2020-12-31	2020-12-31	2020-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	3 423	1 963	719	412	(306)	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	107	39	22	8	(14)	-
- Imparidade Múltiplos defaults	-	-	-	-	-	-
Crédito incobrável	81	-	17	-	(17)	-
Imparidade ativos não correntes	150	374	32	79	47	-
Imparidade imóveis serviço próprio	62	32	13	7	(6)	-
Prêmios de final de carreira	72	82	15	17	2	-
Títulos (reserva justo valor)	59	(162)	12	(34)	-	(46)
Benefício fiscal CFEI II	-	416	-	83	83	-
Reserva cambial	(11)	(7)	(2)	(1)	-	1
Imparidade títulos	27	17	6	4	(2)	-
Resp. passadas fundo complementar	107	71	22	15	(7)	-
Imparidade devedores diversos	15	15	3	3	(0)	-
Reavaliação imóveis	(74)	(69)	(15)	(14)	1	-
Prejuízo fiscal	1 932	4 273	406	897	360	132
	5 950	7 046	1 250	1 476	139	87

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%, com exceção feita ao benefício fiscal apurado no âmbito do CFEI II, que foi estimado à taxa de 20%.

6.31. Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Eduardo Barbosa do Couto

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Em 31 de dezembro de 2020 as entidades relacionadas da Caixa eram as seguintes:

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Eduardo Barbosa do Couto

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

2021-12-31	Membros				Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	
Ativos					
Crédito	700	-	-	-	700
	<u>700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>700</u>
Passivos					
Depósitos	624	-	237	65	926
Empréstimo Obrigacionista	350	-	-	-	350
	<u>974</u>	<u>-</u>	<u>237</u>	<u>65</u>	<u>1.276</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	24	13	0	0	36
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>24</u>	<u>13</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>36</u>
Custos					
Juros e encargos similares	35	-	0	-	35
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>35</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>35</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos e ¹	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2020-12-31	Membros					Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	do Conselho Fiscal		
Ativos						
Crédito	1.732	319	1	-		2.052
	1.732	319	1	-		2.052
Passivos						
Depósitos	532	-	110	51		693
Empréstimo Obrigacionista	350	-	-	-		350
	882	-	110	51		1.043
Proveitos						
Juros e rendimentos similares	37	12	0	0		49
Comissões recebidas	-	-	-	-		-
	37	12	0	0		49
Custos						
Juros e encargos similares	15	-	0	-		15
Donativos	-	-	-	-		-
	15	-	0	-		15
Extrapatrimoniais						
Garantias prestadas e outros passivos e ¹	-	-	-	-		-
	-	-	-	-		-

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2021 e 2020 referente a crédito concedido, depósitos recebidos e subscrição de dívida subordinada de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração		Membros do Conselho Fiscal	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Empréstimos								
Empréstimos em 1 de janeiro	1.732	1.781	319	350	1	10	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	1.900	30	255	21	21	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	(2.932)	(1.949)	(349)	(287)	(22)	(30)	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	700	1.732	-	319	-	1	-	-
Rendimento de juros								
	24	37	13	12	0	0	0	0
Depósitos								
Depósitos em 1 de janeiro	532	286	-	-	110	94	51	39
Movimentos líquidos do ano	92	246	-	-	127	15	14	12
Depósitos em 31 de dezembro	624	532	-	-	237	110	65	51
Custo de juros de depósitos								
	-	1	-	-	0	0	-	-
Obrigações Subordinadas								
Obrigações em 1 de janeiro	350	-	-	-	-	-	-	-
Movimentos líquidos do ano	-	350	-	-	-	-	-	-
Obrigações em 31 de dezembro	350	350	-	-	-	-	-	-
Custo de juros de obrigações								
	35	15	-	-	-	-	-	-

6.32. Passivos contingentes

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

A Caixa, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2021, a contribuição periódica efetuada pela Caixa ascendeu a €57 milhares de Euros (2020: €60 milhares de Euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,048% (2020: 0,049%). Adicionalmente, efetuou contribuições sobre o setor bancário no montante de €130 milhares de Euros (2020: €133 milhares de Euros).

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

De acordo com o comunicado do Novo Banco de 15 de dezembro de 2021, foi aprovado um aumento de capital decorrente da conversão dos direitos de conversão relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, conforme alterada. Este aumento de capital foi realizado na modalidade de incorporação de reservas e no montante de 155 milhões de euros, através da emissão de 155 milhões de novas ações ordinárias representativas de 1,56% do seu capital social e que são atribuídas ao Estado Português por efeito do referido regime.

Por efeito dos acordos celebrados entre o Fundo de Resolução e o acionista Lone Star no contexto da venda de 75% do capital social do Novo Banco, apenas o Fundo de Resolução verá a sua participação diluída. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o Novo Banco é detido pela Lone Star, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 23,44% e 1,56%, respetivamente.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra- anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

De acordo com o comunicado de 23 de dezembro de 2021 do Fundo de Resolução, o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2021 ascendeu a 3.405 milhões de euros. Estes pagamentos foram realizados com recurso aos financiamentos obtidos do Estado Português e do sindicato bancário e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução. O montante global pago pelo Fundo de Resolução até ao final de 2021 é ainda inferior ao limite máximo previsto no Mecanismo de Capital Contingente em 485 milhões de euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Neste contexto, à data de 31 de dezembro de 2021, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor global das perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias e outras contingências associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo e das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução na sequência da resolução do BANIF.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras da Caixa.

6.33 Outros assuntos

O evento da disseminação da doença COVID-19, declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, teve repercussões significativas a nível da economia mundial.

No âmbito das medidas de combate à pandemia, a CEMAH adotou as medidas necessárias para assegurar, com segurança, a continuidade da prestação dos serviços bancários, nomeadamente a aplicação dos regimes de teletrabalho e de rotatividade aos seus recursos humanos e a adaptação do modo de funcionamento nas suas instalações físicas, por forma a garantir o cumprimento das normas emanadas pelas autoridades competentes.

No âmbito da carteira própria, para além do reforço do acompanhamento da gestão da mesma, procedeu à adaptação do seu modelo de negócio com vista a assegurar a sustentabilidade do seu desempenho.

Como efeito das moratórias concedidas, a CEMAH introduziu no seu modelo de imparidade um procedimento de análise adicional aos contratos neste regime, com o objetivo de identificar possíveis situações que evidenciem um aumento do risco associado à respetiva exposição.

Sendo certo que os impactos futuros da pandemia não são ainda completamente determináveis, nomeadamente os decorrentes do fim das moratórias em setembro passado, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Caixa considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2021.

6.34 Eventos subsequentes

A recente evolução dos mercados financeiros, marcada pela situação de guerra na Ucrânia e pela leitura do mercado das perspetivas para a inflação e para as taxas de juro, tem-se refletido de forma negativa nas reservas de reavaliação registadas pela instituição, particularmente em consequência da desvalorização verificada na dívida pública europeia, classe de ativos em que a CEMAH se encontra particularmente exposta. Consciente dos impactos que tal desvalorização tem nos respetivos rácios de capital, a CEMAH tem vindo a realizar exercícios de simulação de impacto, que têm atestado a capacidade de absorção dos choques observados, vendo-se garantido o cumprimento dos rácios regulamentares.

Também a crise sísmica iniciada a 19 de março na ilha de São Jorge, onde a CEMAH opera com dois balcões, tem sido alvo de acompanhamento por parte da instituição. Embora não existam ainda à data indícios concretos de impacto, foram definidas orientações para assegurar a segurança dos recursos humanos e adotadas medidas com vista à salvaguarda de ativos. A CEMAH encontra-se a acompanhar em permanência as orientações do Serviço de Proteção Civil dos Açores, cujas recomendações não deixará de seguir.

Assim, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da CEMAH considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Não se identificaram outros eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da CEMAH em 31 de dezembro de 2021.

- : - : - : - : - :



RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE GOVERNO E CONTROLO INTERNO DA INSTITUIÇÃO

O presente documento serve o propósito de resposta ao disposto no artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, assumindo-se como um resumo do relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e controlo interno (doravante, o Relatório) da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (CEMAH), correspondente ao período de 1 de março de 2021 a 30 de novembro de 2021.

O Relatório, preparado nos termos do artigo 55.º do diploma mencionado, e considerando os preceitos da Instrução n.º 18/2020 do Banco de Portugal, agrega as conclusões da autoavaliação subjacente, incluindo as matérias conexas (como as práticas remuneratórias), bem como a sistematização das deficiências identificadas no âmbito lato em questão, com referência ao período supramencionado.

Subjacente à elaboração dessa autoavaliação, e apensos ao mencionado Relatório, encontravam-se os relatórios anuais das funções de controlo interno – Gestão do Risco, Conformidade e Auditoria Interna –, em cumprimento do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 27.º, na alínea p) do n.º 1 do artigo 28.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 32.º, bem como o planeamento plurianual da atividade da Auditoria Interna (na aceção do n.º 2 do mesmo artigo). Os órgãos consideraram ainda o conteúdo do relatório dessa função sobre a avaliação global da adequação e eficácia, como um todo, da cultura organizacional da instituição e dos seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as diversas componentes de ambos os sistemas, incluindo a avaliação da atuação dos órgãos de administração e de fiscalização e dos seus comités de apoio, nos termos da alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo.

O Relatório continha ainda a descrição e caracterização das deficiências identificadas na data de referência, incluindo a descrição das medidas corretivas preconizadas e respetivos prazos de implementação, de acordo com os preceitos do artigo 31.º do Aviso.

Quanto à abordagem ao acompanhamento das deficiências identificadas, importa aludir ao seguinte:

- O anterior reporte em sede de avaliação dos sistemas de governo e de controlo interno tem, efetivamente, apenas 9 (nove) meses de antiguidade;
- As deficiências reportadas nos relatórios anteriores sobre o Sistema de Controlo Interno e não incluídas no anexo ao mencionado relatório foram regularizadas, através da implementação das respetivas medidas corretivas, não sendo assim aplicável a sua inclusão;
- As deficiências reportadas nos relatórios das funções de controlo submetidas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e, entretanto, regularizadas, não foram integradas nesse relatório;
- O modelo de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização, ferramenta essencial ao nível do governo e controlo interno da CEMAH, encontra-se em consolidação, tendo sido calibrado em subseqüência da implementação dos preceitos do Aviso n.º 3/2020, a par da aposta contínua em formação dos seus membros, mesmo perante as vicissitudes da crise sanitária; não obstante, as agendas dos órgãos de administração e fiscalização vieram refletir o enfoque e dedicação ao Processo de Revisão e Avaliação do Supervisor (SREP) e ao relacionamento/diálogo superviso, que assumiu prioridade absoluta, até pelo repto permanente do Supervisor, cuja resposta veio obrigar à revisão de algumas das iniciativas planeadas, sobretudo do ponto de vista de calendarização, em especial por parte das funções de controlo;
- Apesar de o Conselho de Administração definir a sua abordagem às deficiências identificadas no âmbito do Controlo Interno por relevância e por antiguidade, a definição de prioridade pode ser calibrada, nomeadamente por motivos de racionalização de recursos e/ou promoção de sinergias, por questões de eficácia e eficiência na gestão da atividade;
- O Conselho Fiscal, por seu turno, procedeu à sua avaliação, tendo por base o plano de atividades previsto no n.º 9 do artigo 31.º e ponderando toda a informação de que se obteve conhecimento, decorrente das atividades de monitorização pelas estruturas próprias da Instituição ou por entidades externas; esse órgão recorreu ainda à informação produzida no âmbito dos serviços contratados ao seu Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos previstos legalmente, dando enfoque aos trabalhos direta ou indiretamente relacionados com o Controlo Interno e não recorrendo a trabalhos adicionais, com exceção dos trabalhos anteriormente adjudicados no âmbito da contratação do próprio ROC; o ROC foi selecionado de acordo com a política instituída para o efeito, que contempla o enquadramento dos seus serviços e dos que lhe estão vedados por serem conflitantes; e
- Ambos os órgãos, suportados na análise das deficiências e na certificação da classificação das mesmas pela função de Auditoria Interna, atendendo à metodologia constante do Anexo II da Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2020, declaram considerar adequada a classificação atribuída às deficiências classificadas com nível F3 “elevada” ou nível F4 “severa”.

Nesse relatório pode ainda encontrar-se demonstração dos esforços empreendidos para persecução da conformidade para com os requisitos do Aviso, nomeadamente na esfera das alterações à organização interna, importa referir a criação de um novo subdepartamento de Segurança e Património, atendendo às imposições relacionadas com a segurança física em termos de competências e responsabilidades, e que veio alargar o departamento de Património e Meios, passando este, desde 25 de novembro de 2021, a designar-se por Departamento de Segurança, Património e Logística (SPL).

O Relatório culmina na avaliação dos órgãos de administração – Conselho de Administração – e fiscalização – Conselho Fiscal – da Instituição, respetivamente, nos termos dos artigos 56.º e 57.º do Aviso.

O Conselho de Administração atesta que, no período em referência, não foram efetuadas avaliações independentes à adequação dos processos de obtenção, produção, tratamento de informação e mecanismos de controlo. Atesta ainda que, no período em referência, não foram subcontratadas as tarefas operacionais das funções de controlo.

Quanto às deficiências classificadas como de nível elevado (F3) e severo (F4) – conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º da Instrução n.º 18/2020 e de acordo com a metodologia de classificação constante de anexo a essa –, foram as mesmas reportadas ao Conselho Fiscal, pelo que a sua avaliação não se poderá considerar enviesada, encontrando-se essas questões a ser consideradas; no caso, e todas com classificação F3:

- BP.TIC.005 - Insuficiências na implementação efetiva, documentação, formalização ou revisão periódica ou teste e controlo de vários procedimentos relacionados com a segurança das TIC (Sistemas de Informação), detetada em novembro de 2021 e com implementação planeada para março de 2022; a revisão periódica das políticas e diretrizes correspondentes levará em conta as recomendações do Supervisor, em abono de clareza e sistematização.
- BP.TIC.010 - Inadequada segregação de funções para a realização de alterações aos sistemas de informação e inexistência de procedimentos para reduzir os riscos de erros humanos quando são realizadas alterações (Sistemas de Informação), detetada em novembro de 2021 e com implementação planeada para março de 2022; os procedimentos serão revistos para melhor evidenciar a segregação de funções, contudo, crê-se que a severidade poderá estar influenciada pelo sobredimensionamento do âmbito, em concreto, pela indução de que a Instituição “recorre largamente ao regime de subcontratação para o desenvolvimento de alterações”, o que não corresponde à realidade.
- BP.TIC.012 - Plano de continuidade de negócio desatualizado ou não formalizado (Conselho de Administração), detetada em novembro de 2021 e com implementação planeada para dezembro de 2021; a revisão do Plano de Continuidade do Negócio em curso estará concluída até ao final do corrente mês, já considerando a articulação com o *Disaster Recovery Plan* (DRP) implementado, o que não se verificou antes por uma questão de falta de oportunidade e ambiente ideais, apesar de os mecanismos de gestão de crise e funcionamento em contingência terem sido oportunamente ativados e adaptados às circunstâncias, e se terem revelado eficazes quando aplicável.
- BP.TIC.013 - Estratégia de recuperação de desastre das TIC não implementada efetivamente (Sistemas de Informação), detetada em novembro de 2021 e com implementação planeada para dezembro de 2021; o processo de Disaster Recovery está a ser ultimado no site alternativo em Picoas, esperando-se a sua conclusão até ao final do corrente mês, o que não obsta a que a Instituição se tenha demonstrado resiliente ao longo do tempo.

Apesar da gravidade associada ao impacto potencial, não parecem existir dificuldades de implementação dos planos de ação respetivos, estando preconizada a sua resolução num período que não ultrapassa o 1.º trimestre de 2022.

Portanto, à data de referência, e no âmbito geral, não se considera que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas e que se mantêm em aberto pareçam sinalizar deterioração dos sistemas de governo e controlo interno da Instituição, considerando-se adequado o plano de ação definido para corrigir todas as deficiências detetadas no âmbito dos sistemas de governo e controlo interno da CEMAH, cujo estado de implementação é acompanhado de forma ativa e contínua, com particular atenção sobre as medidas que sejam alvo de prorrogação ou alteração, por ambos os órgãos. Ressalva-se ainda que a maior antiguidade de algumas das temáticas subjacentes foi analisada e compreendida, salientando-se que essa se relacionou, na generalidade dos casos, com a magnitude dos investimentos subjacentes e com a parcimónia requerida a uma gestão sã e prudente dos recursos.

Paralelamente, no período em causa, foi empreendida na Instituição uma miríade de iniciativas no sentido de corrigir as deficiências detetadas e contribuir para a melhoria contínua dos seus sistemas de governo e de controlo interno, cujos âmbitos se enunciam de seguida, de forma sumária: (i) políticas e processos de identificação, avaliação e acompanhamento de riscos; (ii) formalização de controlos sobre o apuramento de fundos próprios – regularizando a deficiência de nível elevado (F3) reportada no ciclo anterior –; (iii) modelo de acompanhamento e recuperação de crédito; (iv) formalização e robustecimento dos processos ICAAP e ILAAP integração nos processos de gestão e tomada de decisão; (v) planeamento estratégico da gestão de ENP; (vi) gestão de dados e acessos; (vii) avaliação e gestão de colaterais;; (viii) execução dos

deveres de exame subjacentes à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; (ix) formalização e robustecimento dos procedimentos de reclamação e divulgação de meios de resolução alternativa de litígios; (x) formalização de procedimentos de gestão de bonificações; (xi) processo de gestão contratual; (xii) avaliação de desempenho; (xiii) segurança física e gestão de acessos físicos; (xiv) formalização de normativo interno relativo aos Sistemas de Pagamentos; e (xv) análise e implementação de controlos sobre deveres de reporte e de divulgação da Informação.

Quanto à apreciação sobre o estado de concretização de medidas de correção das deficiências detetadas, importa mencionar que, a par dos relatórios programados e tempestivos das funções de controlo interno, existem reuniões periódicas na Instituição que visam fazer ponto de situação sobre o estado dos sistemas de governo e controlo interno, em particular, fazendo *follow-up* das deficiências identificadas pelos diversos responsáveis/interlocutores e do nível de concretização das medidas corretivas respetivas; os sistemas de governo e controlo internos estão igualmente presentes como prioridades estratégicas para a Instituição e constam das agendas da gestão de topo e dos órgãos de administração e fiscalização.

Sobre o desempenho e independência das funções de controlo interno, não obstante as insuficiências identificadas pelo Supervisor relativamente ao desempenho dessas – nomeadamente sobre a abrangência da atuação da auditoria interna e sobre a proatividade e sentido crítico da gestão de riscos –, esse órgão faz uma apreciação positiva, conforme opiniões emitidas oportunamente sobre os seus respetivos relatórios. O seu funcionamento parece evidenciar independência, verificando-se no espírito da sua atuação e produtos resultantes das suas iniciativas o espaço para indicação da existência de quaisquer situações ou constrangimentos que a comprometam ou possam vir a comprometer, nomeadamente por via da identificação de deficiências relativamente às próprias funções e apresentação do ponto de situação das mesmas. Mais se acrescenta que não foi identificada qualquer deficiência de severidade F3/F4 que fragilize o desempenho dessas funções.

O Conselho Fiscal atesta que, de acordo com a informação produzida pelo ROC e pelas funções de controlo interno, pode indicar fiabilidade dos processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros e dos processos de preparação de informação divulgada ao público pela CEMAH ao abrigo da legislação e regulamentação aplicáveis. Declara ainda que pode atestar o cumprimento de todos os deveres de divulgação ao público, no período de referência.

Quanto a políticas e práticas remuneratórias, verifica-se o alinhamento com o perfil e a política de risco institucionais, não apresentando incentivos à assunção excessiva de risco e nem criando obstáculos à persecução da estratégia definida nem representam compromissos que se possam vir a configurar como inoportáveis, insustentáveis ou desajustados do desempenho efetivo da CEMAH.

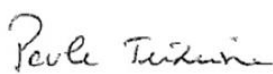
Portanto, considerando que o próprio Supervisor reconhece tanto o esforço que a CEMAH tem apresentado como a evolução positiva alcançada nos últimos 3 anos, nomeadamente no que respeita ao governo interno e à gestão de riscos, e sem prejuízo de os sistemas de governo e de controlo interno serem organismos vivos, no sentido em que se transmutam em consonância com a transformação da Instituição e sensíveis a pressões exógenas, cujos impactos implicam reação, os órgãos consideram que, em termos globais, os sistemas de governo e controlo interno da Instituição, incluindo a sua cultura organizacional, as práticas e políticas remuneratórias e demais matérias conexas no âmbito da Aviso n.º 3/2020, parecem adequados e eficazes.

Angra do Heroísmo, 28 de março de 2022

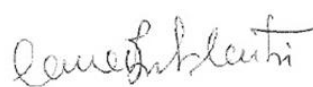
O Conselho Fiscal,



João Pedro Cardoso (Presidente)



Paula Teixeira (Vogal)



Carla Bretão Martins (Vogal)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

À Acionista, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), nas figuras do seu Provedor e da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A.,

Nos termos da Lei e do mandato estatutária e regulamentarmente instituído, que nos conferiram para o triénio 2019-2021, enquanto órgão de fiscalização da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (CEMAH ou a Instituição), vimos apresentar o relatório e parecer sobre o Relatório e Contas 2021, nos moldes apresentados pelo Conselho de Administração da Instituição, relativamente ao exercício compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

No decurso da ação de fiscalização, este órgão acompanhou, com a periodicidade e a extensão que considerou adequada, a atividade da CEMAH, tendo interagido por suficientes vezes com os restantes órgãos sociais e *stakeholders*, em particular, com o Conselho de Administração da Instituição, com o Revisor Oficial de Contas e com o representante da Acionista, o Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), não tendo sentido, em algum momento, quaisquer constrangimentos ou limitações de acesso a estes ou a informação que o órgão tivesse por relevante no âmbito do desempenho das suas funções, nomeadamente junto das funções de controlo interno – Conformidade, Gestão do Risco e Auditoria Interna, restante Gestão de Topo e serviços da Instituição.

Considerando que:

- este órgão já havia avaliado, em termos globais, os sistemas de governo e controlo interno da Instituição, incluindo a sua cultura organizacional, as práticas e políticas remuneratórias e demais matérias conexas no âmbito da Aviso n.º 3/2020, como adequados e eficazes;
- já havia atestado, em sede da autoavaliação mencionada, de acordo com a informação produzida pelo ROC e pelas funções de controlo interno, a fiabilidade dos processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, bem como o cumprimento de todos os deveres de divulgação, no período de referência;
- confia que as demonstrações financeiras analisadas foram elaboradas em conformidade com as normas e preceitos contabilísticos aplicáveis, permitindo as mesmas obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira da Instituição, e que a restante informação financeira e não financeira constante do relatório de gestão permite compreender fielmente a evolução da Instituição em termos estratégicos, de risco e de negócio no período em causa;
- analisou a Certificação Legal de Contas (CLC) e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização (RAOF), elaborados pelo Revisor Oficial de Contas, a Deloitte & Associados, SROCS.A., representada pelo Dr. Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, cujas conclusões subscreve e incorpora nos seus trabalhos, dando particular atenção às Matérias Relevantes de Auditoria;
- sobre as ditas Matérias Relevantes de Auditoria – por memória, (i) imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (notas 6.5 e 6.11), (ii) responsabilidades com pensões de reforma – principais pressupostos atuariais (nota 6.16), e (iii) Fundo de Resolução (Nota 6.32) –, alude que as mesmas foram discutidas com o Conselho de Administração e com a Direção Financeira, com profundidade satisfatória para assegurar a sua compreensão e

repercussão em exercícios futuros, sendo que nenhuma dessas configura um risco significativo emergente, surgindo em subsequência a exercícios anteriores;

- tomou consciência de que não foram identificados acontecimentos ou condições que pudessem colocar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Instituição prosseguir em continuidade, nem deficiências significativas relacionadas com os procedimentos de controlo interno ou tampouco assuntos significativos que envolvam o incumprimento de leis e regulamentos; e
- apesar de não terem sido identificados outros assuntos a relatar para além das matérias indicadas ou tampouco distorções materiais decorrentes dos métodos de avaliação utilizados pela Instituição no âmbito do exame às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, este órgão não quer deixar de assinalar as cautelas subjacentes ao atual, e futuro, contexto socioeconómico, fruto dos impactos significativos que ainda podem advir do surto de crise pandémica por Covid-19, da guerra na Ucrânia e da crise sismo-vulcânica na Ilha de São Jorge, uma vez que podem trazer impactos não negligenciáveis à Instituição, que obrigarão a avaliação contínua.

O Conselho Fiscal é da opinião que deve ser realçado não só o resultado do exercício com valor positivo, no período pós-pandemia, mas, também, o total do rendimento integral do período que permite um contributo substancial para o cumprimento de todos os rácios impostos pelo supervisor.

Em resultado dos trabalhos efetuados, o Conselho Fiscal dá, então, parecer favorável ao Relatório e Contas 2021 da Instituição, incluindo os demais documentos de prestação de contas, aprovados pelo Conselho de Administração a 25 de março de 2022, sendo de parecer de que a Assembleia Geral da Instituição aprove:

- o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas do exercício que compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021; e
- a proposta de aplicação dos resultados do exercício, que implica a sua transferência para a rubrica de Lucros Retidos.

Finalmente, expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração pelo trabalho desenvolvido em prol da CEMAH e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Angra do Heroísmo, 30 de março de 2022

O Conselho Fiscal,



João Pedro Cardoso (Presidente)



Paula Teixeira (Vogal)



Carla Bretão Martins (Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (Caixa ou CEMAH), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 469.616 m.euros e um total de capital próprio de 27.721 m.euros, incluindo um resultado líquido de 472 m.euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Caixa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



PA

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 756106

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 6.5 e 6.11)</i>	
<p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e as provisões para garantias e outros compromissos (“perdas por imparidade para risco de crédito”) registadas no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2021 ascendem a 6.876 m.euros e a 144 m.euros, respetivamente.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.</p> <p>O contexto atual influenciado pela pandemia Covid-19 aumentou a complexidade e incerteza associada à estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito, como consequência da necessidade de incorporar novos pressupostos e julgamentos, incluindo no que se refere aos efeitos das moratórias públicas e privadas, na identificação de situações de incremento significativo de risco de crédito e de indícios de imparidade.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual às quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para a sua carteira de crédito. • Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, a qual incluiu exposições que apresentavam características indicativas de maior risco bem como exposições selecionadas aleatoriamente. • Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade para risco de crédito registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspectivas sobre a evolução da sua atividade e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos. • Ao nível da imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pela Caixa; (ii) análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva; e (iii) validação numa base de amostragem dos inputs utilizados no apuramento dos principais parâmetros de risco e do valor dos colaterais considerados na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 6.5 e 6.11)</i></p>	
<p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente características das operações, classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial, valor dos colaterais, e parâmetros de risco, como a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação (<i>loss given default</i>).</p> <p>Diferentes metodologias ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação da imparidade.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras da Caixa, as perdas por imparidade para risco de crédito foram identificadas como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da razoabilidade dos critérios definidos pela Caixa para identificação de situações de aumento significativo de risco de crédito em contratos que tiveram moratória associada e validação, numa base de amostragem, da aplicação dos referidos critérios e do nível de stage atribuído. • Análise das metodologias definidas pelo órgão de gestão para o apuramento de imparidades adicionais face às que resultam da análise individual e do modelo de análise coletiva no contexto da pandemia Covid-19, validação numa base de amostragem dos inputs utilizados, e recálculo em base de amostragem destas imparidades, considerando os inputs apurados pela Caixa e as metodologias definidas pelo órgão de gestão. • Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Responsabilidades com pensões de reforma – Principais pressupostos atuariais (Nota 6.16)</i>	
<p>A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados nos termos definidos nos acordos coletivos de trabalho. Em 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades da Caixa por serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios associados ascendem a 21.254 m.euros.</p> <p>As responsabilidades da Caixa associadas aos planos de benefício definido foram apuradas pelo atuário responsável, considerando um conjunto de pressupostos atuariais, entre os quais, taxa de desconto, taxas de crescimento dos salários e das pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Eventuais alterações nos pressupostos atuariais podem ter impactos relevantes nas responsabilidades com serviços passados relativas a pensões.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa na determinação dos principais pressupostos atuariais utilizados no apuramento de responsabilidades por serviços passados relativas a pensões. • Verificação da certificação do atuário responsável junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e análise da sua declaração de independência constante no estudo atuarial de 31 de dezembro de 2021. • Leitura do estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2021 e discussão dos principais pressupostos atuariais usados. • Análise da razoabilidade dos principais pressupostos atuariais utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões, tendo em consideração: (i) estudo atuarial; (ii) dados de mercado disponíveis; (iii) informação histórica (ganhos ou perdas de experiência); e (iv) informações prestadas pelo órgão de gestão. • Revisão das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 6.32)</i>	
<p>Conforme descrito em maior detalhe na Nota 6.32, na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), em 31 de dezembro de 2021 o Fundo de Resolução detinha 23,44% do capital social do Novo Banco, S.A. (Novo Banco), sem os correspondentes direitos de voto, e a totalidade do capital social da Oitante, S.A..</p> <p>No âmbito da aplicação das referidas medidas, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário, e assumiu passivos contingentes e outras responsabilidades, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda em 2017 da participação de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star.</p> <p>Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que ainda possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo da Caixa) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p>De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2020 eram negativos.</p> <p>O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pela Caixa numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos comunicados públicos divulgados pelo Fundo de Resolução desde 2016 até à data do nosso relatório. • Análise do anúncio público e do conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star. • Análise do acordo-quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. • Leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução, que se refere ao exercício de 2020. • Revisão do enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução. • Revisão das divulgações sobre esta matéria incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 6.32)</i>	
<p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas à Caixa, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none">- as condições definidas no âmbito da renegociação em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e- os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.	

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Caixa, não identificámos incorreções materiais.

PA

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de março de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Caixa nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Caixa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220